



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO  
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

# **NORMALIZAÇÃO TÉCNICA E ACESSO À INFORMAÇÃO**

**GERALDO CAMPETTI SOBRINHO**

**Profª Drª SUZANA PINHEIRO MACHADO MUELLER  
Orientadora**

**BRASÍLIA  
2000**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO  
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

# **NORMALIZAÇÃO TÉCNICA E ACESSO À INFORMAÇÃO**

**GERALDO CAMPETTI SOBRINHO**

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

**Profª Drª SUZANA PINHEIRO MACHADO MUELLER  
Orientadora**

**BRASÍLIA  
2000**

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, como exigência parcial para obtenção do título de mestre.

Brasília, 28 de junho de 2000.

Aprovada por:

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Suzana Pinheiro Machado Mueller – Presidente

Prof. Dr. Antonio Lisboa Carvalho de Miranda – Membro

Prof. Dr. Murilo Bastos da Cunha – Membro

Prof. Dr. Emir José Suaiden – Suplente

*Tudo tem o seu tempo determinado,  
e há tempo para todo o propósito debaixo do céu:  
há tempo de nascer e tempo de morrer;  
tempo de plantar e tempo de arrancar o que se plantou;  
tempo de matar e tempo de curar;  
tempo de derribar e tempo de edificar;  
tempo de chorar e tempo de rir;  
tempo de prantear e tempo de saltar;  
tempo de espalhar pedras e tempo de ajuntar pedras;  
tempo de abraçar e tempo de afastar-se de abraçar;  
tempo de buscar e tempo de perder;  
tempo de guardar e tempo de deitar fora;  
tempo de rasgar e tempo de coser;  
tempo de estar calado e tempo de falar;  
tempo de amar e tempo de aborrecer;  
tempo de guerra e tempo de paz.*

*(Eclesiastes: 3, 1-8)*

À Mônica, ao Ricardo e à Rachel,  
esposa e filhos do coração.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos os que direta e indiretamente tornaram possível a concretização deste trabalho:

à Deus pela oportunidade do estudo e do aprendizado;

à família pelo apoio e pela renúncia a momentos de convívio e de entretenimento;

aos colegas de trabalho pelo incentivo;

aos colegas de estudo pelo ensejo da convivência fraterna;

aos professores responsáveis pelas disciplinas de formação;

aos integrantes da banca examinadora, que apontaram as correções necessárias ao aprimoramento do trabalho;

em especial, à professora orientadora, pela paciência, humildade e dedicação, sem à qual esta dissertação não teria alcançado o rigor metodológico e o caráter científico indispensáveis à pesquisa acadêmica.

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	11
RESUMO.....	12
ABSTRACT .....	13
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 OBJETO E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA.....</b>	<b>15</b>
<b>3 JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>20</b>
<b>4 REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>23</b>
4.1 O IMPERATIVO DA NORMALIZAÇÃO.....	23
4.1.1 Normalização e Globalização.....	23
4.1.2 A Normalização em Diversas Áreas do Conhecimento.....	27
4.1.3 Torres de Babel da Antigüidade e da Atualidade .....	29
4.1.4 Em Busca de um Idioma Universal .....	31
4.2 CONCEITO E OBJETIVOS DA NORMALIZAÇÃO.....	34
4.2.1 Análise Etimológica da Palavra Normalização .....	34
4.2.2 Objetivos da Normalização .....	35
4.2.3 Conceito de Norma Técnica.....	35
4.3 NORMALIZAÇÃO EDITORIAL .....	37
4.3.1 Um Pouco de História .....	38
4.3.2 Etapas do Processo Técnico-Editorial .....	39
4.3.3 Partes Componentes de um Livro ou Monografia .....	40
4.3.3.1 Elementos Preliminares ou Pré-Textuais .....	40
4.3.3.2 Elementos Particulares do Texto ou Textuais .....	43
4.3.3.3 Elementos Finais ou Pós-Textuais .....	45
4.3.3.4 Elementos Extratextuais.....	46
4.4 FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES.....	47
4.4.1 A Questão do Conteúdo e da Forma de Apresentação .....	49
4.4.2 Normas da ABNT sobre Documentação .....	50

4.4.3 Capa e Quarta Capa .....	51
4.4.4 Diferenças Existentes entre Sumário e Índice.....	51
4.4.4.1 Sumário .....	52
4.4.4.2 Índice .....	53
4.4.5 Criatividade versus Normalização.....	56
4.4.6 Manuais de Estilo.....	58
4.4.6.1 Publicações Periódicas .....	58
4.4.6.2 Publicações Monográficas.....	59
<b>5 MATERIAIS E MÉTODOS .....</b>	<b>62</b>
5.1 VARIÁVEIS DA PESQUISA .....	62
5.2 DEFINIÇÕES OPERACIONAIS .....	64
5.3 TIPO DE PESQUISA .....	67
5.4 UNIVERSO DA PESQUISA.....	67
5.5 SELEÇÃO DA AMOSTRA.....	67
5.5.1 Editoras .....	67
5.5.2 Literatura .....	69
5.5.3 Usuários .....	71
5.6 COLETA DOS DADOS .....	75
5.7 ETAPAS DA PESQUISA.....	75
5.8 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS.....	77
5.8.1 Contato com as Editoras .....	77
5.8.2 Análise Documental da Literatura .....	78
5.8.2.1 Título de Lombada.....	83
5.8.2.2 Folha de Rosto .....	84
5.8.2.3 Sumário .....	84
5.8.2.4 Índice.....	85
5.8.2.5 Numeração Progressiva .....	87
5.8.2.6 Citações .....	88
5.8.2.7 Referências Bibliográficas .....	89
5.8.3 QUESTIONÁRIO .....	91
<b>6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>116</b>
6.1 A EDITORA COMO UNIDADE DE INFORMAÇÃO .....	123
6.2 A FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO E O MERCADO DE TRABALHO.....	124
6.3 EDUCAÇÃO DE BASE .....	126
<b>7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>128</b>
<b>8 ANEXOS .....</b>	<b>133</b>
8.1 ANEXO 1 – RELAÇÃO DAS EDITORAS .....	133
8.2 ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO PROPOSTO .....	134



## **LISTA DE FIGURAS**

### **GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Análise documental da normalização com base em normas da ABNT

Gráfico 2 – Análise documental da normalização técnica – sumário

Gráfico 3 – Análise documental da normalização técnica – índice

Gráfico 4 – Tempo de procura da resposta – livro normalizado

Gráfico 5 – Tempo de procura da resposta – livro não normalizado

Gráfico 6 – Elementos consultados pelos respondentes

### **QUADROS**

Quadro 1 – Principais diferenças entre sumário e índice

Quadro 2 – Classificação das variáveis

Quadro 3 – Amostra dos respondentes

Quadro 4 – Relação dos livros analisados por editora

Quadro 5 – Análise da normalização editorial

### **TABELAS**

Tabela 1 – Informação sobre a pesquisa dos respondentes que não encontraram a resposta no LNN

Tabela 2 – Relação entre o número de páginas consultadas e o tempo em minutos

Tabela 3 – Número de páginas e elementos consultados pelos respondentes

Tabela 4 – Avaliação dos respondentes quanto ao tamanho da letra e ao espaçamento entre linhas no LN e no LNN

Tabela 5 – Avaliação dos respondentes quanto à facilidade de pesquisa no LN

Tabela 6 – Avaliação dos respondentes quanto à facilidade de pesquisa no LNN

Tabela 7 – Avaliação dos respondentes quanto à facilidade de pesquisa no LN e no LNN

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR2 – Anglo-American Cataloguing Rules, 2.ed.  
ABDF – Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal  
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
ALA – American Library Association  
APA – American Psychological Association  
CEGRAF – Centro Gráfico do Senado Federal  
CI – Ciência da Informação  
Cf – Conforme  
CMN – Comitê Mercosul de Normalização  
CSM – Comitês Setoriais Mercosul  
DF – Distrito Federal  
DTP – Desktoping Publishing  
EUA – Estados Unidos da América  
FEBAB – Federação Brasileira de Associações De Bibliotecários  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
GMC – Grupo Mercado Comum  
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia  
IEC – International Electrotechnical Commission  
IES – Instituições de Ensino Superior  
INTM – Instituto Nacional de Tecnología y Normalización  
IRAM – Instituto Argentino de Normalización  
ISO – International Organization for Standardization  
LN – Livro normalizado  
LNN – Livro não normalizado  
Mercosul – Mercado Comum do Sul  
NAFTA – North American Free Trade Agreement  
NBR – Norma Brasileira  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PC – Personal Computer  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SICON – Sistema do Congresso Nacional  
TCP/IP – Transmission Control Protocol / Internet Protocol  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
UnB – Universidade de Brasília  
Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNIT – Instituto Uruguayo de Normas Técnicas

## RESUMO

Analisa a forma de apresentação da literatura monográfica especializada em Direito Eleitoral publicada no Brasil na década de 90, objetivando identificar a influência da normalização técnica na facilidade do acesso e da localização do conteúdo dessa literatura. Empregam-se duas estratégias de pesquisa. Na primeira fase, por meio de análise documental, busca-se identificar as características editoriais quanto à forma de apresentação de livros publicados por um grupo selecionado de editoras jurídicas e saber se elas adotam ou não normas técnicas – seja manual próprio de editoração, sejam os critérios definidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Na segunda fase, procura-se avaliar o efeito da normalização na localização de informação específica, contida nessas obras, por usuários diversos. Para tanto, foram preparadas perguntas sobre assuntos selecionados do próprio conteúdo dessas obras, que serviram de base para a avaliação: um grupo de respondentes tenta encontrar tais respostas nas obras e, em seguida, responde a um questionário, cuja finalidade é registrar as ações e reações desses respondentes na busca proposta. Classificada como quase experimental, a pesquisa procura testar a hipótese de que a aplicação de normalização técnica influi na facilidade do acesso e da localização do conteúdo dos livros especializados em Direito Eleitoral e, por extensão e semelhança de estrutura, da literatura jurídica de um modo geral.

## ABSTRACT

Analyses how the monographic literature specialised in Electoral Law is presented and published in Brazil in the nineties, in an attempt to determine how technical standards influence the access to and the location of the content of that literature. Two research strategies are employed. Firstly, documental analysis is used to identify the editorial features of works published by a selected group of publishers of law books and find out whether or not they adopt technical standards – using either editing handbooks or the criteria defined by the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT). Then, one attempts to assess how standardisation affects the location of specific information by users. To do so, questions were made on topics selected from those works, which served as a benchmark: a group of subjects searches the books for answers and, after that, completes a questionnaire, which intends to register the actions and reactions of those subjects to the proposed search. Classified as almost experimental, the research seeks evidence that the use of technical standards has an influence on how easy it is to access and locate information in the content of works specialised in Electoral Law and, *mutatis mutandis*, in law literature in general.

# 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva identificar a influência da normalização técnica na facilidade do acesso ao conteúdo da literatura especializada em Direito Eleitoral publicada, no Brasil, nos últimos dez anos.

A estrutura desta dissertação é constituída por cinco principais capítulos:

- *objeto e caracterização do problema*, no qual são definidos os temas de estudo e as questões de pesquisa, estabelecidos os objetivos geral e específicos, bem como formuladas as hipóteses principal e operacionais;
- *justificativa*, que destaca os possíveis beneficiados com os resultados da pesquisa, que são o usuário da informação jurídica, o profissional da informação e o profissional de editoração;
- *revisão de literatura*, que oferece os fundamentos teóricos da pesquisa, cuja abordagem é centrada em tópicos que tratam do imperativo da normalização, conceito e objetivos da normalização, normalização editorial e forma de apresentação das publicações;
- *materiais e métodos*, em que se apresentam as variáveis da pesquisa, as definições operacionais, o universo da pesquisa, seleção da amostra, coleta dos dados, etapas da pesquisa, análise e tratamento dos dados;
- *conclusões e recomendações*, nas quais são destacados os resultados alcançados, a comprovação das hipóteses, extraíndo-se ilações e apresentado-se recomendações referentes a aspectos vinculados ao objeto desta pesquisa.

## 2 OBJETO E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

A ordem está presente nas mais variadas manifestações do universo. Encontra-se tanto nas substâncias elementares da estrutura atômica quanto nos complexos mecanismos de equilíbrio do cosmos infinito. O universo está organizado segundo leis próprias; os sistemas planetários obedecem a mecanismos de ordem e equilíbrio; a natureza é manifestação constante da vida a expressar-se na relação de um conjunto de forças e de seres que resultam em ordem e harmonia, abalado apenas pela ação do homem; o corpo humano é um sistema complexo que funciona bem quando todas as suas partes cumprem ordenadamente o seu papel; o átomo organiza-se de forma semelhante ao sistema solar.

A organização define as relações de paz e de harmonia entre povos e nações, sociedades e indivíduos. Ela está presente na vida cotidiana, viabilizando sistemas de governo e de comunicação, relações sociais e comerciais, estruturas institucionais, *Internet*, centros de documentação e informação, bibliotecas...

A recuperação das informações é algo que também depende da organização dos dados, cuja importância pode ser ressaltada, sumariamente, no seguinte exemplo: duas pessoas estão em seus respectivos ambientes de trabalho profissional. Ambas procuram documento que contém uma determinada informação solicitada, com urgência, pelo chefe imediato. Todavia, o comportamento delas é bem diferente: a mesa de trabalho de uma é toda arrumada, com os papéis organizados e classificados conforme critérios predeterminados; na mesa de trabalho da outra, os documentos encontram-se espalhados, desorganizados. Qual dos dois indivíduos localizará a informação em menor tempo? A resposta a essa questão parece óbvia. Comparando-se ambas as situações, é mais provável que o funcionário cuja mesa é organizada encontre a informação com maior rapidez, pois os pontos de acesso ao documento procurado estarão facilmente identificáveis.

O desenvolvimento desta pesquisa foi motivado pela observação de que existem diferenças na forma de apresentação e na estrutura dos livros jurídicos publicados no Brasil. No dia-a-dia do trabalho profissional em biblioteca especializada na área jurídica, o pesquisador constatou que a busca e a recuperação de informações são facilitadas ou dificultadas, a depender da boa ou má organização da obra.

Pode-se afirmar que os sistemas de indexação, automáticos ou manuais, e a recuperação de informações por meio de bases de dados informatizadas agilizam o acesso ao conteúdo das obras. Mas o próprio trabalho de análise temática por profissionais especializados, que resulta na alimentação das bases de dados mencionadas, é dificultado quando a obra não está normalizada segundo critérios técnicos de documentação. A ausência de dados importantes, como local e data de publicação da obra, ou a localização desses dados em partes de difícil acesso no livro, consomem tempo para a atividade de processamento técnico, que poderia ser minimizado caso houvesse normalização editorial.

Além desses problemas quanto à preparação do livro, para sua disponibilização, e mesmo considerando a qualidade da indexação realizada pelo profissional da informação e a eficiência dos sistemas informatizados de recuperação informacional, ao estabelecer contato com a obra, o usuário poderá enfrentar dificuldades em localizar as informações de seu interesse, por várias razões. Dentre as principais, estão incluídas: inexistência de sumário e de índice; partes do livro não claramente divididas ou não indicadas; tamanho da letra pequeno; espaçamento entre linhas estreito e mancha gráfica desproporcional às dimensões da página.

O *corpus* desta pesquisa é a literatura monográfica em Direito Eleitoral constituída de obras para consulta a informações específicas. As publicações dessa área caracterizam-se por deficiências na forma de apresentação que dificultam o acesso ao seu conteúdo. O pesquisador pretende investigar se essas deficiências são decorrentes da falta de

normalização técnica. Daí o **problema geral** ser formulado na questão: *Qual é a relação entre a normalização técnica / outras características técnicas dos livros especializados em Direito Eleitoral e a facilidade de acesso e de localização do conteúdo desses livros?*

Como **problemas específicos** desta pesquisa, procura-se verificar:

- 1º) Qual é a relação entre o tempo de acesso e de localização da informação de um livro normalizado e o de outro não normalizado tecnicamente?
- 2º) Quais são as partes do livro mais freqüentemente consultadas para o acesso à informação desejada?
- 3º) Há interferência do tamanho da letra do livro no acesso e na localização da informação desejada?
- 4º) Há interferência do espaçamento entre linhas do livro no acesso e na localização da informação desejada?

Esta pesquisa foi desenvolvida com o **objetivo geral** de identificar a relação entre a normalização técnica / outras características técnicas e a facilidade do acesso e da localização do conteúdo da literatura especializada em Direito Eleitoral, bem como identificar quais partes do livro são mais freqüentemente consultadas para a recuperação de informações.

Como **objetivos específicos**, pretende-se:

- identificar a relação entre o tempo de acesso e de localização de determinada informação em um livro normalizado e o tempo de acesso e de localização da informação em outro livro não normalizado tecnicamente;
- identificar as partes componentes do livro mais freqüentemente consultadas para o acesso à informação desejada;
- identificar a interferência do tamanho da letra de um livro no acesso e na localização da informação desejada;



- identificar a interferência do tamanho do espaçamento entre linhas de um livro no acesso e na localização da informação desejada.

Com esta pesquisa, pretende-se apresentar uma contribuição à Biblioteconomia e à Ciência da Informação quanto ao tema normalização editorial. Os beneficiados são classificados em três segmentos: o usuário da informação jurídica para quem o acesso e a localização das informações desejadas serão facilitadas; o bibliotecário ou técnico em biblioteconomia que otimizará seu trabalho de processamento técnico e de atendimento aos usuários; e o profissional de editoração, cujas atividades poderão ser mais organizadas, facilitando a preparação, a revisão e a elaboração do projeto gráfico do livro a ser impresso.

Para atingimento do objetivo geral, foram mantidos contatos com editoras jurídicas com o propósito de verificar se elas adotam normas específicas de documentação ou se possuem manual de editoração para preparação de suas publicações.

Duas **estratégias de pesquisa** foram empregadas: análise documental de livros jurídicos especializados em Direito Eleitoral, objetivando identificar suas características estruturais quanto à forma de apresentação e a obediência ou não a normas de documentação da ABNT; e aplicação de questionário a usuários potenciais e reais da informação jurídica: estudantes de Direito, em nível de graduação; estudantes de pós-graduação em Ciência Política; professores de Direito; bibliotecários de referência e de processamento técnico; assessores legislativos; assessores de ministros; técnicos e analistas judiciários. O objetivo do questionário foi verificar o nível de dificuldade dos respondentes no acesso e na localização de resposta à questão formulada, identificando a influência da normalização técnica na pesquisa.

A **hipótese principal** da pesquisa é a de que a aplicação de normalização técnica e a existência de determinadas características técnicas

contribuem para facilitar o acesso e a localização do conteúdo dos livros publicados na área de Direito Eleitoral.

As **hipóteses operacionais** estão apresentadas nas quatro afirmativas abaixo:

- 1ª) O tempo de acesso e de localização a determinada informação em um livro normalizado é menor que o tempo de acesso e de localização da informação em um livro não normalizado tecnicamente.
- 2ª) O sumário (elemento pré-textual) e o índice (elemento pós-textual) são as partes do livro mais freqüentemente consultadas para o acesso da informação desejada, comparando-se com a consulta direta aos elementos textuais do livro.
- 3ª) O tamanho da letra de um livro interfere, positiva ou negativamente, no acesso e na localização da informação desejada.
- 4ª) O espaçamento entre linhas de um livro interfere, positiva ou negativamente, no acesso e na localização da informação desejada.

Acredita-se que o trabalho de elaboração de um livro deve ser realizado cuidadosamente, ainda mais com as facilidades hoje proporcionadas pela editoração eletrônica. É atividade conjunta entre autor e editora. O autor é responsável, principalmente, pela parte referente ao conteúdo do documento e a editora, pela revisão semântica, ortográfica e gramatical desse conteúdo. Todavia, a responsabilidade precípua da editora refere-se à forma de apresentação do livro, isto é, à elaboração do projeto gráfico que, em última instância, estabelece os meios de comunicação entre o produto final e o seu consumidor, vale dizer, entre o livro e o seu leitor. Deve-se considerar, portanto, não apenas a questão estética da obra, mas também a organização de sua estrutura, de tal maneira que ela se torne agradável, prática e cômoda, a fim de facilitar o acesso às informações de interesse do usuário.

### 3 JUSTIFICATIVA

A Biblioteconomia, a Documentação, e nas últimas três décadas, a Ciência da Informação passaram por diversas fases cujos enfoques foram sendo alterados ao longo do tempo. Processamento técnico, bibliometria, estudos de usuário, enfoque social/educativo, teórico e, mais acentuadamente na última década, a informática e o *marketing* são aspectos desta ciência multidisciplinar que coexistem simultaneamente na atualidade.

Le Coadic (1996, p.14) esclarece que "a biblioteconomia não é nem uma ciência, nem uma tecnologia rigorosa, mas uma prática de organização: a arte de organizar bibliotecas." E ressalta, ainda, que durante muito tempo o livro na biblioteca foi armazenado e preservado por um conservador, com o "fim único de preservação patrimonial."

A Documentação surge, em fins do século XIX, como um conjunto de técnicas diferentes das tradicionais aplicadas pela Biblioteconomia. O objetivo era suprir as dificuldades de acesso aos documentos cada vez mais variados. Os pesquisadores não dispunham nas bibliotecas de meios eficientes para acessar as informações de seu interesse. Paul Otlet (1868-1944) cria o Instituto Internacional de Bibliografia e, posteriormente, a Federação Internacional de Documentação, como tentativa de apresentar soluções às demandas de informação cada vez mais crescentes, por meio do tratamento, organização, análise e da divulgação da bibliografia até então existente.

As origens da Ciência da Informação são recentes. Coincidem com o nascimento da American Society for Information Science em 1968 (Le Coadic, 1996, p. 109). É uma ciência interdisciplinar, cujo objeto é a informação. Seu conteúdo associa-se às ciências matemáticas e físicas e às ciências sociais e humanas.

Em uma sociedade movida pela velocidade tal qual a em que nos inserimos neste final de século e de milênio, a necessidade de acesso rápido a informações para tomada de decisão torna-se imperativo que não deve ser desprezado. Diversos são os mecanismos e meios de disponibilização informacional, desde suportes tradicionais como os impressos até os mais avançados recursos em mídia digital, que aproximam o homem do ambiente natural, com o uso simultâneo do texto, da imagem e do som. Não obstante a diversidade de suportes para informação e a facilidade proporcionada pelos meios eletrônicos, que sinalizam a passagem do universo papel para o universo digital, é preciso considerar que o livro impresso continua sendo importante na disseminação do conhecimento. Esse tradicional instrumento continua desenvolvendo papel fundamental, principalmente na área jurídica em que códigos, manuais, obras doutrinárias, legislativas e jurisprudenciais tem grande valor para advogados, magistrados, bacharéis em Direito e estudantes.

Da mesma forma que o livro não é preparado pelo leitor, mas sim pelo autor e pela editora, ele também não é preparado para o autor e para a editora, mas sim para o leitor, que será usuário daquele produto. Sendo assim, tão ou mais importante quanto o autor e sua obra é o usuário que dela desfrutará. É nesse aspecto que os cuidados com a preparação do livro devem ser reforçados e, sobretudo, a normalização editorial levada em conta como um fator que proporcionará comodidade e facilidade ao leitor no acesso às informações de seu interesse.

Espera-se com essa pesquisa beneficiar o usuário da informação jurídica, o profissional da informação e o profissional de editoração. No que se refere ao usuário, buscar-se-á apresentar subsídios, pela análise dos documentos e questionários realizados, com o propósito de facilitar-lhe o acesso e a localização das informações inseridas nos livros, que, pressupõe-se, nem sempre são de fácil recuperação. Os profissionais da informação poderão economizar tempo no processamento técnico e conseqüentemente disponibilizar as publicações com maior agilidade. Os que trabalham no atendimento a pesquisas terão mais facilidade em re-

cuperar as informações demandadas. Quanto aos profissionais de edição, espera-se que esta pesquisa apresente esclarecimentos a eles, destacando-se os benefícios que a normalização técnica proporciona ao facilitar a preparação dos originais e as revisões das provas, mas principalmente, que lhes desperte a consciência de que o livro é destinado ao usuário, e que este deve dispor de facilidade para acessar e localizar o conteúdo do documento, tanto no que se refere ao tempo, como também à comodidade e praticidade a ele oferecida no manuseio e pesquisa do livro, objeto e fonte das informações de seu interesse.

## 4 REVISÃO DE LITERATURA

### 4.1 O IMPERATIVO DA NORMALIZAÇÃO

*“O conhecimento multiplica-se cada vez mais rapidamente, ao mesmo tempo que envelhece num ritmo sem precedentes.” (Thesing, 1998, p. 8)*

#### 4.1.1 NORMALIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO

A preocupação com a normalização não é recente nem é problema exclusivo da área de documentação. O imperativo da normalização foi surgindo, como condição básica para o entendimento no mecanismo de comunicação à medida que as relações entre os homens tornaram-se mais complexas, em decorrência do progresso social. O avanço tecnológico e a velocidade com que as transformações ocorrem na sociedade moderna obrigam os homens a definirem padrões para que as relações humanas sejam facilitadas.

A globalização econômica compeliu os países a organizarem-se no sentido de possibilitar a comunicação em nível global. O mundo caminha hoje para mudanças aceleradas e irreversíveis, em que o domínio tecnológico e a aquisição do conhecimento passam a ser necessidades fundamentais de sobrevivência. Não se trata de opção, mas de obrigatoriedade de integração, sem o que se chega à exclusão, caso os requisitos mínimos exigidos para a vida em sociedade transcontinental não sejam atendidos.

Thesing (1998) acredita que a sociedade do futuro será uma “sociedade nova e global da era da informação”. Ao refletir sobre a globalização, a Europa e o século 21, o referido autor (*Op. cit.*, p.8) acentua o papel da informação e do conhecimento na sociedade do próximo século. Segundo ele,

A futura sociedade da informação e do conhecimento poderá participar eficazmente da concorrência internacional do conhecimento se as elites estiverem dispostas a criar as possibilidades de aprendizado para as pessoas em seus países. No futuro, as pessoas precisarão assimilar muito mais conhecimento. O conhecimento multiplica-se cada vez mais rapidamente, ao mesmo tempo que envelhece num ritmo sem precedentes. Não podemos escapar de ter de aprender durante toda a vida. Na sociedade mundial, por todo o globo, procuram-se as melhores idéias, métodos e soluções. Por isso, é tão importante ver e aceitar a globalização também na dimensão mental e espiritual. A globalização não criou apenas um mercado mundial para bens e capital, mas também um mercado global de idéias. Esse mercado está aberto a todos. E é preciso participar dele desde já.

Como fica a situação dos países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, nesse contexto de integração ou exclusão provocada pelas aceleradas mudanças de final de século e de milênio? A balizada opinião do intelectual Milton Santos<sup>1</sup>, analisando os efeitos da desorganização dos países de terceiro mundo em face da globalização é a de que

O Brasil não decidiu entrar na globalização; decidiu deixar entrar a globalização – e rapidamente. É de esperar-se, portanto, que a produção da desordem se acelere. Só que essa desordem é apresentada como ordem: a pobreza, o desemprego, a desigualdade passam a ser considerados normais.

Santos (*Op. cit.*, p.8 ) chega a afirmar que estamos assistindo, no momento, a “criação de uma enorme desordem global”, pois a globalização, com a competitividade que provoca e a conseqüente velocidade que gera em todos os segmentos da vida, aumenta as desigualdades sociais. Na interpretação do geógrafo, quanto maior a velocidade, maior também a desigualdade. Nesse sentido, pode-se inferir que a globalização beneficia os poderosos ou os que detêm mais recursos materiais em detrimento dos mais fracos e pobres. Aumentam, dessa maneira, as discrimi-

---

<sup>1</sup>Cf. ENTREVISTA Milton Santos : o mundo, o Brasil & a globalização: o horror não dura eternamente. *Rumos do Desenvolvimento*, p.4-9, jun. 1997.

nações entre os povos e a relação de domínio e subjugação do mais forte sobre o mais fraco continua, como em outras realidades sociais registradas pela história antiga e moderna, apenas com a diferença quanto aos recursos empregados.

Não obstante esse lado perverso da globalização, é necessário considerar que ela representa um fenômeno decorrente das ações humanas que muito contribuirá para o desenvolvimento de todas as nações, desde que utilizada com ética e espírito de solidariedade. A globalização não é apenas do lucro, mas também dos prejuízos. Assim, quando se observa ocorrências divulgadas pelas mídias impressa e televisionada de que o Fundo Monetário Internacional (FMI) liberou mais de quarenta bilhões de dólares ao Brasil<sup>2</sup>, tal fato não se deu por bondade do referido Fundo. Foi por interesse. A bola da vez, como ocorreu com os até então potentes *tigres asiáticos*, passando pela Rússia, poderia chegar ao nosso País. Como o Brasil é a maior potência econômica da América Latina, juntamente com a Argentina, e que augura possibilidade de desenvolvimento, há interesse dos investidores internacionais em “aplicar” recursos no País. Se o Brasil “quebra”, as conseqüências serão desastrosas não só para os brasileiros, mas igualmente para a América Latina como um todo e para a maior potência mundial, os Estados Unidos. Por isso mesmo, esse País empreendeu esforços para que o dinheiro fosse liberado como apoio a este difícil momento por que passam as economias dos países de terceiro mundo, ou emergentes, como preferem alguns autores.

O que a normalização tem a ver com isso? A normalização está intrinsecamente relacionada com essas considerações, pois a interdependência entre as nações provoca a necessidade da definição de regras claras a serem acordadas e cumpridas por todos os países que estabelecem qualquer tipo de negociação, em decorrência de interesses comuns. Ninguém pretende levar prejuízo nos negócios em que se envolve. Por isso, é importante que haja padrões que unifiquem os procedimentos, a fim de que o entendimento possa prosperar.

---

<sup>2</sup> Notícias veiculadas nos principais jornais brasileiros nos meses de outubro e novembro de 1998.



Um exemplo do que se está afirmando são as negociações econômicas estabelecidas por intermédio do Mercosul – Mercado Comum do Sul, criado oficialmente em março de 1991 e constituído pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai –, realizadas dentro de critérios, normas e regras definidas para que todos possam participar sem privilégios ou prejuízos. O Mercosul surgiu a partir do Programa de Integração e Cooperação Econômica assinado entre Brasil e Argentina em 1986. Reunião entre os presidentes dos quatro países, realizada em 1995, definiu acordo que iniciou a união aduaneira entre eles, com a criação da Tarifa Externa Comum. O acordo previa proteção para importações de países de fora do bloco e alíquota zero para a comercialização da maioria dos produtos (cerca de 85%) dos países do Mercosul. Era um acordo de unificação de mercados entre os países do Cone Sul.<sup>3</sup>

A participação no Mercosul é vinculada a determinados critérios, que ao serem desrespeitados poderão provocar a dissolução do acordo. É necessário que todos utilizem procedimentos semelhantes para que as regras não sejam quebradas e, conseqüentemente, não haja prejuízos para os países que o integram. Esses países, preocupados com a questão da normalização, criaram o Comitê Mercosul de Normalização (CMN)<sup>4</sup>, cuja finalidade é promover o desenvolvimento da normalização e atividades conexas, bem como a qualidade de produtos e serviços, nos países membros do Mercosul, com especial ênfase para o desenvolvimento industrial, científico e tecnológico em benefício da integração econômica e comercial, do intercâmbio de bens e da prestação de serviços,

---

<sup>3</sup> Cf. ALMANAQUE Abril 1995. São Paulo : Ed. Abril, 1995. p. 71, 140 e 237.

<sup>4</sup> O CMN é uma associação civil, sem fins lucrativos, não governamental, reconhecido pelo Grupo Mercado Comum (GMC), através da Resolução nº 2/92, como fórum responsável pela gestão da normalização voluntária no âmbito do Mercosul. É formado pelos Organismos Nacionais de Normalização dos países membros, que são Argentina (IRAM – Instituto Argentino de Normalización); Brasil (ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas); Paraguai (INTN – Instituto Nacional de Tecnología y Normalización); Uruguai (UNIT – Instituto Uruguayo de Normas Técnicas). O CMN desenvolve suas atividades de normalização por intermédio de Comitês Setoriais Mercosul (CSM), os quais representam os segmentos industriais da sociedade e tem por finalidade o estabelecimento dos programas setoriais de normalização e a condução do processo de elaboração/harmonização de normas para posterior aprovação do CMN. V. maiores informações em <http://www.cmn.org.br/00401007.htm>.

facilitando, por sua vez, a cooperação nas esferas técnica, científica, econômica e social.

Segundo informações da ABNT<sup>5</sup>, a normalização está desempenhando papel fundamental, nesses últimos nove anos, para o “êxito das empresas brasileiras, tanto no mercado nacional quanto internacional”. Um dos fatores que tem contribuído para isso é a formação de blocos econômicos, como o Nafta, os Tigres Asiáticos, os países da Comunidade Econômica Européia e o Mercosul.

A definição de normas e critérios, objetivando a padronização para melhoria da qualidade de produtos e serviços, torna-se imperativo que não deve ser descurado pelas instituições ou empresas. Os usuários estão cada vez mais exigentes e a utilização comum de produtos e serviços pela sociedade só será efetivada com a satisfação desses usuários. A globalização da economia, portanto, além de impulsionar a normalização, praticamente a torna obrigatória para expansão de mercados e intercâmbios comerciais, culturais, políticos e sociais.

#### **4.1.2 A NORMALIZAÇÃO EM DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO**

A normalização está vinculada aos procedimentos adotados no sentido do estabelecimento de padrões que viabilizem o uso comum de um produto ou serviço por diferentes usuários. Dessa forma, não é difícil prever ou avaliar os benefícios da normalização nas ciências exatas e humanas, como estaticamente ficou classificado o conhecimento do homem, embora esse caráter estático tenda a ceder lugar a um dinamismo irreversível que a atualidade aponta. Essa divisão das ciências só ocorre para efeitos didáticos. Entende-se, hoje, que o conhecimento é integrado, holístico, sendo necessários uma cultura geral e conhecimentos específicos em determinadas áreas para a formação de qualquer profissional.

---

<sup>5</sup> A ABNT é o órgão responsável pela normalização técnica no Brasil. Foi fundada em 1940 para fornecer a base necessária ao desenvolvimento tecnológico brasileiro. É a representante das entidades de normalização internacional ISO e IEC em nosso país. Cf. <http://www.abnt.org.br/info5.htm>.

O filósofo francês Michel Serres, em entrevista ao Programa *Roda Viva* da TV Cultura, levado ao ar em fins de 1999<sup>6</sup>, afirma ser a ciência um fenômeno cultural e social. Ele estabelece um novo conceito do universal, e diz que o homem está vivendo um "renascimento do saber". Segundo esse filósofo, a base da formação do indivíduo está na educação e o processo educacional é efetuado pela filtragem da informação.

Nas engenharias elétrica, mecânica e civil, na informática, na comunicação, na oceanografia, na meteorologia, na geologia, na física e na matemática, enfim em quase todas as áreas do conhecimento humano, a definição de padrões ou o estabelecimento de convenções tornou-se um fator fundamental para o entendimento. Como exemplos, destacam-se as áreas de informática e de lingüística. Na informática, existem os protocolos de comunicação, instrumentos que permitem a transmissão e leitura de dados entre equipamentos de arquitetura díspares. A definição e implementação, em 1974, dos protocolos TCP/IP permitiram a comunicação entre computadores de arquiteturas diferenciadas. A partir desse momento, todos os computadores do mundo poderiam comunicar-se entre si, pelo menos potencialmente, pois ainda faltavam as infovias ou infra-estruturas de rede, bem como a vontade dos fabricantes para que seus computadores pudessem entrar em comunicação com os computadores de outros fabricantes. Já na lingüística, o padrão é a espinha dorsal. Em todos os idiomas, procura-se, por meio de paradigmas, normalizar as emissões sonoras. Essa característica de universalidade é possibilitada por um padrão de decodificação, cujo objetivo é a criação de um alfabeto fonético que sirva para qualquer língua, conforme acentua Elgin (1981, p.15-35).

---

<sup>6</sup> SERRES, Michel. Entrevista ao Programa Roda Viva da TV Cultura de 8.11.99. Serres é autor das obras *Contrato natural*, *A lenda dos anjos* (São Paulo : Ed. Aleph, 1995) e *Notícias do mundo* (Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1998).

### 4.1.3 TORRES DE BABEL DA ANTIGÜIDADE E DA ATUALIDADE

A alegoria bíblica da Torre de Babel, constante da narrativa do livro Gênesis, registra uma história que pode ser interpretada como explicação para a diversidade dos povos e das línguas.<sup>7</sup> Afirma o texto bíblico que todo o mundo se servia de uma mesma língua e das mesmas palavras, o que pressuporia o entendimento entre todos. Reuniram-se em determinado lugar e iniciaram a construção de uma cidade e de uma torre cujo ápice pudesse penetrar os céus. Dessa forma, a união do povo estaria fortalecida e ele poderia comunicar-se diretamente com seu deus, chegando ao *todo-poderoso* após seguir a infinidade de degraus da enorme torre. Acontece que as intenções de *lahweh*<sup>8</sup> pareciam ser outras. Ele queria o povo disperso sobre toda a face da terra. Convocando seus *anjos*, ordenou-lhes que “descessem” e confundissem a linguagem dos homens para que não mais se entendessem uns com os outros. Com essa iniciativa, o povo não mais se entendeu, cessou a construção da cidade e da torre e dispersou-se pela terra afora. Por isso, a torre ficou conhecida com o nome de Babel, isto é, da confusão.

Na alegoria bíblica ficou imortalizada a torre de Babel da Antigüidade. Mas, o mundo moderno também produziu a sua *babel*: a maior rede de computadores do mundo – a *Internet*. Ela surgiu nos Estados Unidos, como estratégia de comunicação, na década de sessenta, em plena guerra fria. Nos anos setenta, cientistas e pesquisadores já utilizavam a grande rede para comunicações pessoais. Algum tempo depois, foi criada a *mainling list*, por meio da qual o mesmo texto era transmitido para diversas pessoas. Na década de oitenta, os principais usuários da *Internet* eram as universidades, os governos e as grandes corporações que utilizavam os serviços de correio eletrônico (*e-mail*), grupos de discussão, execução de programas a distância e transferência de programas.

---

<sup>7</sup> Ver A BÍBLIA de Jerusalém. 4. imp. São Paulo : Ed. Paulinas, 1989. p. 45: Gênesis, 11: A torre de Babel.

<sup>8</sup> Nome sagrado de Deus, revelado a Moisés no Monte Horeb, e que no texto bíblico se escrevia YHWH. Yahweh é um substantivo derivado da terceira pessoa do singular masculino do verbo *ser* e significa “Aquele que é” ou “Ente”, indicando a essência divina do Criador. O nome ocorre cerca de seis mil vezes nos textos hebreus. Cf. BÍBLIA sagrada. Rio de Janeiro : Barsa, 1968. Dicionário prático, p.75-76 e 141, vocábulos *Deus* e *Javé ou Yahweh*.

Os anos noventa assistiram a uma verdadeira revolução, com a ampla disseminação dos recursos tecnológicos. A utilização da *Internet* é, hoje em dia, de tal forma vulgarizada, que o indivíduo de certa condição financeira pode conectar-se à rede, de sua própria residência, utilizando um microcomputador. Ela converteu-se em poderosa ferramenta de comunicação, de disponibilização informacional, de pesquisa, de comercialização (compra, venda e troca), de permuta de interesses, de entretenimento, de prestação de serviços, de uma gama variada de opções a serem escolhidas pelo usuário.

O que poderia parecer, à primeira vista, uma panacéia para resolver todos os problemas da humanidade, converteu-se, todavia, em uma “torre de babel”, conforme apontam alguns estudiosos da comunicação (Moares, 1998, p.247). O usuário não é passivo; ele participa ativamente da rede criando e disseminando os seus próprios serviços e produtos. Imaginando-se a quantidade de interessados em usufruir os benefícios da grande rede, pode-se projetar a enormidade de assuntos e o grau de complexidade em acessar a infinidade de dados que são alimentados de forma aleatória, o que vem provocando muita confusão ultimamente, em termos de recuperação de informação.<sup>9</sup>

Preocupados em resolver o problema de armazenamento, tratamento e recuperação da informação na *Internet*, profissionais da área de computação estão associando-se a profissionais de outras áreas, inclusive bibliotecários, para providenciarem a organização do caos cibernético, cuja dimensão está cada vez mais ampliada. Lynch (1997) informa que a combinação das habilidades do bibliotecário e do cientista da computação poderá representar um auxílio para organizar a “anarquia da *Internet*”. Segundo ele (*Op. cit.*, p.44), as habilidades de classificação e sele-

---

<sup>9</sup> Em outubro de 1992, mais de 1.5 milhão de computadores estavam registrados na Internet. Dados de 1995 confirmam que, em um dia típico, cerca de 20 milhões de pessoas de mais de 50 países navegam pela rede mundial de computadores. Cf. <http://shiva.di.uminho.pt~pinj/Tutoriais/Felgueiras/daimport.html>. No Brasil, aproximadamente 2,5 milhões de pessoas conectam-se à Internet diariamente. Pesquisa realizada em 1998 pelo Cadê?/Ibope traçou o perfil de quem acessa a rede em nosso País e os resultados revelam dados curiosos. Cf. CAMPBELL, Felipe. Quem é o internauta? *Correio Braziliense*, 2 de março de 1999. Levantamento mais recente realizado em fevereiro de 2000 pelo Ibope mostra que usuários das classes C, D, e E começam a impul-

ção do profissional da informação devem ser complementadas pela capacidade do cientista da computação em automatizar as tarefas de indexação e armazenamento de informação. Somente a síntese das diferentes perspectivas de ambos os profissionais oferecerá o mecanismo para tornar a colimada organização possível.

Esforços acentuados vêm sendo desenvolvidos para a geração de um novo recurso de disponibilização informacional, cujo planejamento de ações já prevê organização e critérios definidos rigorosamente, para evitar-se o que está ocorrendo com a rede mundial. É a denominada *Internet 2*, direcionada mais especificamente para as áreas de ciência e tecnologia.

#### 4.1.4 EM BUSCA DE UM IDIOMA UNIVERSAL

Existe um movimento denominado “esperantismo”, cujo objetivo é difundir em todo o mundo o uso de um idioma neutro (o Esperanto, cujo significado é esperança), que, sem se imiscuir na vida interna dos povos nem pretender suplantá-los, ofereceria aos homens de países diferentes, na opinião de Berni (1979, p.15-6), a possibilidade de comunicarem-se entre si.

O esperanto, língua auxiliar internacional, neutra, que não pretende substituir nenhuma língua morta ou viva da humanidade, foi criada pelo médico polonês Lázaro Luiz Zamenhof em 1887 com a proposta de ser um meio comum de normalização, de tal forma que, respeitados os idiomas pátrios de cada nacionalidade, ele pudesse ser um instrumento de comunicação global. Todavia, parece que *lahweh* continua insatisfeito, pois esse idioma, talvez por ter sido criado artificialmente, ainda não foi amplamente difundido como pretendia seu criador, e os povos ainda se desentendem, não por razões exclusivamente lingüísticas, mas por ignorância e prepotência.

---

sionar o crescimento da rede. Os internautas no Brasil teriam chegado a 4,5 milhões. Cf. Internet: rumo ao popular. *Veja*, p. 116-7, 5 de abril de 2000.

Embora o mandarim<sup>10</sup>, dialeto oficial da China, seja o idioma mais falado em todo o mundo, atualmente o inglês, por possibilitar um fácil aprendizado e por sua praticidade em utilizações variadas, pode ser considerado como idioma universal de comunicação entre os homens. Ele vem rapidamente se expandindo e cada vez mais é adotado como idioma preferido para a comunicação nas relações e eventos científicos, culturais, políticos, econômicos e sociais, bem como é adotado no registro oficial desses acontecimentos para divulgação e acesso geral da população dos diversos países.

Alguns lingüistas e estudiosos da área acadêmica afirmam ironicamente que “o inglês é o esperanto que deu certo”. Entretanto, as colocações acima não representam uma apologia ao idioma inglês. Sabe-se que questões complexas como as de dominação cultural e econômica, tecnológica e científica, são facilitadas pela adoção ou expansão de uma língua que se constitui em idioma oficial de determinados países. Há interesses transparentes para a maioria das pessoas, mas que, a médio e a longo prazos, afetam os costumes e a própria qualidade de vida dos indivíduos de países que recebem a influência das nações mais poderosas do planeta, como é o caso dos EUA em relação ao próprio Brasil. Entretanto, não se pode deixar de reconhecer que o inglês, por enquanto, tem sido o veículo de maior difusão dos conhecimentos humanos.

O lingüista americano Steven Fischer, em entrevista à revista *Veja*<sup>11</sup>, afirma que com a globalização e a *Internet* a influência da língua inglesa deve aumentar ainda mais. Segundo ele, milhares de pessoas começam a estudar o inglês todos os dias. "Nunca na história da humanidade um idioma teve tamanha importância." Os detentores dos cargos mais bem remunerados em qualquer parte do mundo tem conhecimento básico do inglês ou falam fluentemente este idioma. Na opinião do lingüista, caso

---

<sup>10</sup> O número de línguas faladas, hoje, no mundo totaliza a expressiva quantidade de dez mil, segundo cálculos da Unesco – órgão da ONU para educação, ciência e cultura. As mais utilizadas são o mandarim (1,1 bilhão de pessoas), o inglês (470 milhões) e o espanhol (372 milhões). O português vem em oitavo lugar, idioma falado por 182 milhões de pessoas. Cf. TORRE de Babel. *Rumos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro : ABDE Ed., v.22, n.142, p.41, nov.97. Seção Fatos & Pessoas.

<sup>11</sup> O FIM do português. *Veja*, 5 de abril de 2000, p. 11-5. Entrevista concedida a Eduardo Salgado.

seja contado o número de bilíngues, "há mais gente falando inglês do que mandarim".

A busca de um idioma que possa ser adotado como meio alternativo de comunicação entre pessoas de diferentes países e que falam línguas distintas representa uma necessidade básica para a sobrevivência, sobretudo no mundo de hoje, que se transformou em uma aldeia global, conforme preceituado pela visão prospectiva do sociólogo canadense Marshall McLuhan. Crespo (1996, p.17-8) esclarece que, com o lançamento de seu livro *Guerra e paz na aldeia global*, no final da década de 60, McLuhan "antecipou-se ao seu tempo afirmando que os avanços da informática e das telecomunicações converteriam o mundo em uma aldeia global." O sociólogo preocupou-se em estudar os efeitos da tecnologia, já que para ele o computador era "o mais extraordinário dos recursos tecnológicos desenhados pelo homem" por representar a "extensão do nosso sistema nervoso central". O computador é o instrumento que possibilitará, em futuro próximo, a comunicação universal. Cavalcanti (1996, p.89), baseando-se em Rosnay (1995, p.339) refere-se ao termo unimídia, em contraposição à multimídia, como sendo o indicador de uma "nova escritura eletrônica para a comunicação do futuro." A unimídia é área resultante da convergência da mídia numérica. A conceituada autora (Op. cit., p.88) emprega o termo *esperanto numérico*, destacando que a "linguagem numérica adquiriu um caráter universal e une todos os aspectos da cultura humana."



## 4.2 CONCEITO E OBJETIVOS DA NORMALIZAÇÃO

“Uma normalização, para ser eficaz, terá que admitir as múltiplas hipóteses de tipos de livros que se tem em vista imprimir ...”. (Houaiss, 1981, p. 69)

### 4.2.1 ANÁLISE ETIMOLÓGICA DA PALAVRA NORMALIZAÇÃO

O vocábulo *normalização* é um substantivo feminino composto pelo prefixo *normal*, o afixo *izar* e pelo sufixo *ção* (*normal* + *izar* + *ção*). *Normal*, adjetivo oriundo do latim *normalem*<sup>12</sup> ou *normalis*<sup>13</sup>, significa o que é conforme a norma, à regra ou, ainda, o que serve de modelo. Na aplicação vulgarizada, deu-se a esse termo o sentido de “curso ordinário ou natural das coisas, o usual, comum, costumeiro, ou tudo que se estabelece pelo uso, pelo costume, pela praxe ou pelo estilo.”<sup>14</sup> Normalizar é verbo transitivo direto, cujo sentido é regularizar, reduzir ao estado normal, pôr em ordem, enquadrar no geral dos costumes e hábitos já observados anteriormente. Normalização é a ação ou o efeito de normalizar, é a redução a normas ou o enquadramento de ações, atividades nas regras correntes e habituais, “acabando com as perturbações”.<sup>15</sup> Perturbação vincula-se ao que causa alteração ou transtorno, tumulto e confusão.<sup>16</sup> Por meio dessa análise, embora sumária, pode-se perceber com nitidez que três vocábulos estão diretamente relacionados à normalização: normalizar, normal e norma. Esta última é definida como princípio que serve de regra, de lei; modelo, exemplo.<sup>17</sup>

A definição oficial apresentada pela ABNT<sup>18</sup> do vocábulo normalização é:

---

<sup>12</sup> Cf. LISA grande dicionário da língua portuguesa. Org. H. Maia d’Oliveira. São Paulo : Lisa, 1972. v.2 : p.1869, vocábulo normal.

<sup>13</sup> Cfr. DE PLÁCIDO E SILVA. *Vocabulário jurídico*. 15. ed. Rio de Janeiro : Forense, 1999. p.559: normal.

<sup>14</sup> *Id. Ibid.*

<sup>15</sup> Cf. BUENO, Francisco da Silveira. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*. São Paulo : Saraiva, 1966. v.6 : p.2655.

<sup>16</sup> KOOGAN/HOUAISS. *Enciclopédia e dicionário ilustrado*. Rio de Janeiro : Delta, 1994. p.645: perturbação e perturbar.

<sup>17</sup> *Id. Ibid.* p. 590: norma.

<sup>18</sup> Cf. <http://www.abnt.org.br/info3.htm>.

Processo de estabelecer e aplicar regras a fim de abordar ordenadamente uma atividade específica, para o benefício e com a participação de todos os interessados e, em particular, de promover a otimização da economia, levando em consideração as condições funcionais e as exigências de segurança.

#### **4.2.2 OBJETIVOS DA NORMALIZAÇÃO**

Ao tratar dos objetivos da normalização nos níveis de empresa, regional, nacional ou internacional, a ABNT relaciona os seguintes:

- *Simplificação*: redução da crescente variedade de procedimentos e tipos de produtos;
- *Comunicação*: proporciona meios mais eficientes para a troca de informação entre o fabricante e o cliente, melhorando a confiabilidade das relações comerciais e de serviços;
- *Economia*: visa a economia global, tanto do lado do produtor como do consumidor;
- *Segurança*: a proteção da vida humana e da saúde é considerada como um dos principais objetivos da normalização;
- *Proteção ao Consumidor* : a norma traz à comunidade a possibilidade de aferir a qualidade dos produtos;
- *Eliminação das Barreiras Comerciais*: a normalização evita a existência de regulamentos conflitantes sobre produtos e serviços em diferentes países, facilitando assim o intercâmbio comercial.

#### **4.2.3 CONCEITO DE NORMA TÉCNICA**

Ferreira (c1986, p.1198) em seu Novo Dicionário da Língua Portuguesa, conceitua norma técnica como sendo o

documento técnico que fixa padrões reguladores visando a garantir a qualidade do produto industrial, a racionalização da produção,

transporte e consumo de bens, a segurança das pessoas, a uniformidade dos meios de expressão e comunicação, etc.

Faria (2000, p. 33) esclarece que as normas técnicas interferem no exercício das atividades humanas. E delimita o escopo de tais normas, comparando-as com as normas jurídicas.

A norma técnica limita-se a informar o comportamento que se deve adotar para se atingir determinado fim. Ela não se importa com o fim último, se ele é de interesse ou não da sociedade. Quer apenas que, na execução de certo objeto, se observem (sic) as regras próprias.

As regras técnicas ocupam estimado espaço no seio do grupo social e estão diretamente relacionadas com o saber humano. Quanto maior for o desenvolvimento tecnológico de uma sociedade, maior será o número dessas regras.

As normas técnicas podem ser aplicadas a situações bem variadas. Todavia, alguns elementos básicos devem ser considerados como definidores de toda e qualquer norma técnica. Esses elementos, conforme consegue-se extrair da primeira citação relacionam-se com:

- Fixação de padrões reguladores;
- Garantia de qualidade;
- Racionalização;
- Segurança; e
- Uniformidade.

Uma norma não é elaborada exclusivamente por capricho do normalizador. Há razões lógicas para o seu desenvolvimento. Quando um consumidor adquire um produto que obedece às especificações técnicas, ele tem garantia – ou deveria ter – quanto à qualidade desse produto, pois sabe que foi fabricado segundo os critérios exigidos pela norma pertinente. Tanto a matéria-prima quanto o processo de fabricação do produto obedeceram a requisitos que asseguram a sua qualidade, que esta-

rá de acordo com a necessidade e o interesse do consumidor, contrariamente ao que foi afirmado na segunda definição quanto ao suposto fato de que a norma técnica "não se importa com o fim último, se ele é de interesse ou não da sociedade." O que se espera é que a norma ofereça condições para que o produto atenda às necessidades do consumidor. Caso contrário, ele poderá reclamar seus direitos por meio dos órgãos competentes da justiça ou da mídia.

Empresas automobilísticas, como por exemplo a Chevrolet, tiveram que se adequar às exigências do mercado para conquistarem o certificado de garantia ISO 9000, pois ele é o aval de que a empresa está dentro dos requisitos exigidos pelo mercado internacional e pode-se manter em nível de competitividade. É a questão fundamental da qualidade que, em última instância, determina a sobrevivência ou não do produto, serviço e da própria instituição responsável por sua existência. O enfoque não deve ser centrado no serviço ou no produto como se fossem um fim em si mesmo. O cliente é que deve ser priorizado, pois ele é o consumidor ou o usuário dos serviços e produtos da unidade geradora.

Com um produto denominado *livro* não poderia ser diferente. A qualidade é imprescindível, não só quanto ao conteúdo, mas igualmente quanto à forma pela qual este conteúdo é apresentado, uma vez que a forma de apresentação representa os elementos de comunicação entre a obra e seu leitor/usuário/consumidor.<sup>19</sup>

### 4.3 NORMALIZAÇÃO EDITORIAL

*“A pedra basilar da editora moderna é uma política editorial definida, onde se estabeleça não só o campo de suas atividades, como também o tratamento gráfico-editorial das publicações.”* (Vieira, 1981, p. 133)

---

<sup>19</sup> Ver item 6.4 sobre a forma de apresentação das publicações monográficas.

### 4.3.1 UM POUCO DE HISTÓRIA

A questão da normalização editorial não é recente. Araújo (1995, p.44-8) informa que discussões sobre o assunto existiam desde os tempos dos manuscritos, quando os copistas não conseguiam reproduzir um original com absoluta fidelidade.

Ao tratar da preparação do texto, Araújo (*Op. cit.*, p.46) elucida que

... muitos impressores levaram a cabo a publicação de velhos textos outrora copiados pelos monges, mas já agora se tornava absolutamente necessário corrigir o trabalho defeituoso dos escribas no concernente às alterações que se multiplicavam em intrincada rede de variantes.

Para suprir essa necessidade, foi criada a figura do normalizador de originais, que é um profissional encarregado de conferir uniformidade global ao texto mediante padrões formadores, conformadores e até informadores do livro.

A invenção da imprensa de tipos móveis em 1451 por Johann Gutenberg (c.1398-c.1468) não eliminou os manuscritos, cuja existência perdurou até meados do século XIX. Os primeiros livros impressos, aliás, procuravam imitar a mesma forma de apresentação da obra manuscrita, embora esse procedimento exigisse grande esforço quanto às adaptações tipográficas que se faziam necessárias. Magalhães (1981, p.77-8) esclarece a este respeito que

O livro manuscrito já tinha características, elementos fixos e permanentes a ponto de se poder considerá-lo quase como um processo unilíneo industrial, não de fabricação seriada, mas de fabricação de um objeto único que, de certo modo, já se configura em termos de livro. E o livro adquiriu tal formalismo e tal nível estilístico e configuração que realmente tinha características de independência e autonomia; já em termos de objeto se poderia chamar de livro.

A tentativa de se manter a tradição da obra manuscrita era naturalmente compreensível, uma vez que a longa trajetória de mais de dois mil anos do manuscrito não seria substituída imediatamente pela revolução da maquinaria, que reproduzia livros “profanos” segundo a opinião dos apaixonados defensores do livro manuscrito. Magalhães (*Op. cit.*, p. 78-9) cita problemas de relacionamento entre Gutenberg e o Duque de Urbino, detentor da maior biblioteca do mundo no século XVI, e que se orgulhava de não possuir, em seu acervo de livros manuscritos, nenhum dos “horríveis” livros impressos por Gutenberg.

O livro impresso foi conquistando espaço gradativamente. E, com ele, surge o imperativo da preparação dos originais, cujo trabalho foi simplificado em grande parte pela editoração eletrônica, mas que continua exigindo atenção e zelo por parte dos responsáveis pela edição.

#### 4.3.2 ETAPAS DO PROCESSO TÉCNICO-EDITORIAL

A preparação de um livro envolve etapas, cujo cumprimento é fundamental para o êxito da publicação. Essas etapas podem ser divididas em duas grandes partes, que se “perfazem em dois projetos”: o editorial e o gráfico.<sup>20</sup> O *projeto editorial* refere-se ao planejamento, aos mecanismos utilizados na seleção de originais, à preparação de originais quanto aos aspectos pré-textuais, textuais, pós-textuais e extratextuais, bem como à revisão de provas. O *projeto gráfico* vincula-se à definição de tipo, composição, papel, legibilidade, organização de página, arte-final e ao acabamento. Por isso, Collaro (1996, p.128) enfatiza que o trabalho de diagramação de um livro envolve a preocupação de alcançar-se o “máximo de legibilidade, tanto dos caracteres [sic] e ilustrações como do posicionamento da mancha.”

---

<sup>20</sup> Cf. BRASIL. Tribunal Regional Federal. Região 1. *Manual de preparação de originais e revisão de textos das publicações do gabinete da revista*. Brasília, 1996. 105p. p.7: Introdução.

### 4.3.3 PARTES COMPONENTES DE UM LIVRO OU MONOGRAFIA

A relação apresentada a seguir, baseada em Robredo (1988, p. 96-117) e Araújo (1995, p. 430-72), é a mais exaustiva possível e raramente será encontrada completa na prática. A presença destes elementos neste trabalho justifica-se à medida que é importante conhecer o que cada termo representa, para poder assegurar às obras um nível de qualidade adequado, dentro da melhor tradição tipográfica/editorial, bem como subsidiar esclarecimentos que se seguirão no decorrer do desenvolvimento desse texto.

#### 4.3.3.1 ELEMENTOS PRELIMINARES OU PRÉ-TEXTUAIS

##### *Capa:*

Parte em papelão, revestida de pano, couro, papel, ou mais correntemente, em papel ou cartolina plastificados ou não, que cobre os planos e lombo do livro.

##### *Guardas Brancas:*

Guarnição de papel, que precede o primeiro caderno e segue o último, para proteger a primeira e a última página impressa.

##### *Falso Título, Falso Frontispício ou anterosto:*

Página colocada antes da folha de rosto e que, geralmente, só contém o título da obra. Deve imprimir-se em página de frente (à direita), com o título na metade superior da página.

##### *Bibliografia do Autor:*

Lista de caráter informativo sobre outras obras do autor. Pode ser colocada no verso da página de falso título ou no verso da folha de rosto, ou em outros lugares da obra.

##### *Outros Títulos da Série:*

Elementos a incluir eventualmente quando a obra faz parte de uma série. Para sua localização, considera-se o mesmo critério observado a propósito da bibliografia do autor.

### *Relação de colaboradores:*

Refere-se às obras de caráter coletivo. Para sua localização, consideram-se as mesmas observações a propósito da bibliografia do autor.

### *Agradecimentos:*

Mencionam as pessoas que prestaram alguma colaboração importante ou meritoria na preparação da obra. Dependendo da extensão do texto, situam-se no verso da página de falso título, no verso da folha de rosto ou na frente de uma página colocada antes do sumário, ou antes da dedicatória e/ou da epígrafe, se houver.

### *Frontispício:*

Ilustração situada em frente e à esquerda da folha de rosto. Impressa em posição verso, tende a ser confundida, nas obras atuais, com a folha de rosto.

### *Folha de Rosto:*

Elemento básico de identificação da obra e fonte principal para a sua descrição. Nela devem figurar o título da obra, o subtítulo, quando for o caso, o nome do autor, o nome do editor, local e data da publicação e outras indicações úteis. Deve ser impressa em posição de frente.

### *Indicação de Direitos Autorais (Copyright):*

Visa a proteger os direitos do autor e do editor de qualquer reprodução abusiva. Figura, normalmente, no verso da folha de rosto.

### *Depósito Legal:*

A legislação brasileira exige que os editores ou impressores depositem, na Biblioteca Nacional, dois exemplares das obras que editaram. É a chamada Lei do Depósito Legal.

### *ISBN (International Standard Book Number):*

O número do livro, padronizado internacionalmente, facilita os contatos entre editores e distribuidores, tanto em nível internacional como nacional. O ISBN deve figurar no verso da folha de rosto, precedido pela sigla de identificação, assim como na última capa da obra. A Biblioteca Nacional é o órgão responsável, no Brasil, por sua atribuição.



### ***Ficha Catalográfica:***

Visa a facilitar o trabalho das bibliotecas, centros de documentação e a referência da obra em outras publicações. É elaborada conforme o código de catalogação Anglo-Americano AACR2, redigido pela American Library Association – ALA, com tradução para o português da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários – FEBAB.

### ***Informações referentes ao Editor, à Edição, à Coleção etc.:***

Figuram na folha de rosto ou no seu verso.

### ***Dedicatória:***

Deve figurar na frente de uma página com o verso em branco. Utiliza-se a impressão em itálico, com uma justificação igual à metade ou um terço da justificação utilizada na composição do corpo da obra, na parte superior direita da página.

### ***Epígrafe:***

Pensamento, frase, citação colocados no início de uma obra ou de um capítulo para destacar uma intenção. Podem imprimir-se na frente de uma página branca, quando se referem à obra total, ou imediatamente antes ou após os títulos e subtítulos das diferentes divisões e subdivisões. Compõem-se em itálico e sua justificação não deve ultrapassar a metade ou um terço da justificação da linha utilizada na composição do corpo da obra.

### ***Sumário:***

Ver tópico 4.4.4.1.

### ***Lista de Ilustrações:***

Pode ser impressa imediatamente após o sumário ou começando uma nova página, na ordem de aparecimento e com a indicação da localização no corpo da obra.

### ***Lista dos Quadros:***

Relação dos títulos dos quadros para indicar sua localização na obra. Aplicam-se aqui as informações sobre a lista das ilustrações.

### *Lista de Abreviaturas e Siglas:*

Para facilitar a consulta dos leitores não familiarizados com a obra, é adequado preparar uma lista das siglas com seus significados. Pode se incluída após o sumário ou no final da obra.

### *Apresentação:*

É um texto breve, redigido comumente por uma personalidade ou autoridade na matéria. Destina-se a apresentar a obra ao leitor, destacando determinados aspectos interessantes. Deve ser composta no mesmo corpo que o texto da obra e começar sempre na frente de uma página. A apresentação é opcional.

### *Prefácio:*

Texto redigido pelo autor, onde se justificam as razões que o levam a escrever a obra. A tipografia é, geralmente, idêntica à da apresentação, sendo também frequente, a prática de compor esta parte em itálico para destacar o texto e quebrar a monotonia. Deve imprimir-se numa página de frente.

### *Introdução:*

Pode ser a primeira seção do texto da obra, mas, quando redigida à parte pelo próprio autor ou por outra pessoa – substituindo, às vezes, a apresentação ou prefácio – tratar-se-á, sob o ponto de vista tipográfico, da mesma maneira que a apresentação ou prefácio. É costume datar a introdução, quando redigida separadamente do corpo da obra, fazendo-se figurar o nome do autor da mesma.

#### **4.3.3.2 ELEMENTOS PARTICULARES DO TEXTO OU TEXTUAIS**

São aqueles que ajudam a aumentar a legibilidade da obra, destacando as diversas seções, acompanhando as ilustrações, introduzindo determinados comentários complementares.

### *Títulos e Subtítulos:*

Compõem-se imediatamente antes do texto a que se referem, utilizando-se, porém, uma tipografia diferente (corpo maior, maiúsculas, negrito, itálico etc.) da utilizada na composição do texto, para obter o máximo destaque.

### *Citações:*

As citações de textos se escrevem entre aspas (" "). É costume repetir as aspas de abertura no início de cada linha quando a citação ocupa várias linhas. Na ti-

pografia tradicional existem aspas de abertura e aspas de fechamento. Essa diferença tende a desaparecer nos jogos de caracteres disponíveis nos dispositivos de composição fria, que usam unicamente as aspas de abertura. As aspas poderão ser evitadas utilizando, para a composição de citações, um corpo de letra inferior de um ou dois pontos com relação ao corpo utilizado na composição do texto.

### *Notas de Rodapé:*

São identificadas mediante chamadas no texto (asteriscos, números ou letras), e compostas, normalmente, num corpo menor que o utilizado para a composição do texto, e separadas deste por uma fina linha horizontal. Deve prestar-se atenção especial à localização da nota, cujo início situar-se-á na página onde se encontra a correspondente chamada, podendo porém, quando o texto da nota for muito grande, continuar na parte inferior da página seguinte, separada do texto por um traço. A prática de certos editores de enviar as notas ao fim do corpo da obra não se justifica, já que o leitor raramente apreciará o exercício que é, obrigado a fazer, pulando do texto que está lendo para o fim da obra, devendo depois voltar a ler o texto onde tinha parado.

### *Quadros:*

Reúnem e sintetizam, em pouco espaço, uma quantidade considerável de informação. Devem estar numerados e localizados, no texto, o mais próximo possível do lugar onde são chamados. Todos os quadros são compostos num mesmo corpo, normalmente dois a três pontos abaixo do corpo utilizado para a composição do texto, devendo ser precedidos de um cabeçalho que permita uma visão rápida de seu conteúdo.

### *Ilustrações:*

Constituem um elemento essencial em determinadas obras e sua preparação editorial e a escolha do método de impressão requerem uma atenção especialíssima. No que diz respeito à sua localização no texto, aplicam-se as mesmas considerações acima expostas a propósito dos quadros.

### *Pés das Figuras:*

São textos curtos, compostos num corpo menor e geralmente diferente do utilizado na composição do texto, que caracterizam brevemente o conteúdo da figura. Os pés das figuras situam-se embaixo destas, sendo seu comprimento igual ou menor que a largura da ilustração.

### ***Comentários ou Notas Marginais:***

Indicações na margem, referentes a uma determinada parte do texto. Compõem-se num corpo utilizado para composição do texto, igual ou inferior ao utilizado para composição das notas de rodapé. São colocadas, na medida do possível, com a primeira linha à mesma altura que o texto a que se referem. Na sua composição, utiliza-se ou não a justificação à direita, mas, de preferência, trata-se de evitar os cortes das palavras.

### ***Cabeçalhos ou Títulos Correntes:***

Para facilitar a localização do conteúdo é freqüente, em obras de certo nível, colocar na parte superior das páginas, um pouco separado do texto, um cabeçalho ou título corrente composto em tipografia diferente da utilizada na composição do texto, que indica o título do capítulo ou da seção à que a página pertence, ou o nome do autor do mesmo, em obras coletivas. No caso de obras de um único autor, é freqüente repetir o nome em todas as páginas pares (à esquerda, páginas de verso) e colocar o nome da obra em todas as páginas ímpares (à direita, páginas de frente). A utilização de cabeçalhos ou títulos correntes é altamente aconselhável.

#### **4.3.3.3 ELEMENTOS FINAIS OU PÓS-TEXTUAIS**

### ***Apêndices ou Anexos:***

São complementos do texto, reunidos no fim deste para não sobrecarregar o corpo principal da obra, ou para dar uma visão global sobre algum aspecto complementar do texto principal. São compostos em um corpo inferior ao utilizado na composição do texto (igual ao utilizado na composição das notas de rodapé). Os apêndices devem comportar um título explícito e começar em página de frente.

### ***Glossário ou Vocabulário:***

Dão definições breves dos termos técnicos ou especializados utilizados e, eventualmente, sua tradução em outras línguas. É composto em um corpo inferior ao utilizado no texto principal. Pode-se destacar o termo de sua definição utilizando uma combinação de caracteres itálicos e romanos ou negritos e romanos.

### ***Bibliografia:***

A apresentação das referências bibliográficas é padronizada e deve evitar-se qualquer desvio das normas estabelecidas. No Brasil, é mais comum a adoção da NBR 6023 da ABNT. As referências bibliográficas podem aparecer localizadas dentro do texto, em nota de rodapé, em forma de uma lista no fim de cada capítulo ou no fim da obra. As referências podem ser ordenadas alfabeticamen-

te, sendo que os números de chamada devem preceder as respectivas referências, ou ordenadas sistematicamente, ou ainda em ordem de aparecimento no texto. As referências são chamadas no texto mediante números arábicos entre parênteses.<sup>21</sup> Devem permitir a identificação unívoca do documento citado. O editor deve zelar pela apresentação das referências com a qualidade e homogeneidade requeridas. As referências em notas de rodapé ou em lista no final da obra serão compostas em corpo inferior ao utilizado na composição do texto da obra.

**Índice:**

Ver tópico 4.4.4.2.

**Colofão:**

Encontra-se reduzido, na maioria das obras atuais, a uma simples menção do editor e do impressor e, eventualmente, sobre a data de impressão, e em muitas obras, não existe em absoluto.

#### **4.3.3.4 ELEMENTOS EXTRATEXTUAIS**

Conhecidos genericamente pelo nome de "capa"– encadernada (revestimento duro) ou brochada (revestimento flexível) – os elementos extratextuais merecem atenção especial. É por meio deles que o leitor estabelecerá o primeiro contato com a obra, podendo interessar-se por sua leitura ou dela desestimular-se, adquiri-la ou não, dependendo da aparência ou primeira impressão que ela possa causar-lhe.

A capa da brochura, resultado do produto livro, é hoje consolidada e utilizada na maioria das publicações impressas, por sua praticidade e custo mais barato que a encadernação, utilizada para coleções especiais ou obras mais volumosas.

Araújo (1995, p.470) esclarece que a "capa brochada" constitui-se de diferentes elementos:

---

<sup>21</sup> Outras formas possíveis: ano da publicação e página citada entre parênteses, ou apenas o ano da publicação entre parêntesis seguida de letras do alfabeto, em caixa baixa, em caso de obras do mesmo autor publicadas no mesmo ano.

- primeira capa (face externa da segunda capa), necessariamente área impressa ou de grafismo;
- segunda capa (face interna da primeira capa), área não destinada à impressão;
- terceira capa (face interna da quarta capa), área não destinada à impressão;
- quarta capa (face externa da terceira capa), opcionalmente área impressa ou de grafismo;
- primeira orelha (dobra da primeira capa);
- segunda orelha (dobra da quarta capa);
- lombada ou lombo (dorso ou parte posterior do livro, oposta ao corte longitudinal das folhas).

#### 4.4 FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES

*“ ... a tipografia, a forma do livro, a sua estrutura, a forma de comunicação global do objeto-livro (...) tem que atender à necessidade do tipo de pensamento do qual é depositário.” (Magalhães, 1981, p. 77)*

Castello (2000, p. 1) em reportagem no Caderno de Cultura de *O Estado de São Paulo* noticia o trabalho do crítico literário Silviano Santiago na coordenação da coleção *Intérpretes do Brasil*, encomendada pela Comissão Nacional para os 500 Anos do País. Santiago define a obra, que compila dez ensaios e um romance em três volumes, como a primeira "brasileira portátil", pois os livros possuem forma compacta, são discretos e cabem numa pasta. O formato foi meticulosamente estudado, optando-se pelo papel-bíblia que tornou possível compactar quase cinco mil páginas em poucos volumes. A obra apresenta, ainda, "exemplar índice onomástico e de idéias", sendo que os do livro de Gilberto Freyre incluído na coletânea foram elaborados por Edson Néri da Fonseca.

Oddone (1998, p. 16) em dissertação de mestrado, cuja temática é estabelecer uma convergência epistemológica entre a atividade editorial e a Ciência da Informação, adota um formato gráfico diferente dos utilizados tradicionalmente nos trabalhos acadêmicos em nível de pós-graduação. Ela registra textualmente em sua dissertação:

O formato gráfico que adotei na apresentação deste trabalho – abandonando inclusive a tradicional numeração progressiva das seções – aspira oferecer [sic] uma pequena contribuição para o enriquecimento das normas e padrões que orientam a elaboração dos trabalhos acadêmicos de pós-graduação em nossa área. Seguindo esse critério, preferi indicar as referências bibliográficas das obras que utilizei mais diretamente como notas à margem, ao longo dos diferentes capítulos.

O que se observa na literatura de um modo geral em termos de publicações monográficas é que existem quatro situações, nem sempre tão bem definidas, quanto ao conteúdo e à forma de apresentação:

- livros de bom conteúdo com má qualidade de apresentação;
- livros de conteúdo ruim com boa qualidade de apresentação;
- livros de conteúdo ruim e com má qualidade de apresentação;
- livros com bom conteúdo e boa qualidade de apresentação.

Qualquer usuário apontaria a quarta situação como a preferível. Todavia, infelizmente, ainda são raros os casos em que se pode constatá-la.

Por *qualidade de apresentação* deve-se entender não propriamente os padrões de beleza estética da embalagem do produto denominado livro, pela dificuldade que se tem em definir um padrão de beleza diante da diversidade de gostos e costumes, decorrentes das variedades culturais. A qualidade de apresentação refere-se especificamente à preocupação com o registro de itens que possibilitam a fácil e rápida identificação dos principais componentes de uma obra, principalmente a recuperação de seu conteúdo, como, por exemplo, a clareza e a legibilidade, a harmonia de cores, a estrutura temática do documento, a organização das citações e notas bibliográficas, a existência ou não de sumário e índice, folha de rosto, título e subtítulo na capa, título de lombada, texto informativo na quarta capa, dentre outros elementos.

A forma de apresentação deve obedecer a critérios técnicos de documentação, sobretudo quanto às normas de editoração, visando ao estabelecimento de padrões mínimos de normalização que facilitem a rápida identificação e o mais fácil acesso aos assuntos tratados na obra.

Os critérios de avaliação do *conteúdo* de um livro relacionam-se com o nível de cobertura e exaustividade dos assuntos analisados, com a atualidade dos temas ou da abordagem sobre eles e com a efetiva contribuição do título à área específica do conhecimento a que se refere.

#### **4.4.1 A QUESTÃO DO CONTEÚDO E DA FORMA DE APRESENTAÇÃO**

A história jurídica relata um fato curioso sobre a questão da forma de apresentação e do conteúdo. Divulgação do *Jornal de Brasília* registra a ocorrência com a manchete “Vinho imoral é vetado pelo Ministério da Agricultura”. A empresa vinícola do Rio Grande do Sul, Wizard, entrou com o pedido de registro do rótulo de seu novo vinho junto à Secretaria Estadual. O rótulo deveria conter especificações mínimas, como nome do vinho, teor alcoólico, data de produção, entre outras. O problema surgiu porque a conceituada empresa no mercado de bebidas atribuiu o seguinte nome ao vinho: “Já tô de saco cheio”. Os técnicos da Secretaria Estadual de Agricultura ficaram impressionados com aquele nome, manifestaram um certo mal estar, todavia, não sabiam como argumentar no sentido de não conceder o registro ao rótulo da referida bebida, pois as especificações técnicas estavam atendidas. O incômodo era com o tal nome. O que fazer? O processo de registro passou pelas mãos de diversos técnicos e do próprio secretário, mas não havia o que fazer a não ser solicitar o parecer de instâncias superiores. O processo chegou ao Ministério da Agricultura. A mesma impressão negativa foi manifestada pelos técnicos desta instituição. Um dos profissionais deste órgão ficou muito incomodado e foi buscar razões jurídicas para fundamentação de seus argumentos objetivando a desaprovação daquele “escandaloso” nome. O vinho até que era de boa qualidade. O problema era o rótulo. O referido jurista buscou seu argumento maior na Constituição então vi-



gente (de 1967), que em determinado artigo apregoava que “será coibido todo atentado ao belo e aos bons costumes”. Esse artigo foi revogado pela Constituição atualmente em vigor, promulgada em outubro de 1988, provavelmente por que se percebeu como era difícil definir o *belo* e o que seria *bons costumes*.

O fato pitoresco acima narrado serve de ilustração à dualidade conteúdo versus forma de apresentação. Ambos são complementares e, de maneira alguma, competem entre si. O mais importante é reconhecer que a forma é a vestimenta da informação registrada em qualquer tipo de suporte, que constitui o documento. São necessários, portanto, cuidados na preparação da obra, a fim de que a interface do produto final com o seu consumidor possa propiciar-lhe satisfação, comodidade e, sobretudo, facilidade na identificação e localização dos assuntos por ele procurados.

#### **4.4.2 NORMAS DA ABNT SOBRE DOCUMENTAÇÃO**

A ABNT – órgão responsável pela normalização técnica no Brasil – publicou as seguintes normas brasileiras (NBRs) sobre documentação e que são de interesse em termos de editoração:

- Referências bibliográficas (NBR 6023, 1990);
- Numeração progressiva das seções de um documento (NBR 6024, c1990);
- Sumário (NBR 6027, c1990);
- Apresentação de livros (NBR 6029, 1993);
- Preparação de índices de publicações (NBR 6034, 1989);
- Apresentação de citações em documentos (NBR 10520, 1992);
- Preparação de folha de rosto do livro (NBR 10524, 1993);
- Título de lombada (NBR 12225, 1992); e
- Apresentação de originais (NBR 12256, 1992).

#### **4.4.3 CAPA E QUARTA CAPA**

Há trabalhos muito bons em termos de capa, que chegam a agradar aos olhos. Todos os livros deveriam ser assim. O livro também é um produto que será consumido pelo leitor, por meio de sua leitura, seja para fins de estudo/aprendizado, ou simplesmente pelo prazer de ler. É certo que dificilmente alguém adquira um produto de que não goste. Na tentativa de atender satisfatoriamente aos clientes, algumas editoras já estão preocupando-se em fazer o trabalho de “embalagem” do produto profissionalmente, isto é, com beleza e qualidade.

A utilização da chamada quarta capa, ou última capa do livro, para divulgação do conteúdo, informações sobre o autor, ou apresentação do resumo de outras obras, representa uma comodidade para o leitor, que facilmente obterá informações objetivas por meio da obra que tem em mão, dispensando o ato de abertura do livro ou o compulsar de suas páginas. Isso parece, à primeira vista, irrelevante. Todavia, pode influenciar na decisão de um leitor quanto à aquisição ou não de um livro.

Pessoas envolvidas no trabalho de editoração ponderam sobre a possível majoração de preços dos livros. Esses cuidados com a apresentação encarecem a obra? Talvez muito menos do que se imagina. A variação de alguns centavos não será fator impeditivo para a aquisição da obra. O investimento na melhoria de qualidade vale a pena. O resultado compensa: um conteúdo bom tecnicamente, com uma apresentação de qualidade.

#### **4.4.4 DIFERENÇAS EXISTENTES ENTRE SUMÁRIO E ÍNDICE**

É comum a confusão entre sumário e índice, de tal forma que nem sempre os editores sabem distinguir um do outro. Para deixar a questão esclarecida, seguem as considerações abaixo.

#### 4.4.4.1 SUMÁRIO

##### *Definição:*

Enumeração das principais divisões, seções, capítulos, tópicos e outras partes do documento, na mesma ordem em que os assuntos são apresentados.

##### *Finalidade:*

Apresentar uma visão geral e rápida do conteúdo e estrutura do documento.

##### *Localização:*

Deve figurar sempre no início do documento, imediatamente após a página de rosto, dedicatória, agradecimentos e epígrafe, se os houver.

##### *Extensão:*

Relaciona-se proporcionalmente com a extensão da obra. Porém, é recomendável que não seja muito extenso (aproximadamente umas quatro páginas). Assim, um documento de menor volume apresentará, a princípio, um sumário pequeno; outro de maior volume incluirá um sumário mais extenso.

##### *Arranjo:*

A subordinação dos itens do sumário deve ser destacada na apresentação tipográfica, respeitando a numeração e subordinação dos títulos no texto. Geralmente, utilizam-se pontos de guia entre o fim da linha do sumário e a indicação da página, para facilitar a localização das diferentes partes dos capítulos.

##### *Tipologia:*

O sumário pode ser sintético, apresentando apenas uma visão da estrutura do livro, ou analítico, especificando detalhadamente os assuntos desenvolvidos na obra.

#### 4.4.4.2 ÍNDICE

##### *Definição:*

Listagem detalhada dos assuntos, nomes de pessoas, nomes geográficos, efemérides etc., com a indicação de sua localização no texto.

##### *Finalidade:*

Buscar e recuperar informações, indicando a localização do tópico a que se refere cada entrada ou verbete.

##### *Localização:*

Deve figurar sempre no final do texto, imediatamente após o glossário e a bibliografia.

##### *Extensão:*

Deve ser extenso e exaustivo, isto é, assegurar a recuperação de todas as informações apresentadas no documento, relativa à tipologia do índice.

##### *Arranjo:*

O índice deve indicar a informação a ser localizada (entrada, critério de busca) e a página da obra (ou parágrafo da página) em que se encontra. Sendo a informação correspondente a cada entrada normalmente curta, o índice é geralmente composto em duas colunas, utilizando-se de um corpo relativamente pequeno (por exemplo, igual ao corpo utilizado na composição dos quadros).

*Tipologia:*

Índices conforme seu arranjo: alfabéticos, concordâncias, cronológicos, hierárquicos, numéricos.

Índices conforme o tipo de entrada: bibliográfico (título), citações, onomástico (autor, nomes), palavras-chaves, descritores, temático (assunto).

QUADRO 1  
Principais Diferenças entre Sumário e Índice

	DEFINIÇÃO	FINALIDADE	LOCALIZAÇÃO	EXTENSÃO	ARRANJO	TIPOLOGIA
<b>SUMÁRIO</b>	Enumeração das principais divisões, seções, capítulos, tópicos e outras partes do documento, na mesma ordem em que os assuntos são apresentados.	Apresentar uma visão geral e rápida do conteúdo e estrutura do documento.	Início do livro	Depende do volume e do objetivo do livro. Geralmente, não é muito extenso.	Subordinação dos itens destacada na apresentação tipográfica, respeitando a numeração e os títulos no texto. Geralmente, utilizam-se pontos de guia entre o fim da linha do sumário e a indicação da página.	Analítico ou Sintético.
<b>ÍNDICE</b>	Listagem detalhada dos assuntos, nomes de pessoas, nomes geográficos, efemérides etc., com a indicação de sua localização no texto.	Buscar e recuperar informações, indicando a localização do tópico a que se refere cada entrada ou verbete.	Final do livro	Deve ser extenso e exaustivo.	Deve indicar a informação a ser localizada (entrada, critério de busca) e a página da obra (ou parágrafo da página) em que se encontra. Geralmente, apresenta-se em duas colunas e em fonte menor que a do livro.	Cf. arranjo: alfabético, concordância, cronológico, hierárquico, numérico. Cf. tipo de entrada: bibliográfico, onomástico, temático, geral.

#### 4.4.5 CRIATIVIDADE VERSUS NORMALIZAÇÃO

A criatividade é uma das características que tem sido exigida como parte integrante do perfil de um profissional no mundo de hoje, marcado por mudanças aceleradas e alta competitividade. Esse componente *criatividade* tem sido valorizado mais que outros elementos que, até pouco tempo, eram considerados fundamentais. O surgimento de novas profissões exigidas pela atualidade tem provocado certa instabilidade e insegurança, comuns em períodos de transição. O rápido desenvolvimento tecnológico está gerando uma revolução no modo de vida das pessoas, por mais que elas não queiram envolver-se com essa “modernidade incomodativa”. Não há mais estabilidade nem segurança no mundo contemporâneo. O que se pode afirmar de seguro é que nada mais está seguro. Isto faz parte de um processo dinâmico de transformações econômicas, políticas, culturais, sociais e espirituais que afetam a todos indistintamente, embora o impacto em cada classe social seja diferenciado.

A normalização jamais poderia atuar como elemento impeditivo da criatividade. Conforme salienta o manual da ABDF (1980, p.3) sobre editoração de publicações oficiais<sup>22</sup>, ao esclarecer que o seu objetivo não é “... retirar do editor a parcela de criatividade que lhe deve ser reservada para singularizar sua publicação, de acordo com critérios que entender cabíveis em face da natureza da publicação e do público a que se destina.”

As normas de editoração, consubstanciadas ou não em manuais de editoração, devem preservar a criatividade. Os dois itens – normalização e criatividade – poderiam *a priori* parecer paradoxais. Porém, contrariamente, são complementares. A par da criatividade que enriquece o valor da obra, a adoção de normas mínimas de editoração reconhecidas nacional e internacionalmente facilita, pela uniformidade delas decorrentes,

---

<sup>22</sup> ABDF. Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras. *Manual de normas mínimas de editoração para publicações oficiais*. Brasília, 1980. Apresentação.

“a identificação, a guarda, a distribuição, o registro e outras funções próprias da atividade documental.”<sup>23</sup>

A principal razão da existência de uma publicação é oferecer ao leitor/usuário/consulente/consumidor, com facilidade e rapidez, as informações que são de seu interesse. Por se tratar de um produto, o livro também deve ser preparado visando à conveniência, comodidade e prazer do leitor, não simplesmente como objeto ou artigo de consumo, mas como instrumento de veiculação informacional, quaisquer que sejam seus objetivos. Neste caso, a criatividade do arte-finalista deve preponderar como fator decisivo no mecanismo de comunicação entre a obra e o seu destinatário. A normalização, em hipótese alguma, pode ou deve funcionar como uma “camisa de força”. A própria finalidade da normalização, como já foi destacado no tópico 4.2.2 não é restringir, limitar, mas, assegurar a qualidade do produto, para beneficiar seus consumidores.

A recuperação dos assuntos tratados na obra depende da existência de determinados elementos previstos e requisitados pelas normas de documentação, em especial, as que se relacionam mais diretamente com a editoração de publicações, enumeradas em 4.4.2. Os responsáveis pela edição precisam dispor de profissionais especializados que possam trabalhar criativamente esses elementos no livro a ser publicado. Assim, os critérios sugeridos pelas normas serão obedecidos, principalmente quanto à existência de elementos pré-textuais, pós-textuais e extra-textuais sem que isso prejudique o projeto gráfico da obra.

Criatividade e normalização são dois requisitos fundamentais em editoração. Os responsáveis pelo trabalho editorial já vêm adotando procedimentos empíricos, com atenção a algumas normas e negligência a outras. Acredita-se que maior especialização na área conduzirá a efetiva conciliação entre criatividade e normalização, cujo principal resultado será o benefício do público-alvo, consumidor das informações registradas em produtos de maior qualidade técnica, resultante da obediência a

---

<sup>23</sup> Id. Ibid.



normas editoriais, e estética, configurada na forma de apresentação que facilite a legibilidade do documento.

#### 4.4.6 MANUAIS DE ESTILO

As instituições que atuam na área de edição de publicações periódicas ou monográficas geralmente elaboram<sup>24</sup> os seus próprios manuais de editoração, mais conhecidos como *manual de estilo*, cujo objetivo é estabelecer critérios quanto à redação e padronização de formas de apresentação dos textos publicados sob sua responsabilidade. Assim é que os principais jornais e editoras do Brasil e do mundo possuem os instrumentos direcionados especificamente para editoração de suas publicações. Dentre os principais, alguns podem ser destacados segundo a classificação apresentada a seguir.

##### 4.4.6.1 PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Das instituições responsáveis pela publicação de jornais e revistas não especializados e de circulação nacional, principalmente, incluem-se no Brasil: Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e O Globo, com seus manuais de redação e estilo.

Periódicos americanos especializados em direito e publicados por instituições de ensino, como são o caso do *Harvard Law Review*, o *Stanford Law Review* e o *Yale Law Journal*, apresentam orientações aos colaboradores na redação de artigos e definem que quanto à padronização de citações bibliográficas seja adotada a 16. edição do documento *The bluebook: a uniform system of citation*.

Periódicos brasileiros especializados em ciências políticas e direito procuram definir normas editoriais para normalização técnica de suas publicações. A *Revista de Informação Legislativa*, editada pelo Senado Federal inclui as "Orientações Editoriais", que deveriam ser publicadas

---

<sup>24</sup> Seria mais acertado dizer "deveriam elaborar", pois a prática de normalização técnica ainda não é comum na realidade editorial brasileira.

em todos os fascículos, o que não ocorre na prática.<sup>25</sup> A revista da Faculdade de Direito da UnB inclui as "Normas de editoração da Notícia do Direito Brasileiro" e a *Comunicação & política* inclui em seus fascículos as "Normas para encaminhamento de trabalho".

A *Ajuris*, publicação da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul, registra informações lacônicas a esse respeito, como pode-se observar no seguinte texto:

Solicitamos aos senhores colaboradores que a composição datilográfica ou computadorizada dos textos remetidos para publicação, nesta Revista, seja clara e sem observações manuscritas, para facilitar a reprodução gráfica, que é feita por equipamento Scanner.

A *American Psychological Association* (APA) foi uma das primeiras instituições especializadas a definirem critérios técnicos de normalização editorial e é extremamente rigorosa quanto a isto. Tanto assim é que os artigos provenientes de qualquer parte do mundo e publicados com o selo APA, além de estar em língua inglesa, devem seguir as normas por ela estabelecidas. Caso contrário, sequer são aceitos.

#### 4.4.6.2 PUBLICAÇÕES MONOGRÁFICAS

Dentre as editoras comerciais de livros e folhetos destaca-se a Ática, com os livros *Manual de redação e revisão* e *Correspondência comercial e oficial*.

Instituições públicas também desenvolveram manuais específicos para edições de suas publicações, como é o caso dos seguintes órgãos:

- Presidência da República, com seu Manual de redação;
- Ministério da Justiça, com o Manual de redação e correspondência oficial;

---

<sup>25</sup> As últimas orientações editoriais dessa revista foram publicadas no v.33, n.131, jul./set. 1996.

- Ministério da Educação e do Desporto, com as Normas sobre correspondências e atos oficiais;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com o Manual de normalização das publicações oficiais;
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com o Manual de preparação de originais e revisão de textos das publicações do Gabinete da Revista;
- Tribunal Superior Eleitoral, com o Manual de estilo e padronização de publicações;
- Câmara Legislativa do Distrito Federal, com o Manual de atos oficiais;
- Senado Federal (Centro Gráfico), com o Manual de padronização de textos do CEGRAF.

Algumas instituições editam orientações específicas para periódicos e monografias, com identificação desses tipos de publicações em seus manuais, como são o caso:

- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com o Manual de norma de editoração do IBICT;
- Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF), com o livro Editoração de publicações oficiais;
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o Manual para normalização de publicações técnico-científicas;
- Universidade Federal do Paraná, com as Normas para apresentação de trabalhos, em sete volumes; e
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com a Normalização de documentos institucionais, em três volumes.

Instituições estrangeiras também publicam seus instrumentos de normalização técnica, como, por exemplo, a APA, que edita o seu *Publication Manual of the American Psychological Association*, como orientação dos que pretendem publicar textos por seu intermédio.

A Universidade de Chicago é responsável pela publicação do *The Chicago Manual of Style*, que já alcançou expressivas 14 edições. Esta Universidade oferece um importante serviço pela *Internet* de respostas a questões mais freqüentes – o *Chicago Manual of Style FAQ*.<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> Ver <http://www.press.uchicago.edu/Misc/Chicago/cmosfaq.html>.

## 5 MATERIAIS E MÉTODOS

### 5.1 VARIÁVEIS DA PESQUISA

As variáveis desta pesquisa estão apresentadas no quadro abaixo.

QUADRO 2  
Classificação das Variáveis

VARIÁVEIS		
INDEPENDENTES	INTERVENIENTES	DEPENDENTES
<u>Normalização Técnica</u> <ul style="list-style-type: none"><li>• Sumário Auxílio do sumário Número de tópicos do sumário</li><li>• Índice Auxílio do índice Número de tópicos do índice</li><li>• Numeração Progressiva Divisão do livro em tópicos</li><li>• Citações Notas no rodapé da página Notas no final do capítulo Notas no final do livro Notas inseridas no texto</li><li>• Outras Características Técnicas Tamanho da letra Espaçamento entre linhas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Formação profissional</li><li>• Experiência profissional</li></ul>	<u>Facilidade na Pesquisa</u> <ul style="list-style-type: none"><li>• tempo de pesquisa</li><li>• acesso à informação</li><li>• localização da informação</li></ul>

Para visualizar a relação entre as variáveis, foram utilizadas as fórmulas descritas a seguir:

$$1) NT = f (su, in, np, ci, oc)$$

Onde,

NT = normalização técnica

su = sumário

in = índice

np = numeração progressiva

ci = citações

oc = outras características técnicas

**2) su = f (as, ts)**

Ou seja,

O sumário (su) é função do auxílio do sumário (as) e do número de tópicos do sumário (ts).

**3) in = f (ai, ti)**

Ou seja,

O índice (in) é função do auxílio do índice (ai) e do número de tópicos do índice (ti).

**4) np = f (dl)**

Ou seja,

A numeração progressiva (np) é função da divisão do livro em tópicos (dl).

**5) oc = f (tl, ee)**

Ou seja,

Outras características técnicas (oc) é função do tamanho da letra (tl) e do espaçamento entre linhas (ee).

**6) ci = f (nr, nc, nl, nt)**

Ou seja,

As citações (ci) são função das notas no rodapé da página (nr), notas no final do capítulo (nc), notas no final do livro (nl) e das notas inseridas no texto (nt).

Supondo-se que a Facilidade na Pesquisa (FP) pressupõe a existência de Normalização Técnica e de outras características técnicas, então, define-se

**7) FP = f (as, ts, ai, ti, dl, tl, ee, nr, nc, nl, nt)**

**tp**

Onde tp = tempo para realização da pesquisa.

Sendo

$$8) NT = f(\text{su, in, np, ci, oc}) \Rightarrow NT = f(\text{as, ts, ai, ti, dl, tl, ee, nr, nc, nl, nt})$$

Temos que

$$9) FP = f(\underline{\text{as, ts, ai, ti, dl, tl, ee, np, nc, nl, nt}}) = \frac{NT}{tp} \therefore$$

$$10) FP = \frac{NT}{tp}$$

## 5.2 DEFINIÇÕES OPERACIONAIS

Os termos de maior importância para essa pesquisa foram definidos a seguir. Essas definições objetivam esclarecer os significados das palavras, delimitando-os aos objetivos da pesquisa.

### Acesso à informação

caminho percorrido para a localização da informação desejada.

### Comodidade

Qualidade do que é cômodo, isto é, diz-se de coisa que se presta bem ao uso a que se destina; que oferece facilidades (MELHORAMENTOS, c1988, p.241); útil, vantajoso, adequado, favorável, próprio (FERREIRA, c1986, p.438).

### Direito eleitoral

conjunto de normas que regulamentam os partidos políticos, o alistamento, a filiação partidária, as eleições, a apuração de votos, a posse dos eleitos, as pendências eleitorais, a imposição de penas aos infratores de conduta eleitoral e a Justiça Eleitoral, disciplinando os direitos políticos e a participação do povo na formação do governo.

### Editoração

conjunto ordenado de atividades relacionadas com a publicação de livros e que se iniciam com o preparo do original, prosseguem com a produção industrial (composição, impressão e acabamento) e terminam pela sua distribuição e comercialização.

## Editoração eletrônica

união de texto e ilustração realizada em computador, por meio de um ou mais programas, para a impressão de documentos e publicação de livros/periódicos. É também conhecida por *desktop publishing* (DTP).

## Elementos extra-textuais

partes externas do livro, como a primeira, segunda, terceira e quarta capas e as orelhas.

## Elementos pós-textuais

partes finais do livro, como bibliografia, apêndices e índices.

## Elementos pré-textuais

partes iniciais do livro, como folha de rosto, lista de tabelas e de ilustrações, sumário e prefácio.

## Elementos textuais

corpo da obra, contendo o texto principal e suas divisões.

## Facilidade na pesquisa

recuperação da informação desejada com rapidez e comodidade.

## Forma de apresentação

resultado do projeto gráfico, representando o ponto de contato do usuário/leitor com o produto/livro.

## Indexação

processo de análise temática de itens documentários (livros, capítulos, periódicos, artigos, etc.) que visa a recuperação de informações.

## Informação desejada

objeto de interesse do usuário.

## Literatura monográfica

conjunto de livros e de folhetos em determinada área do conhecimento.

## Livro

documento que registra informações de interesse do usuário, cuja estrutura é constituída de elementos pré-textuais, textuais, pós-textuais e extra-textuais.



## Localização da informação

posição exata da informação desejada em um livro.

## Normalização

atividade que objetiva a aplicação de normas técnicas estabelecidas por organismos nacionais, como a ABNT, e internacionais, como a ISO, para apresentação física e do conteúdo do documento, com vista à padronização. (GUILHERME, 1996, p. 83)

## Processamento técnico

conjunto de atividades destinadas ao registro, à catalogação, à classificação e à indexação de documentos.

## Profissional de editoração

categoria na qual estão abrangidos todos os envolvidos, direta e indiretamente, na geração e divulgação do produto denominado livro – sejam editores, publicadores, autores, revisores, arte-finalistas, etc.

## Projeto gráfico

forma pela qual o livro é estruturado fisicamente, considerando-se os elementos pré-textuais, textuais, pós-textuais e extra-textuais.

## Qualidade de apresentação

refere-se especificamente à preocupação com o registro de itens que possibilitam a fácil e rápida identificação dos principais componentes de uma obra, principalmente a recuperação de seu conteúdo, como, por exemplo, a clareza e a legibilidade, a harmonia de cores, a estrutura temática do documento, a organização das citações e notas bibliográficas, a existência ou não de sumário e índice, folha de rosto, título e subtítulo na capa, título de lombada, texto informativo na quarta capa, dentre outros elementos.

## Recuperação da informação

acesso e localização da informação desejada.

## Títulos correntes

expressão empregada nesta pesquisa no sentido dos livros que estão sendo publicados atualmente em edições ou reedições e colocados à disposição do público pelos trâmites do mercado editorial, isto é, estão em circulação ou são co-

mercializados por meio de editoras, distribuidoras, livrarias, bancas, vendedores pessoais, etc.

## Usuário

cliente ou consumidor da informação.

### **5.3 TIPO DE PESQUISA**

Esta pesquisa caracteriza-se como quase experimental, pois não há grupo de controle, e busca verificar a relação de causalidade existente entre a variável independente (normalização) e as variáveis dependentes (vinculadas à facilidade de acesso e de localização da informação desejada).

### **5.4 UNIVERSO DA PESQUISA**

O universo desta pesquisa está dividido em três segmentos, conforme discriminado abaixo:

- editoras jurídicas brasileiras que publicam livros na área de Direito Eleitoral;
- literatura especializada em Direito Eleitoral; e
- estudantes e professores de direito, bibliotecários e usuários de bibliotecas especializadas.

### **5.5 SELEÇÃO DA AMOSTRA**

#### **5.5.1 EDITORAS**

O universo total de editoras jurídicas existentes no Brasil não é superior a cinquenta e este número reduz-se, praticamente, à metade em se tratando das instituições que também editam títulos correntes de Direito Eleitoral. Não há neste universo editoras que publicam exclusivamente obras especializadas na área eleitoral.

Considerando-se que o universo em estudo é relativamente pequeno, optou-se pela análise de uma amostra intencional, definida segundo critérios de:

- porte: grande, médio e pequeno, em relação à quantidade de títulos jurídicos publicados;
- quantidade de títulos publicados em Direito Eleitoral: mínimo de cinco títulos; e
- atualização das publicações: entre 1990 e 1999.

Adotando-se os critérios expostos, as editoras selecionadas como amostra intencional foram:

- Grande porte: Saraiva S/A Livreiros Editores e Cia. Editora Forense;
- Médio porte: Livraria e Editora Brasília Jurídica Ltda.;
- Pequeno Porte: Édipro Edições Profissionais Ltda. e Juruá Editora Ltda.

A *Saraiva S.A. Livreiros Editores* é uma das mais importantes editoras do Brasil. Aos oitenta anos de sua fundação, em 1994, ela empregava diretamente 1.300 pessoas, contava com 25 grandes lojas e 8 unidades dentro de universidades. Em 1996, a Saraiva abriu a primeira de uma série de megalivrarias, totalmente informatizada. A partir de 1993, a Editora havia passado a editar também livros paradidáticos, obras de complementação do ensino das diversas matérias que compõem o currículo do ensino Fundamental e Médio. Em 1997, passa a editar livros nas áreas de Administração, Economia, Marketing destinados ao currículo do ensino de terceiro grau. Em março de 98, é inaugurada a Saraiva Mega Store de Campinas, interior de São Paulo, a maior loja de toda a rede, com 2 mil m<sup>2</sup>, no Shopping Center Iguatemi da cidade.<sup>27</sup>

A Cia Editora Forense é hoje um complexo livreiro, editorial e gráfico, que possui um catálogo com mais de 1.200 títulos, entre reedições de juristas consagrados e novos autores. Sediada no Rio de Janeiro, com

---

<sup>27</sup> Cf. <http://www.saraiva.com.br/institucional/institucional.htm>.

filiais em São Paulo e Belo Horizonte, trabalha diretamente com os livreiros, sem representantes.<sup>28</sup>

O Grupo Brasília Jurídica foi criado em 7 de junho de 1973. Atualmente, ele é constituído por três empresas: a Editora Brasília Jurídica, a Livraria Brasília Jurídica e a Brasília Jurídica Publicações Eletrônicas. Instaladas numa área de 1.100 m<sup>2</sup>, incluindo um galpão com capacidade para 500.000 livros, as empresas do Grupo Brasília Jurídica estão informatizadas e ligadas em rede, para o atendimento mensal de 15.000 clientes. Com cem títulos editados, a Editora Brasília Jurídica atende a mais de 200 livrarias em todo o país, e conta com uma rede de representantes atuantes na maioria das capitais e em diversas cidades do interior do país.<sup>29</sup>

A Édipro Edições Profissionais Ltda. e Juruá Editora Ltda. são editoras de pequeno porte que, na última década, vêm expandindo suas atividades editoriais na área jurídica. A Édipro é responsável pela publicação do livro *Direito Eleitoral Brasileiro*, de autoria de Joel José Cândido, que já alcançou a oitava edição neste ano de 2000. É uma editora da cidade de Bauru, no interior de São Paulo.

A Juruá é uma editora de Curitiba (PR) e, apesar da pequena quantidade de títulos com seu selo, é instituição que também está conquistando espaço no mercado editorial brasileiro. Possui página na *Internet*, no seguinte endereço: <http://www.jurua.com.br>.

### 5.5.2 LITERATURA

A literatura especializada em Direito Eleitoral é constituída por três grandes segmentos: doutrina, legislação e jurisprudência.

---

<sup>28</sup> Ver mais informações <http://www.foreense.com.br/foren03.htm>.

<sup>29</sup> Maiores informações podem ser localizadas no site [www.brasiliajuridica.com.br](http://www.brasiliajuridica.com.br).

A doutrina (do latim *doctrina*, de *docere* – ensinar, instruir, mostrar) é o conjunto de princípios expostos nos livros de Direito, em que se firmam teorias ou se fazem interpretações sobre a ciência jurídica. Verifica-se na doutrina uma identidade com a documentação científica tradicional, pois, como teoria, define e caracteriza os institutos jurídicos, isto é, os conjuntos de regras e princípios jurídicos que regem certas entidades ou certas situações de direito.

A legislação (do latim *legislatio* – estabelecimento da lei) é o conjunto de leis ou a soma de regras instituídas regulamentarmente a respeito de determinada matéria. Refere-se, também, ao estabelecimento de normas genéricas de conduta às quais se atribuem sanções quando do seu descumprimento. O aspecto vigência é característica peculiar da legislação, que pode determinar o valor da informação prestada ao usuário, referindo-se a situações como estar em vigor ou estar revogado.

A jurisprudência (do latim *jurisprudentia*, de *jus* – Direito, Ciência do Direito – e *prudentia* – sabedoria –, Direito aplicado com sabedoria) é o conjunto de decisões acerca de um mesmo assunto ou a coleção de decisões de um tribunal. Baseia-se em casos concretos que se encontram sub judice e se firma por sucessivas e uniformes decisões, constituindo-se em fonte criadora do Direito.

Quanto à seleção dos livros para esta pesquisa, preferiu-se fazer a análise de uma literatura atualizada, constituída de livros publicados após 1990, com vistas ao reconhecimento da realidade atual no campo da editoração e para efeito de verificação da obediência ou não aos critérios definidos pela ABNT em suas normas de documentação, publicadas após 1989.

A literatura especializada em Direito Eleitoral publicada no Brasil não é grande se comparada com outros segmentos do Direito, como o Constitucional, o Administrativo e o Processo Civil. Na década de 90, foram publicados aproximadamente duzentos títulos na área eleitoral, entre

lançamentos e reedições. Após conhecimento e agrupamento desses livros conforme as categorias doutrina, jurisprudência e/ou legislação, tomou-se por base para análise uma amostra que contemplasse as três categorias mencionadas. Além disso, houve cuidado de se verificar que esses livros apresentassem a diversidade de características que estão sendo testadas nesta pesquisa. Assim, foram escolhidos intencionalmente, observando-se as questões das categorias e da diversidade de características, vinte e cinco títulos publicados pelas cinco editoras já mencionadas, entendendo-se que uma quantidade superior à determinada não implicaria diferença nos resultados da pesquisa.

### 5.5.3 USUÁRIOS

Os usuários que forneceram subsídios para a pesquisa foram classificados em quatro grupos:

- *bibliotecários*: profissionais que trabalham no processamento técnico dessa informação específica ou da informação jurídica e no atendimento a pesquisas dessa área (bibliotecários de referência). Daí a escolha dos três órgãos do Poder Legislativo – Câmara dos Deputados, Senado Federal e Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) –, dos Tribunais Superiores que compõem o Poder Judiciário: STF, STJ, TST, TRF, STM e TSE, além de bibliotecários de instituições de ensino superior que possuem curso de Direito. Em cada órgão, foram escolhidos dois bibliotecários indicados pelo responsável pela unidade de informação: um, que atua no processamento técnico e outro, de referência; exceтуando-se a Católica, onde foi possível a pesquisa com apenas um bibliotecário;
- *estudantes*: alunos da disciplina Sistemas Eleitorais do curso de pós-graduação da Faculdade de Ciências Políticas da UnB. Essa escolha deveu-se à razão deles serem usuários potenciais da informação em Direito Eleitoral. O questionário foi respondido por estudantes matriculados na referida disciplina do segundo se-

mestre de 1999; alunos de graduação em Direito da UnB, UniCeub, AEUDF e Católica;

- *professores* de Direito de Instituições de Ensino Superior (IES) do DF;
- *analistas e técnicos judiciários e legislativos*, bem como *assessores* que atuam na área fim do TSE e da CLDF. Estão classificados em: assessores de Ministros e analistas/técnicos judiciários que trabalham nos sete Gabinetes de Ministros, na Procuradoria Geral Eleitoral, em três assessorias e nas oito Secretarias do Tribunal na formulação de informações, pareceres e despachos aos processos judiciais ou procedimentos administrativos que exijam conhecimentos especializados na área jurídica; assessores da Comissão de Constituição e Justiça, de Redação e de apoio a deputados da CLDF.

Após o recolhimento de cada questionário, o pesquisador registrou a qual segmento de usuários o respondente pertence, a fim de que fosse possível a avaliação das diferenças entre os grupos (bibliotecário, estudante de graduação ou pós-graduação, professor, assessor, analista judiciário ou técnico judiciário).

QUADRO 3  
**Amostra dos Respondentes**

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1. Alunos de pós-graduação em Ciência Política na UnB; disciplina: Sistemas Eleitorais	10
2. Alunos de graduação em Direito: UniCeub (9); UnB (1); AEUDF (1); Católica (2)	13
3. Professores de Direito: UniCeub (2); TSE (2)	04
4. Bibliotecários: TSE, TST, TRF, STM, STJ, TCU, STF, CD, SF, CLDF, UnB, UNICEUB, AEUDF, CATÓLICA (1)	27
5. Assessores da CLDF	06
6. Usuários do TSE: Assessores de Ministros, Secretarias e Coordenadoras.	30
<i>Total</i>	90

A amostra do Quadro 3 foi realizada com base na necessidade de avaliação da forma de apresentação de livros jurídicos, normalizados e não normalizados tecnicamente, por usuários potenciais e reais da informação eleitoral.

Sendo assim, optou-se primeiramente por submeter o questionário a alunos de pós-graduação de uma disciplina cuja temática principal fosse justamente a matéria eleitoral, o que acabou resultando no grupo de alunos especificados no item um. Foram dez alunos, ao total, pois a frequência média da turma era de onze alunos, conforme verificado pelo pesquisador em três vezes que esteve na sala de aula e confirmado pelo professor responsável pela citada disciplina. Um dos alunos era de nacionalidade estrangeira, recém-chegado ao Brasil, e ainda não dominava o Português. Por recomendação do professor da disciplina, não se aplicou o questionário ao referido aluno, a fim de se evitar possível comprometimento no resultado da pesquisa.

O item dois da amostra não estava previsto inicialmente. Todavia, considerando-se o número possivelmente reduzido dos alunos do item um, e aproveitando-se a oportunidade de aplicação do questionário a professores e bibliotecários de IES do DF, estendeu-se a amostragem também aos alunos de graduação de Direito, uma vez que igualmente são usuários potenciais da informação jurídica. O número de respondentes, como pode-se observar, é variado em cada instituição, pois a amostragem deste segmento foi aleatória. A preocupação principal, neste caso, era de que o aluno estivesse cursando Direito, independentemente da instituição em que isso ocorria.

O item três da amostra foi o mais difícil de ser concretizado. Daí um resultado pouco expressivo em termos numéricos. A intenção inicial era aplicar o questionário a dois professores de quatro IES do DF, as mesmas já especificadas no item dois. Ocorre que falar com professor é mais difícil do que se poderia pensar à primeira vista. São pessoas muito ocupadas, seja com as próprias atividades acadêmicas ou com as profissio-



nais, por que a maioria dos professores de Direito exerce, também, a advocacia. Após várias tentativas frustradas em diversas instituições, o pesquisador conseguiu acessar e "roubar um pouco do precioso tempo" de dois desses profissionais. Outros dois foram abordados na própria instituição em que o pesquisador atua profissionalmente, por meio de contato com a área de recursos humanos e de informações obtidas entre colegas de trabalho para "descoberta e identificação" de tais pessoas, que se prontificaram a colaborar na pesquisa.

O questionário foi aplicado, ainda, a bibliotecários de referência e de processamento técnico, conforme detalhado no item quatro do Quadro 3. Não houve dificuldade a esse respeito, excetuando-se que a programação inicial era de se conseguir que tal aplicação fosse efetuada a dois profissionais de cada instituição visitada (abrangendo os poderes Judiciário e Legislativo e IES do DF). Nesse último caso, apenas não foi possível a pesquisa com um bibliotecário de processamento técnico, o que pela quantidade de respondentes já atingida, não prejudicou o resultado da pesquisa.

Quanto ao item cinco do Quadro 3, conseguiu-se acessar seis assessores da CLDF, classificados como usuários reais da informação jurídica por trabalharem diretamente na elaboração e revisão de discursos, na redação de pareceres técnico-jurídicos e lidarem com Deputados Distritais, que são necessariamente usuários da informação eleitoral.

Finalmente, o item seis do Quadro 3 relaciona servidores do TSE, classificados como usuários reais da matéria eleitoral. Pelo fato do pesquisador trabalhar nesta instituição não houve dificuldades na realização da pesquisa, a não ser no que se refere ao acesso a alguns assessores de ministros que nem sempre estavam disponíveis para a pesquisa. Pela facilidade mencionada e importância de tais respondentes, este item representou, então, o maior contingente da amostra.

Finalmente, cabe destacar que, no total, o número de respondentes chegou a 90 (noventa), sendo que cada pessoa respondeu dois questionários: um sobre o livro normalizado e outro, sobre o livro não normalizado tecnicamente. Portanto, 180 (cento e oitenta) questionários forneceram elementos para análise das hipóteses principal e operacionais desta pesquisa.

## **5.6 COLETA DOS DADOS**

O levantamento dos dados foi realizado considerando-se o universo da pesquisa, primeiramente buscando-se saber se as editoras selecionadas possuíam manual de editoração ou normas próprias, adotavam critérios já definidos em manuais publicados comercialmente, seguiam as normas da ABNT, ou se não consideravam a questão da normalização técnica.

Em segundo lugar, por meio de pesquisa no acervo da Biblioteca do TSE, na base bibliográfica do Sistema do Congresso Nacional (SICON), mais conhecida como rede PRODASEN, e na Bibliografia Brasileira de Eleições e Partidos Políticos, organizada pelo Senado Federal, foi selecionada a literatura especializada em Direito Eleitoral, observando-se o critério de atualização das publicações, ou seja, que fossem editadas após 1990.

Finalmente, a verificação da influência da normalização na facilidade da recuperação de informações nos livros jurídicos foi possível mediante aplicação de questionário a estudantes e professores de direito, bibliotecários e usuários de bibliotecas especializadas.

## **5.7 ETAPAS DA PESQUISA**

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas, assim discriminadas:

1ª – Contato com as editoras selecionadas por correio eletrônico, fac-símile, telefone ou correio comum, com o objetivo de verificar se elas

possuem manual de editoração específico ou se seguem normas já existentes, publicadas ou não, ou, ainda, se adotam as normas de documentação elaboradas pela ABNT.

2ª – Análise dos livros selecionados como amostra do universo da pesquisa referente à literatura monográfica especializada em Direito Eleitoral. Essa análise foi realizada mediante manuseio dos próprios livros, comparando-se com variáveis definidas em normas de documentação da ABNT, quais sejam: título de lombada, folha de rosto, sumário, índice, numeração progressiva, citações e referências bibliográficas.

O objetivo da análise documental foi verificar se os livros estavam de acordo com tais normas. Para tanto, adotou-se como fundamentação as seguintes normas da ABNT: NBR 6023 – Referências Bibliográficas (1989); NBR 6027 – Sumário (1990); NBR 6029 – Apresentação de Livros (1993); NBR 6034 – Preparação de Índice de Publicações (1989); NBR 10520 – Apresentação de Citações em Documentos (1992); NBR 10524 – Preparação da Folha de Rosto de Livro (1990); NBR 12225 – Títulos de Lombada (1992); e NBR 12256 – Apresentação de Originais (1992).

A adoção dessas normas, para efeito da análise documental, não significa que haja plena concordância do pesquisador com as orientações estabelecidas pela ABNT, mas objetiva partir de pontos definidos sobre os quais já houve discussão e concordância das comissões responsáveis pela elaboração dessas normas.

3ª – Aplicação de questionário a estudantes de pós-graduação em Ciências Políticas, a estudantes de graduação em Direito de IES do DF, a professores de Direito, a bibliotecários do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, a usuários da biblioteca do TSE e assessores da CLDF. A seleção dos respondentes baseou-se no fato deles serem usuários reais ou potenciais da informação jurídica ou profissionais que com ela trabalham. Conforme exposto na seção 5.5.3, cada pessoa respondeu dois

questionários: um sobre o livro normalizado e outro, sobre o livro não normalizado tecnicamente.

O objetivo da aplicação do questionário foi identificar a influência da normalização e de outras características técnicas na facilidade do acesso e da localização do conteúdo da literatura especializada em Direito Eleitoral, bem como identificar quais partes do livro são mais frequentemente consultadas para recuperação de informações.

## **5.8 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS**

Os dados desta pesquisa foram analisados, mantendo-se a seqüência apresentada nas etapas descritas na seção anterior.

### **5.8.1 CONTATO COM AS EDITORAS**

O objetivo do contato com as editoras foi verificar se elas possuíam manual de editoração próprio, ou se adotavam algum já publicado, ou, ainda se seguiam regras específicas para editoração de suas publicações, como, por exemplo, as normas da ABNT.

As editoras foram contatadas pelos seguintes meios de comunicação: correio eletrônico, fac-símile, telefone e correio comum. Tais recursos foram utilizados de acordo com a facilidade que a editora oferecia. Deu-se preferência pelo uso do correio eletrônico, tendo em vista as facilidades que tal recurso oferece, sobretudo quanto à celeridade do processo. Com três das cinco editoras, manteve-se comunicação por correio eletrônico, uma por fac-símile e outra por fac-símile, correio e telefone.

Das cinco editoras, não se obteve resposta de uma delas – classificada como de pequeno porte, – embora houvesse insistência do pesquisador na tentativa de comunicação. Outra editora de pequeno porte respondeu informando que adotava sugestões apresentadas em obras de metodologia científica, como normas específicas para suas publicações.

A editora de médio porte informou que estava iniciando estudos no sentido da elaboração de um manual de editoração a ser adotado na preparação de seus livros. Todavia, até a conclusão desta pesquisa, o trabalho de normalização técnica da citada editora não havia evoluído.

As duas editoras de grande porte apresentaram respostas distintas. Uma delas afirmou adotar normas sugeridas na obra *A construção do livro* (ARAÚJO, 1986), e a outra, apesar de não adotar normas específicas, curiosamente ressaltou que não contrariava as orientações técnicas da ABNT.

À primeira vista, poder-se-ia visualizar um quadro assim: editoras de pequeno porte ainda não se preocupam com a normalização técnica; as de médio, estão começando esforços nesse sentido; e as de grande porte, provavelmente pela estrutura que possuem, já estariam mais preparadas para um trabalho com maior rigor técnico. Todavia, as respostas das editoras parecem indicar uma realidade existente no mercado editorial diferente da presumível: a de que a preocupação com a normalização técnica não depende exclusivamente da estrutura empresarial, mas principalmente da vontade política em realizar um trabalho de boa qualidade técnica que melhor atenda às necessidades e interesses dos usuários.

### **5.8.2 ANÁLISE DOCUMENTAL DA LITERATURA EM DIREITO ELEITORAL**

O Quadro 4 (p. 80) apresenta a relação dos livros analisados e organizados por editora, com citação dos títulos dos livros em ordem alfabética.

No Quadro 5 (p. 81), pode-se visualizar o grau de normalização dos livros selecionados como amostra, com base em variáveis extraídas das normas da ABNT, quanto aos seguintes aspectos: título de lombada; folha de rosto; sumário; índice; numeração progressiva; citações; e referências bibliográficas. Verificou-se, portanto, se os livros seguiam ou não as referidas normas, ou se não possuíam os elementos em análise.

O pesquisador procurou não se ater a minúcias das normas na análise documental, por considerar que seria “preciosismo” de sua parte, visto não ter encontrado um livro sequer, dentre os quase duzentos títulos publicados na área eleitoral nessa última década, que atendessem rigorosamente a todos os detalhes da normalização.

QUADRO 4

RELAÇÃO DOS LIVROS ANALISADOS POR EDITORA				
	EDITORA	TÍTULO DO LIVRO	LOCAL	DATA
1	Brasília Jurídica	A nova lei eleitoral à luz da jurisprudência do TSE	Brasília	1998
2	Brasília Jurídica	Código eleitoral anotado e manualizado	Brasília	1998
3	Brasília Jurídica	Introdução ao direito eleitoral positivo	Brasília	1994
4	Brasília Jurídica	Direito eleitoral positivo	Brasília	1998
5	Brasília Jurídica	Eleições 98: comentários à Lei Nº 9504	Brasília	1998
6	Édipro	Condutas vedadas aos agentes públicos em campanha eleitoral	Bauru (SP)	1998
7	Édipro	Direito eleitoral brasileiro	Bauru (SP)	2000
8	Édipro	Direito eleitoral: comentários à Lei 8713/93	Bauru (SP)	1994
9	Édipro	Investigação judicial eleitoral e ação de impugnação de mandato eletivo	Bauru (SP)	1994
10	Édipro	Manual de fiscalização eleitoral e partidária	Bauru (SP)	1998
11	Forense	Abuso de poder no direito eleitoral	Rio de Janeiro	1998
12	Forense	Direito eleitoral	Rio de Janeiro	1998
13	Forense	Direito eleitoral: legislação, doutrina e jurisprudência	Rio de Janeiro	1998
14	Forense	Manual das eleições	Rio de Janeiro	1998
15	Forense	Manual prático de direito eleitoral	Rio de Janeiro	1992
16	Juruá	Eleições 98: comentários à nova Lei eleitoral	Curitiba	1998
17	Juruá	Fidelidade partidária: impeachment e justiça eleitoral	Curitiba	1998
18	Juruá	Legislação eleitoral e partidária compilada	Curitiba	1998
19	Juruá	Propaganda eleitoral	Curitiba	1998
20	Juruá	Radiografia da lei das eleições	Curitiba	1998
21	Saraiva	Código eleitoral	São Paulo	1991
22	Saraiva	Código eleitoral comentado	São Paulo	1997
23	Saraiva	Comentários à Lei Orgânica dos Partidos Políticos	São Paulo	1992
24	Saraiva	As eleições municipais e o município na Constituição de 1998	São Paulo	1992
25	Saraiva	Direitos políticos: condições de elegibilidade e inelegibilidade	São Paulo	1994

Nota:

1. A amostra de livros analisados foi de 25 (vinte e cinco) títulos.

QUADRO 5

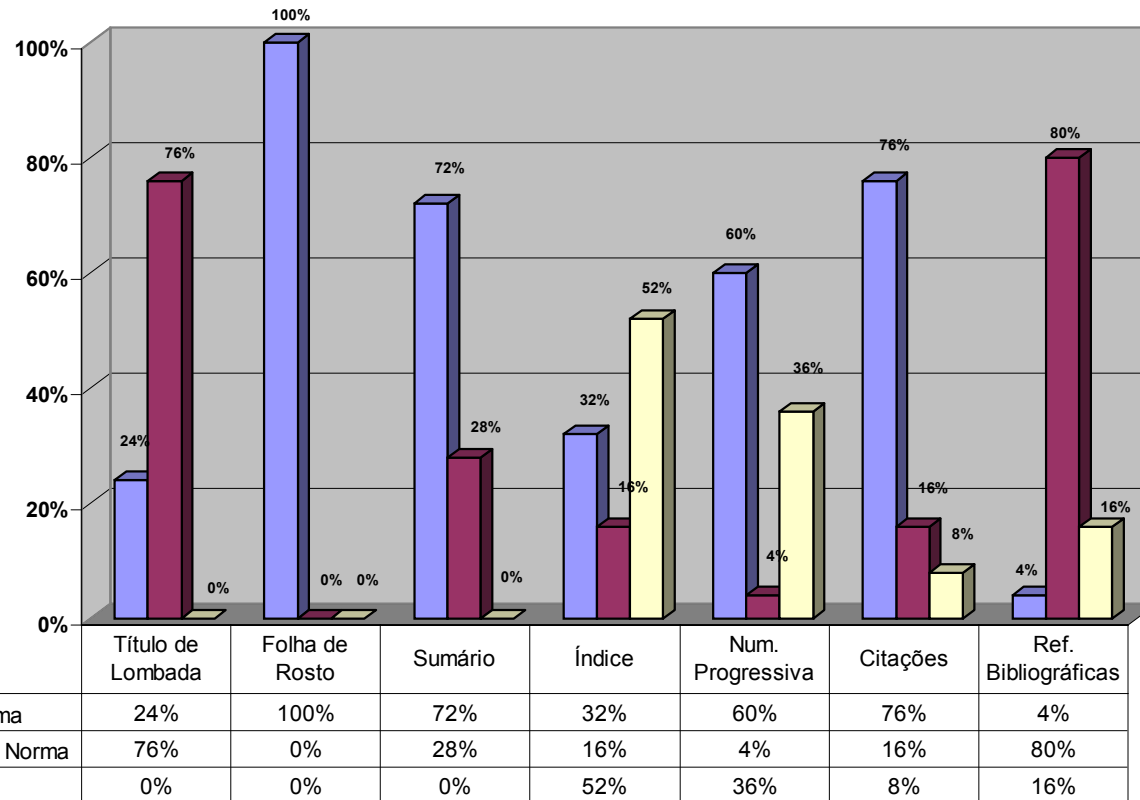
ANÁLISE DA NORMALIZAÇÃO EDITORIAL								
	TÍTULO DO LIVRO	TÍTULO DE LOMBADA	FOLHA DE ROSTO	SUMÁRIO	ÍNDICE	NUMERAÇÃO PROGRESSIVA	CITAÇÕES	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
1	A nova lei eleitoral à luz da jurisprudência do TSE	N	S	S	NP	NP	S	N
2	Abuso de poder no direito eleitoral	S	S	S	N	S	N	N+
3	Código eleitoral	N	S	S <sup>#</sup>	S	NP	NP	NP
4	Código eleitoral anotado e manualizado	S	S	S	S	S	S	N
5	Código eleitoral comentado	N	S	S*	NP	N	N	N
6	Comentários à Lei Orgânica dos Partidos Políticos	N	S	S*	NP	NP	S	N
7	Condutas vedadas aos agentes púb. Em camp. eleit.	N	S	S	NP	S	S	N+
8	Introdução ao direito eleitoral positivo	N	S	S*	NP	S	N	N
9	Direito eleitoral	S	S	S	S	S	S	N+
10	Direito eleitoral : legislação, doutrina e jurisprudência	S	S	S	S	S	S	N
11	Direito eleitoral brasileiro	N	S	S	NP	S	S	N
12	Direito eleitoral positivo	N	S	S*	NP	S	S	N
13	Direito eleitoral: comentários à Lei 8713/93	N	S	S	NP	NP	S	N
14	As eleições municipais e o município na Const. 1998	N	S	S*	NP	NP	S	N+
15	Direitos políticos: condições de eleg. e inelegibilidade	N	S	S*	NP	S	S	N+
16	Eleições 98: comentários à Lei N° 9504	N	S	S	NP	NP	S	N+
17	Eleições 98: comentários à nova Lei eleitoral	N	S	S	S	NP	S	NP
18	Fidelidade partidária: impeachment e justiça eleitoral	N	S	S	N	S	S	S'
19	Investigação judicial eleitoral e ação de impugnação de mandato eletivo	N	S	S	NP	NP	S	N
20	Legislação eleitoral e partidária compilada	N	S	S	N	NP	NP	N
21	Manual das eleições	S	S	S	NP	S	S	N
22	Manual de fiscalização eleitoral e partidária	N	S	S	S <sup>a</sup>	S <sup>o</sup>	N	N+
23	Manual prático de direito eleitoral	S	S	S	N	S	S	NP
24	Propaganda eleitoral	N	S	S	S	S	S	N+
25	Radiografia da lei das eleições	N	S	S	S	S	S	NP

LEGENDA: N → Não segue a norma    S → Segue a norma    NP → Não possui    \* → Denomina de índice    # → Denomina de índices sistemáticos  
 + → Denomina de bibliografia    ° → Numeração em romanos e árabicos    <sup>a</sup> → Índice apenas de parte do livro    ' → Coloca o <sup>a</sup> no número da edição



GRÁFICO 1

**Análise Documental da Normalização com Base em Normas da ABNT**



### 5.8.2.1 TÍTULO DE LOMBADA

A NBR 12225/92 da ABNT, que trata dos títulos de lombada, é uma norma extremamente simples, cuja extensão é de apenas duas páginas. Ela define que o título pode ser registrado na posição horizontal ou vertical. O primeiro caso é pouco usual e aplicável apenas para livros volumosos, cuja dimensão da lombada possibilite o registro das palavras do título horizontalmente.

A afixação vertical é a mais comum. A norma registra textualmente: “Título de lombada escrito longitudinalmente e legível do alto para o pé da lombada.” Poderia ser denominado de “descendente”, isto é, de cima para baixo, em contraposição ao ascendente, de baixo para cima. Esta forma de título de lombada vertical descendente permite que se faça a leitura do título quando o livro está deitado com a face para cima. Quando o livro está na posição vertical – forma mais prática de arquivamento nas estantes –, lê-se com facilidade o seu título, bastando inclinar a cabeça no sentido horário, ou seja, da esquerda para a direita. Este é o sentido da organização adotada em todo o Ocidente, bastando identificar como os números são acrescentados uns aos outros e como as palavras são compostas, letra a letra, sempre da esquerda para a direita.

Quando percorremos os olhos em estantes de bibliotecas ou prateleiras de livrarias, o movimento da cabeça de um lado e de outro é constante, pois ora os títulos de lombada são escritos de cima para baixo, conforme orientação normativa, ora de baixo para cima, contrariando a norma pertinente ao assunto. Foi o que se pôde observar pela análise documental, só que com um percentual favorável mais que três vezes ao formato ascendente. Apenas seis em vinte e cinco dos livros examinados atendiam a norma nesse aspecto. Os outros dezenove dos vinte e cinco livros analisados faziam o oposto do recomendado pela norma, conforme se observa no Gráfico 1 (p. 82).

### 5.8 2.2 FOLHA DE ROSTO

Todos os livros examinados obedecem a norma da ABNT referente à preparação da folha de rosto de livro, ressalvada a observação da seção 5.8.2 (p. 79) quanto ao não rigor referente a minúcias da norma. Trata-se da NBR 10524/90, que contém apenas duas páginas e cujo objetivo é facilitar o uso do livro pelos "bibliógrafos, bibliotecários e usuários."

Um esclarecimento inicial que cabe na análise dessa norma é o da adoção do termo *folha* e não *página*. Em nenhum ponto da norma, encontra-se a palavra *página*. Sempre é utilizado *folha*. Com justa razão, pois, folha representa duas páginas, ou seja, considera-se que os principais elementos para identificação da obra devem estar localizados no anverso e no verso da folha de rosto e não apenas em um deles.

Provavelmente possa atribuir-se ao interesse comercial das editoras essa identificação mais precisa do livro, destacando-se que, geralmente, o anverso da folha de rosto é uma reprodução fiel da primeira capa da obra. Assim, leitores e usuários que utilizam o livro em suas atividades profissionais não terão dificuldades em reconhecer o autor, o título e, principalmente, os dados relativos à impressão (local, editora e data de publicação do livro).

### 5.8.2.3 SUMÁRIO

A NBR 6027/90 trata da estrutura, localização e aspecto tipográfico do sumário. Esta norma possui duas páginas, deixando clara a distinção entre sumário e índice, dois elementos geralmente confundidos não só por leitores, mas também pelos próprios responsáveis pela edição de livros. A finalidade do sumário é apresentar uma visão de conjunto do conteúdo da obra, conforme sua estrutura organizacional, a fim de facilitar a localização dos assuntos nela tratados. Deve figurar, pois, logo no início da publicação.

A análise permitiu verificar que todos os livros possuíam sumário. Entretanto sete dos vinte e cinco livros analisados não seguiam a norma da ABNT, como pode-se observar no Quadro 5 (p. 81) e Gráfico 1 (p. 82). Nesses casos específicos, confundiu-se o sumário com o índice, seja pela troca de denominação do sumário por índice, seja por índices sistemáticos. Essa confusão também foi feita por algumas pessoas que responderam os questionários, conforme apresentado na Tabela 3 (p. 102), o que comprova que a falta de conhecimento desses dois elementos do livro ocorre por parte do leitor e do editor.

#### 5.8.2.4 ÍNDICE

A preparação de índice de publicações é regulamentada pela NBR 6034/89 da ABNT. Ao mencionar o tipo de publicação a que se refere esta norma, é destacado que ela “destina-se principalmente às publicações técnicas e científicas cuja extensão e complexidade exijam rápida localização das informações contidas no texto.”

Pelo seu caráter de exaustividade, isto é, a cobertura de todas as informações contidas na obra, diferentemente do sumário que apresenta uma visão geral da estrutura da obra, recomenda-se que o índice seja localizado no final da publicação, e registrado em tipologia de um a dois pontos menores que o texto comum.

O Gráfico 1 (p. 82) mostra números desanimadores a esse respeito. Apenas oito dos vinte e cinco livros analisados seguem a norma; quatro não obedecem as normas; e o mais grave, treze dos vinte e cinco não possuem índice. A maioria das obras técnicas, como é o caso das examinadas aqui, não apresenta esse importante e indispensável elemento facilitador da recuperação informacional.

Usuários mais exigentes, acostumados com a realização de pesquisas, tendem a descartar a aquisição de obras que não possuem índice. Quando da realização de pesquisas mais aprofundadas, é comum que o

bibliotecário observe a insatisfação do pesquisador quanto à consulta a essas obras sem índice.

Para o bibliotecário de referência, a indexação detalhada da obra em sistemas informatizados deveria cobrir essa lacuna, apesar de se saber das dificuldades de infra-estrutura e de operacionalização da maioria das instituições neste sentido. Uma indexação realizada em biblioteca dificilmente será tão detalhada e exaustiva como a indexação que resulta no índice do livro propriamente. Daí, ser comum, verificar que, na experiência cotidiana, esses profissionais folheiam os livros que não apresentam índice para localização das informações demandadas.

As editoras possuem ainda a mentalidade de que a elaboração do índice onera a publicação, o que não deixa de ser uma realidade. Ocorre que, entre custos e benefícios, seria muito mais vantajoso que as editoras já se programassem para que suas publicações fossem editoradas com a contemplação obrigatória do índice, considerando-se que uma obra sem índice não estaria pronta para ser impressa e disponibilizada ao público. O usuário é o maior prejudicado com a publicação de uma obra sem índice, pois enfrentará dificuldades em localizar as informações de seu interesse.

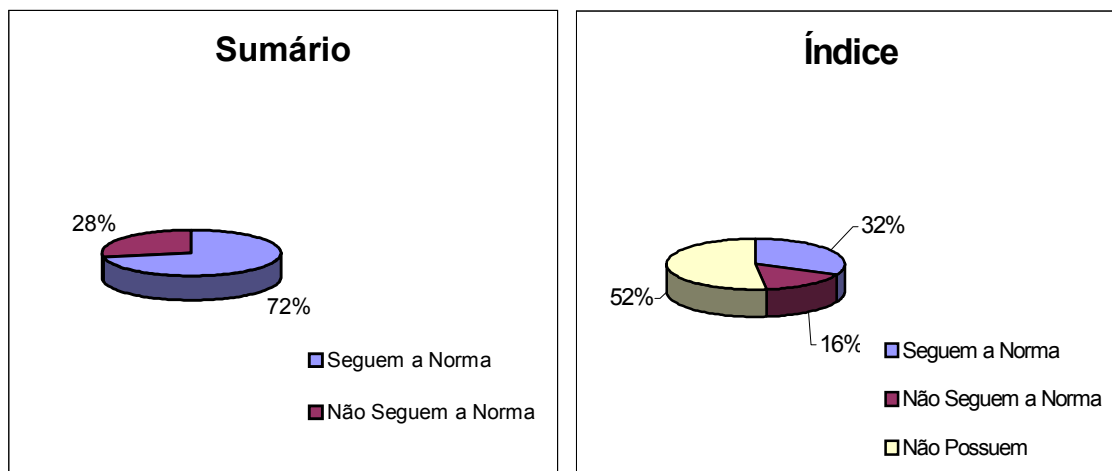
Os gráficos abaixo mostram as diferenças resultantes da análise documental da normalização técnica entre sumário e índice.

### GRÁFICOS 2 e 3

#### Análise Documental da Normalização Técnica – Sumário e Índice

GRÁFICO 2

GRÁFICO 3



Observa-se no Gráfico 2 (p. 86) que o sumário além de ser o elemento mais normalizado, está presente em todos os livros analisados, embora nem sempre espelhe a abrangência da obra. Quanto ao índice, que deve retratar exhaustivamente o conteúdo da obra, constatou-se pelo Gráfico 3 (p. 86) que em 68% dos livros analisados, o usuário não conta com um índice eficiente para a pesquisa, seja pela sua inexistência (52%) ou pela falta de normalização técnica (16%).

#### **5.8.2.5 NUMERAÇÃO PROGRESSIVA**

A numeração progressiva das seções de um documento é normalizada pela NBR 6024/90 da ABNT, que tem por objetivo "expor com clareza a seqüência, importância e inter-relacionamento da matéria, e a permitir a localização imediata de cada parte." A referida norma possui apenas duas páginas.

O Quadro 5 (p. 81) mostra que um dos livros examinados mescla a numeração das seções com números arábicos e romanos, quando a norma recomenda que seja adotada somente a numeração arábica. Mesmo assim, o pesquisador incluiu tal livro na categoria dos que seguem a norma, fazendo-se a ressalva em nota explicativa.

Pela análise do Gráfico 1 (p. 82), observa-se que quinze em vinte e cinco dos livros analisados seguem a norma, não se atendo aqui à questão do ponto após o número indicativo de uma seção principal, ou após seções secundárias, terciárias, quaternárias ou quinárias, caso existam. Quando se indica somente a seção principal, o ponto é dispensado após o número, assim também nas demais seções, dispensa-se o último ponto, fazendo-se constar apenas os intermediários. Essa cautela dos normalizadores deve-se ao fato de que o ponto em determinados idiomas é um sinal que possui significado próprio, diferente do que lhe atribuímos, podendo, assim, alterar o sentido do texto.

Por outro lado, nos livros brasileiros, os editores, de um modo geral, preferem adotar o ponto para que não haja confusão na leitura do texto. A razão alegada é a seguinte: a norma recomenda a separação do(s) número(s) indicativo(s) do título do capítulo, seção, ou do texto quando não é titulado, por apenas um espaço. Exemplificando: um livro tem dez capítulos; como ficaria a indicação do capítulo quatro cujo título fosse *Razões Principais*? Pela orientação normativa o referido capítulo teria o seguinte registro: 4 Razões Principais. O leitor menos atento entenderia que o título é *quatro razões principais*, e não *razões principais*. Por esses motivos, o pesquisador não foi rígido, portanto, quanto à existência ou não do ponto. O fato de existir numeração dos tópicos no livro foi considerado como indicativo de normalização neste aspecto.

Pelo Gráfico 1 (p. 82), percebe-se que apenas um dos vinte e cinco livros analisados não segue a norma, e nove dos vinte e cinco, não possuem numeração progressiva. Portanto, quase a metade dos livros (40%) não estão enquadrados nas orientações normativas. Para os usuários, esse percentual aponta que há necessidade de maior cuidado por parte dos publicadores quanto à numeração progressiva, que é indispensável para a localização imediata da informação procurada, conforme destacado no próprio objetivo da norma.

#### 5.8.2.6 CITAÇÕES

A NBR 10520/90 da ABNT é uma norma de duas páginas, cujo objetivo é orientar autores e editores na apresentação de citações em documentos. Ela trata das citações que podem ser livres ou reprodução fiel do texto citado, apresenta regras gerais, destacando que é indispensável mencionar os dados necessários à identificação da fonte citada e, ainda, traz orientações sobre os sistemas de chamada, que geralmente, remetem a notas de rodapé, notas no final do capítulo ou no final da publicação.

Quanto a essa norma, a principal preocupação do pesquisador foi verificar se havia citações nos livros analisados. Pelo Gráfico 1 (p. 82),

observa-se que em vinte e três dos vinte e cinco livros analisados constavam citações e que apenas dois livros não possuíam citações.

Outro ponto analisado foi o aspecto de apresentação das citações em concordância com a norma da ABNT. Nesse caso, identificou-se que quatro dos vinte e cinco livros analisados não seguiam a norma e dezoito livros apresentaram citações que atendiam às principais orientações normativas, sobretudo quanto ao nome do autor citado e dos sistemas de chamada, que em quase todos os casos, remetiam a notas de rodapé.

Além desses aspectos, observou-se, também, uma característica importante recomendada por vários manuais de editoração, mas ao qual a norma não faz referência, que é o do recuo do parágrafo e diminuição da fonte para as citações com mais de cinco linhas. Foram incluídos nos dezoito livros mencionados no parágrafo anterior os que adotavam esse procedimento.

Portanto, as citações tem seguido a norma em seus aspectos principais, sendo superada apenas pela norma referente à preparação da folha de rosto, que é respeitada em 100% dos casos. Duas possíveis razões podem ser aventadas para esse alto índice de obediência à norma de citação:

1ª) O próprio respeito dos autores e editores em preservar a fonte original;

E o que parece ser mais provável,

2ª) A responsabilidade legal dos autores e editores quanto aos direitos autorais impostos por lei.

#### **5.8.2.7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

A NBR 6023/89 é uma das normas da ABNT mais conhecidas entre os bibliotecários, o que é imposto pela necessidade de sua aplicação no exercício de atividades técnicas.



Todavia, provavelmente, pelo seu nível de detalhamento, é pouco seguida por autores, editores e usuários que têm de relacionar as obras consultadas nos afazeres acadêmicos ou profissionais que desenvolvem no dia-a-dia. Além de se aplicar à referência de documentos tradicionais, como monografias, por exemplo, essa norma aplica-se, também, à referência de materiais especiais "(microformas, mapas, gravações, filmes, etc.)", o que torna o seu uso mais difícil ainda.

Na área jurídica, as referências mais comuns são aos documentos impressos, principalmente livros e periódicos. Foi, sobretudo, quanto aos aspectos de referências bibliográficas consideradas no todo ou em partes, como citação do capítulo de uma obra e de artigos de periódicos, cujas citações foram mais eventuais nos livros analisados, que o pesquisador deteve sua análise. O que mais chamou a atenção neste tópico é que em quatro dos vinte e cinco livros analisados não constaram referências bibliográficas. Esse é um procedimento tão básico, que até em alguns trabalhos elementares do ensino fundamental, o aluno é orientado a registrar os nomes dos livros que consultou. Evidentemente, ao "arrepio da norma", mas com o mérito de já se garantir a autoria de determinadas idéias.

Dos vinte e três livros que possuem referências bibliográficas, vinte não seguem as normas, incluindo-se neste número a confusão geralmente estabelecida entre bibliografia e referências bibliográficas. As razões de não se seguir a norma podem ser atribuídas ao próprio nível de seu detalhamento, o que, conseqüentemente, a torna mais difícil de ser aplicada. Tanto é assim, que apenas um dos vinte e cinco livros analisados segue as normas, ressaltando-se, ainda, nesse caso específico, a questão de se colocar o "a" sobrescrito após o número da edição, quando a norma recomenda o uso do ponto.

Algumas poucas editoras, que são mais organizadas, possuem manuais próprios de editoração, nos quais são definidos, além de outros, os critérios a serem seguidos quanto à referência bibliográfica de docu-

mentos e fontes consultados e/ou citados. É comum nesses manuais que as regras sejam adaptadas aos interesses da editora. A Atlas, por exemplo, prefere adotar vírgulas para separar alguns campos da referência bibliográfica, quando a norma preconiza o uso de ponto e dois pontos. Quando há necessidade da citação de partes de monografias (capítulos de livros, folhetos, relatórios, etc.), tanto mais a prática se afasta das recomendações normativas, aumentando o índice de desconsideração à norma.

### 5.8.3 QUESTIONÁRIO

Os dados mais expressivos desta pesquisa foram coletados por meio de questionário, cuja análise permitiu o teste das hipóteses operacionais e principal.

Os resultados da análise estão apresentados em tabelas elaboradas em *Word* e gráficos ilustrativos elaborados em *Excel*, ambos componentes do pacote *Office Standard da Microsoft*.

Foram analisadas primeiramente as hipóteses operacionais, de forma a tornar a leitura mais compreensível e a análise mais agradável. Para facilitar a visualização dos números percentuais, adotou-se apenas uma casa após a vírgula, com critério matemático de arredondamento simples. Para determinar a média, foi usada a moda (Mo), medida de tendência central, que se caracteriza pelo valor mais freqüente (maior freqüência absoluta simples). A justificativa para adoção da moda deveu-se ao fato de que, em alguns casos, um número muito alto elevou a média, influenciando, de forma tendenciosa, o resultado final. Foi o que ocorreu, por exemplo, no caso do tempo de procura da resposta no Livro Não Normalizado em que apenas um respondente levou 45min, conforme apresentado no Gráfico 5 (p. 95) e na Tabela 2 (p. 100).

## 1ª Hipótese Operacional:

*O tempo de acesso e de localização de determinada informação em um livro normalizado tecnicamente é menor que o tempo de acesso e de localização da informação de um livro não normalizado.*

Ao se observar os Gráficos 4 e 5 (Tempo de Procura da Resposta – Livro Normalizado [LN] e Livro Não Normalizado [LNN], respectivamente p. 94 e 95), constatou-se que a normalização influenciou o tempo de acesso e de localização à questão proposta. Na procura da resposta no LN, 37,8% dos respondentes (34 resp. ÷ 90, que foi o total de respondentes) levaram apenas um minuto, enquanto que no LNN, 13,3% dos respondentes (12 resp. ÷ 90) levaram seis minutos, ou 4min30seg na média entre as duas maiores concentrações de respondentes.

Para melhor entendimento, é preciso notar que no LNN as concentrações de número de respondentes foram muito próximas, na maioria dos casos variando entre um e dois pontos, com variação de tempo entre 1 e 45min. Já para LN, tais concentrações mostraram-se distantes, variando entre três e dez pontos e o tempo apenas de 1 a 8min, dificultando a visualização da média dos pontos de maior concentração nos dois gráficos. Ainda assim, foi possível uma análise confiável.

Para facilitar a visualização da variação de tempo, foram comparadas as duas maiores concentrações de número de respondentes. Fazendo os 37,8% do LN corresponder a 100% e, conseqüentemente, os 13,3% do LNN corresponder a 34,4%, verificou-se uma diferença de 65,6%, demonstrando que no LNN há uma dispersão tanto na concentração do número de respondentes quanto no tempo de procura da resposta, o que não ocorre no LN.

Para se pensar em termos de média, os respondentes do LNN levaram aproximadamente 10min para procurar a resposta, enquanto que para o LN, a média foi de aproximadamente 4min, comprovando a hipó-

tese de que o tempo é inversamente proporcional à normalização técnica, ou seja, quanto maior for a normalização técnica, menor será o tempo de busca.

**GRÁFICO 4**  
**Tempo de Procura da Resposta - LIVRO NORMALIZADO**

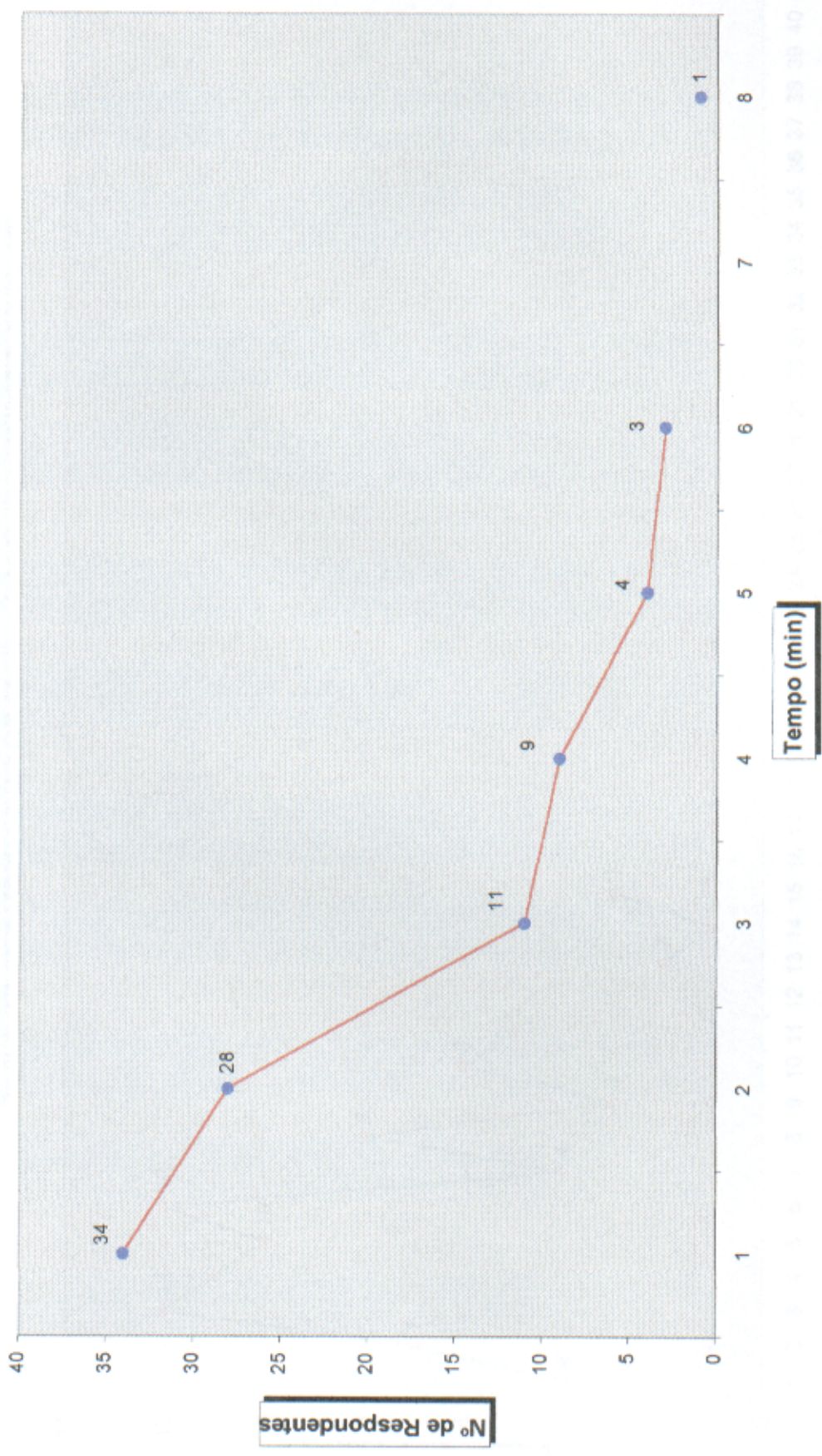
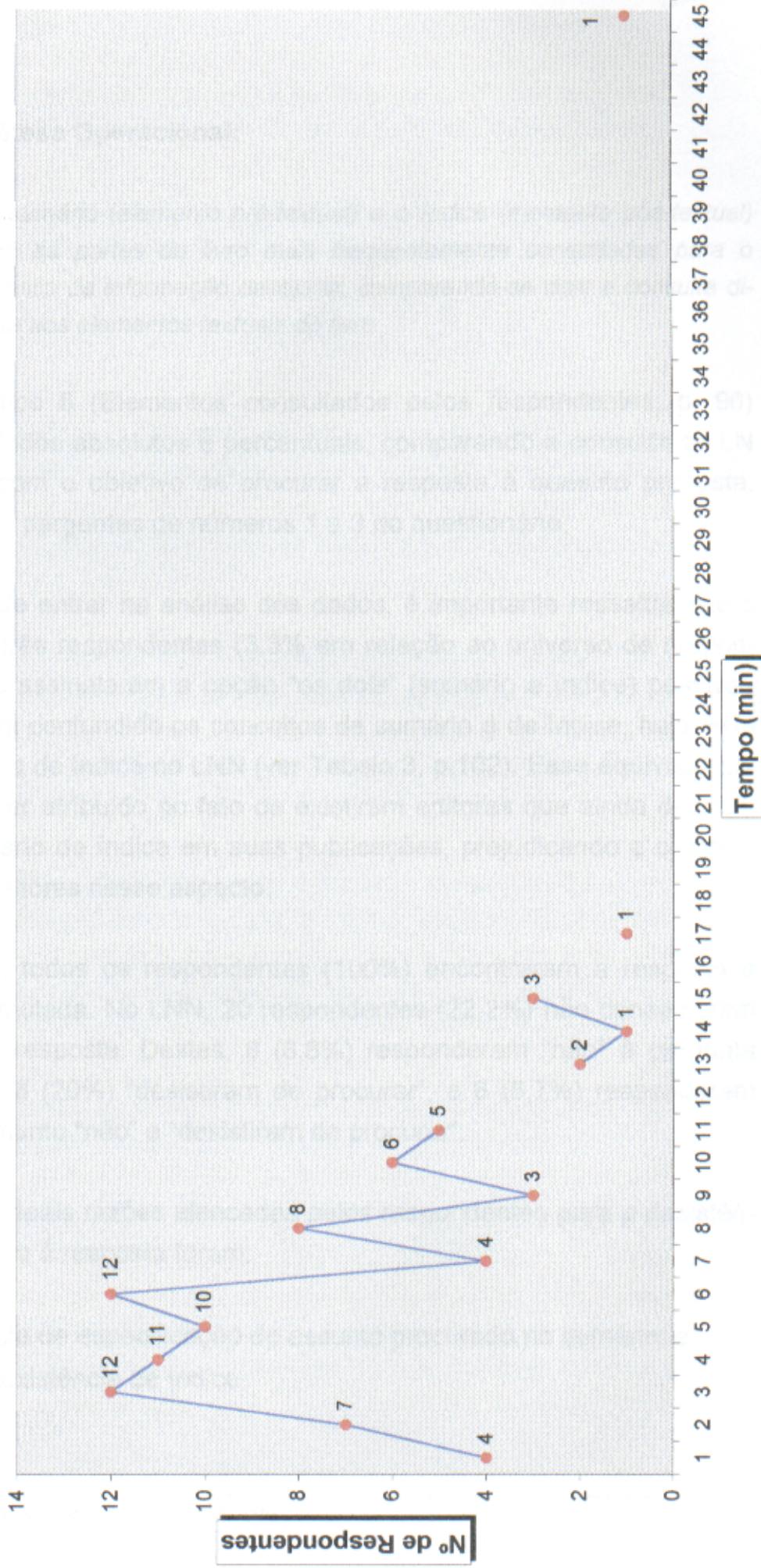


GRÁFICO 5

Tempo de Procura da Resposta - LIVRO NÃO NORMALIZADO



## 2ª Hipótese Operacional:

*O sumário (elemento pré-textual) e o índice (elemento pós-textual) são as partes do livro mais freqüentemente consultadas para o acesso da informação desejada, comparando-se com a consulta direta aos elementos textuais do livro.*

O Gráfico 6 (Elementos consultados pelos respondentes, p. 98) apresenta dados absolutos e percentuais, comparando a consulta ao LN e ao LNN com o objetivo de procurar a resposta à questão proposta. Refere-se às perguntas de números 1 a 3 do questionário.

Antes de entrar na análise dos dados, é importante ressaltar que o número de três respondentes (3,3% em relação ao universo de respondentes) que assinalaram a opção “os dois” (sumário e índice) possivelmente teriam confundido os conceitos de sumário e de índice, haja vista a inexistência de índice no LNN (ver Tabela 3, p.102). Esse equívoco talvez possa ser atribuído ao fato de existirem editoras que ainda denominam o sumário de índice em suas publicações, prejudicando a compreensão dos leitores nesse aspecto.

No LN, todos os respondentes (100%) encontraram a resposta à questão formulada. No LNN, 20 respondentes (22,2%) não conseguiram encontrar a resposta. Destes, 8 (8,8%) responderam “não” à pergunta formulada, 18 (20%) “desistiram de procurar”, e 6 (6,7%) responderam simultaneamente “não” e “desistiram de procurar”.

As principais razões elencadas pelos respondentes para a desistência da procura à resposta foram:

- a falta de especificação do assunto procurado no sumário; e
- a inexistência de índice.

Pode-se perceber, com base no Gráfico 6 (p. 98), que dos 77,8% que encontraram a resposta no LNN, 42,2% se basearam em outros elementos, – que nesta pesquisa são denominados de variáveis intervenientes, – assim entendido o conhecimento do assunto associado à experiência do respondente em consultar livros jurídicos e, até mesmo, pelo compulsar do livro, página a página, para localização do assunto de interesse.

Vale destacar que mesmo utilizando-se da pesquisa em outros elementos, 22,2% dos respondentes não encontraram a resposta no LNN. Isto pode indicar que a falta de normalização é tão prejudicial que apesar de o usuário ter conhecimento da área específica e experiência na consulta a livros jurídicos, ainda assim teve dificuldades na pesquisa e, o que é mais grave, não encontrou a resposta procurada.

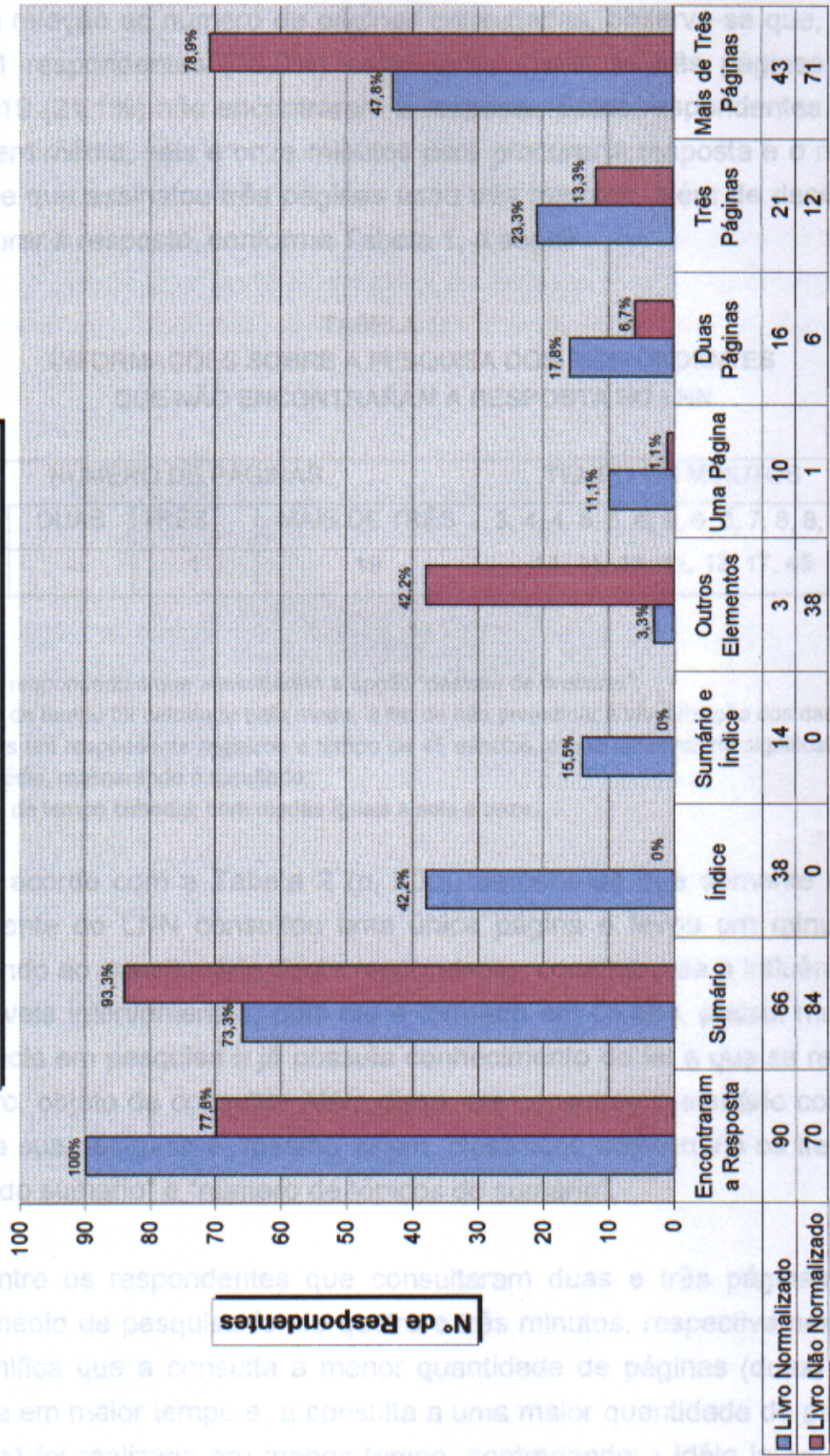
Já no LN, apenas 3,3% dos respondentes usaram de outros elementos para apoiar a pesquisa, além do sumário e do índice, seja porque a boa organização do LN ofereceu mais facilidade em procurar a resposta ou porque os respondentes já possuíam experiência em pesquisa.

No LN, todos os respondentes encontraram a resposta e se utilizaram do sumário e do índice para a mesma pesquisa (57,8%, apenas o sumário; 26,7%, apenas o índice; e 15,5%, os dois). Esses dados demonstram ser o sumário mais consultado que o índice, com percentual que superou a metade dos respondentes. Não seria esse fato indicativo de ter o usuário hábito de consultar mais o sumário que o índice? Ou desconhecimento da importância do índice para a solução da pesquisa? Ou por que, ainda, o sumário é geralmente localizado no início do livro e o índice, no final?

Embora 22,2% dos respondentes não tenham encontrado a resposta no LNN, 93,3% deles se valeram do sumário em sua pesquisa. E, possivelmente, conforme apresentado na Tabela 3 (p. 102), a existência de índice no LNN, em atendimento às normas técnicas, tivesse ajudado na localização da resposta, diminuindo ou até anulando o percentual de respostas não encontradas.



**Gráfico 6**  
**Elementos Consultados pelos Respondentes**



Em relação ao número de páginas consultadas, observa-se que, no LNN, 71 respondentes (78,9%) consultaram mais de três páginas e, destes, 19 (21,1%) não encontraram a resposta. Estes respondentes levaram, em média, seis e onze minutos para procurar a resposta e o respondente que assinalou três páginas usou três minutos, além de desistir de procurar a resposta, conforme Tabela 1, a seguir.

TABELA 1  
**INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA DOS RESPONDENTES  
 QUE NÃO ENCONTRARAM A RESPOSTA NO LNN**

NÚMERO DE PÁGINAS				TEMPO EM MINUTOS
UMA	DUAS	TRÊS	MAIS DE TRÊS	3, 4, 4, 5, 5, 6, 6, 6, 6, 7, 8, 8, 8,
–	–	1	19	11, 11, 11, 11, 13, 17, 45

Notas:

1. Inclui os respondentes que assinalaram a opção “desistiu de procurar”;
2. A média de tempo foi calculada pela moda, a fim de não prejudicar a visualização dos dados, pois apenas um respondente registrou o tempo de 45 minutos, o que influenciaria significativamente a média, mascarando o resultado.
3. Amostra de tempo bimodal, com modas iguais a seis e onze, destacadas em vermelho.

De acordo com a Tabela 2 (p. 100), percebe-se que somente um respondente do LNN consultou uma única página e levou um minuto. Recorrendo ao questionário deste respondente, constatou-se a influência de variáveis intervenientes, pois ele é formado em Direito, possui muita experiência em pesquisa e já possuía conhecimento da lei a que se referia o livro, objeto da consulta. Além disso, ele consultou o sumário como auxílio a sua pesquisa e, mesmo assim, classificou como ruins os itens: “auxílio do sumário” e “número de tópicos do sumário”.

Dentre os respondentes que consultaram duas e três páginas, o tempo médio de pesquisa foi de quatro e três minutos, respectivamente. Isto significa que a consulta a menor quantidade de páginas (duas) foi efetuada em maior tempo e, a consulta a uma maior quantidade de páginas (três) foi realizada em menos tempo, contrariando a ideia inicial de que se levaria menos tempo para consultar menos páginas.

No LN, pôde-se verificar, com clareza, que a média de tempo das pessoas que consultaram uma e duas páginas foi de um minuto e, das que consultaram três e mais páginas, foi de dois minutos. Além disso, observa-se que 10 pessoas consultaram uma página, 16, duas páginas, 21 consultaram três páginas e 43 respondentes consultaram mais de três páginas. O próprio resultado dos dados demonstra uma certa organização e coerência, atendendo a expectativa que se tinha em relação aos resultados.

TABELA 2  
**RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE PÁGINAS CONSULTADAS  
 E O TEMPO EM MINUTOS**

		NÚMERO DE PÁGINAS CONSULTADAS			
	TEMPO	Uma	Duas	Três	Mais de Três
<b>LN</b>		1, 1, 1, 1, 1, 2, 2, 2, 2, 3	1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 2, 2, 2, 2, 3	1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 2, 2, 2, 2, 2, 2, 2, 2, 2, 3, 3, 4, 4	1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 2, 2, 2, 2, 2, 2, 2, 2, 2, 2, 2, 3, 3, 3, 3, 3, 3, 3, 4, 4, 4, 4, 4, 4, 4, 5, 5, 5, 5, 6, 6, 6, 8
<b>LNN</b>		1	1, 2, 3, 4, 4, 4, 6	1, 1, 2, 2, 3, 3, 3, 5	2, 2, 2, 3, 3, 3, 3, 3, 3, 3, 3, 4, 4, 4, 4, 4, 4, 4, 4, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 6, 6, 6, 6, 6, 6, 6, 6, 6, 6, 6, 7, 7, 7, 7, 8, 8, 8, 8, 8, 8, 8, 8, 8, 9, 9, 9, 10, 10, 10, 10, 10, 10, 11, 11, 11, 11, 11, 13, 13, 14, 15, 15, 15, 17, 45

LN = Livro Normalizado

LNN = Livro não Normalizado

Notas:

1. Tp total, em minutos, utilizado pelos respondentes para consulta no LN = 205.

2. Tp total, em minutos, utilizado pelos respondentes para consulta no LNN = 562.

A análise da Tabela 3 (p. 102) permitiu verificar que os respondentes que se utilizaram do índice, no LN, consultaram um número menor de páginas para procurar a resposta, enquanto aqueles que pesquisaram apenas no sumário precisaram procurar a resposta em um número maior de páginas, indicando uma possível relação entre o detalhamento que há no índice e o acesso mais rápido à informação demandada.

No LNN, parece ter ocorrido uma relação entre a consulta ao sumário / inexistência de índice e o fato de o respondente ter consultado mais de três páginas, isto é, ele precisou pesquisar mais para procurar a resposta, o que pode indicar que a falta de índice dificultou a pesquisa. Isto é melhor visualizado na Tabela 3 (p. 102), ao se comparar os números do LN com os números do LNN, de onde pode-se inferir que, no LN, 36,6% das pessoas que consultaram apenas o sumário também precisaram consultar mais de três páginas para procurar a resposta. Isso demonstra a hipótese levantada de que sumário e índice são mais consultados do que outros elementos, definindo, inclusive, se o usuário encontra ou não a resposta procurada. Observando-se os números apresentados, pôde-se concluir, ainda, que os respondentes que consultaram o índice realizaram a pesquisa com mais facilidade, ou seja, consultaram menos páginas.

**TABELA 3**  
**NÚMERO DE PÁGINAS E ELEMENTOS CONSULTADOS**  
**PELOS RESPONDENTES**

Nº PÁGINAS		UMA				DUAS				TRÊS				MAIS DE TRÊS			
		I	S	I/S	O	I	S	I/S	O	I	S	I/S	O	I	S	I/S	O
<b>LN</b>	Nº Abs.	5	3	2	-	11	4	1	-	4	12	5	1	4	33	6	2
	%	5,5	3,3	2,2	-	12,2	4,4	1,1	-	4,4	13,3	5,5	1,1	4,4	36,6	6,6	2,2
<b>LNN</b>	Nº Abs.	-	1	-	-	-	6	-	2	-	6	-	3	-	68	3	32
	%	-	1,1	-	-	-	6,6	-	2,2	-	6,6	-	3,3	-	75,5	3,3	35,5

ELEM. CONS. = Elementos consultados (I = índice; S = sumário; I/S = índice e sumário; O = outros)

Nº Abs. = Número absoluto

LN = Livro Normalizado

LNN = Livro não Normalizado

Notas:

1. A soma dos números percentuais não será igual a 100%, visto que cada respondente pode ter assinalado indistintamente mais de uma opção, ou mesmo todas.

2. Três respondentes que consultaram mais de três páginas assinalaram a opção “os dois” (sumário e índice), apesar de não haver índice no LNN.

### 3ª e 4ª Hipóteses Operacionais:

*O tamanho da letra de um livro interfere, positiva ou negativamente, no acesso e na localização da informação desejada.*

*O espaçamento entre linhas de um livro interfere, positiva ou negativamente, no acesso e na localização da informação desejada.*

Embora nesta pesquisa tenha-se preocupado em abranger a diversidade de características da normalização e da ausência dela, conforme apresentado na relação da amostragem constante do Quadro 5 (p. 81), há que se reconhecer a impossibilidade da escolha de um livro que contemplasse todas as características da normalização e outro, em que faltassem todas elas. Esclarecendo: não existe no universo da literatura eleitoral um livro totalmente normalizado e outro, totalmente não normalizado. Mesmo assim, houve por parte do pesquisador o cuidado de utilizar, como instrumentos de consulta para responder os questionários, livros “o mais” e o “menos” normalizado possível, inferindo-se que este objetivo foi alcançado, como é possível verificar na Tabela 4 a seguir, extração parcial das Tabelas 5 e 6 (p. 107 e 108, respectivamente), onde se poderá obter explicações mais detalhadas de sua composição.

TABELA 4

**AVALIAÇÃO DOS RESPONDENTES QUANTO  
AO TAMANHO DA LETRA E AO ESPAÇAMENTO ENTRE LINHAS  
NO LN E NO LNN**

PÉSSIMO VQ = 1		RUIM VQ = 2		REGULAR VQ = 3		BOM VQ = 4		ÓTIMO VQ = 5		Σ NR	Σ RC	V. REFERÊNCIA		%
NR	RC	NR	RC	NR	RC	NR	RC	NR	RC			<	>	
0	0	4	8	10	30	43	172	33	165	90	375	90	450	83,3
1	1	3	6	13	39	63	252	10	50	90	348	90	450	77,3
0	0	2	4	4	12	56	224	27	135	89	375	89	445	84,3
1	1	1	2	16	48	58	232	12	60	88	343	88	440	77,9

VQ = Valor do quesito

NR = Número de respondentes

RC = Resultado do cálculo

Notas:

1. O azul corresponde ao LN e o vermelho, ao LNN.
2. A primeira e segunda linhas referem-se ao tamanho da letra, e a terceira e quarta linhas, ao espaçamento entre linhas.
3.  $RC = NR \times VQ$
4.  $V. \text{ Refer\^encia} < = \sum RC \times 1$
5.  $V. \text{ Refer\^encia} > = \sum RC \times 5$
6.  $\% = \sum RC \times 100 \div V. \text{ Refer\^encia} >$

A leitura da Tabela 4 (p. 103) mostra que não houve grande diferença de avaliação dos respondentes entre os itens *Tamanho da letra* (LN = 83,3% e LNN = 77,3%) e *Espaçamento entre linhas* (LN = 84,3% e LNN = 77,9%), que no LN variou em 1% e, no LNN, apenas 0,6%, respectivamente. Tal variação foi favorável em ambos os casos ao *Espaçamento entre linhas* que, nos dois livros, foi praticamente o mesmo, variando entre 1,2 e 1,3, pelo que verificou o pesquisador mediante análise documental.

O tamanho da letra do LN foi identificado pelo pesquisador, também por meio de análise documental, com variação entre as fontes 10 e 12, com maior incidência na fonte 12. O tamanho da letra do LNN variou, igualmente, entre 10 e 12, só que a maior incidência ocorreu na fonte 10, o que certamente interferiu no resultado da avaliação dos respondentes.

A diferença de avaliação entre o LN e o LNN realizada pelos respondentes foi pequena nos dois itens, ou seja, no *Tamanho da letra* e no *Espaçamento entre linhas*. Provavelmente, a razão da pequena diferença possa ser atribuída aos espaçamentos entre linhas, muito semelhantes nos livros que foram objeto de avaliação.

A 3ª e 4ª hipóteses operacionais referem-se a outras características técnicas para as quais ainda não há norma técnica específica a que se possa reportar. A inexistência dessa normalização pode ser decorrente da subjetividade na avaliação dos itens *Tamanho da letra* e *Espaçamento entre linhas*, isto é, às vezes o que é pequeno para um é bom ou grande para outro, ou vice-versa.

Porém, observa-se na avalanche de livros diariamente disponibilizados pelo mercado editorial em bancas, distribuidoras, livrarias, etc. a grande variedade no formato de apresentação de tais obras que, evidentemente, não são destinadas ao público infantil. Livros grandes, médios, pequenos, micros e assim, da mesma forma, tamanhos de letra bem diversificados, desde a fonte oito, praticamente ilegível, à fonte 15 ou 16, que em determinados tipos de letra, chegam a ser exagerados.

Para livros técnicos, destinados a consultas freqüentes, é notório que o tamanho de letra, – cujas fontes variam entre oito e dez –, e espaçamento entre linhas, – entre 0,8 e 1,1, – são considerados pequenos e dificultarão a pesquisa, ou desestimularão a consulta.

Pela avaliação dos respondentes compilada na Tabela 4 (p. 103), pode-se afirmar que as hipóteses operacionais, aqui objeto de análise, foram parcialmente confirmadas, pelas razões já expostas nos comentários das explicações iniciais desta seção. Deve-se considerar, ainda, o fato de que os espaçamentos entre linhas nos LN e LNN foram muito parecidos, com variação de apenas 0,1, o que contribuiu para minimizar o efeito negativo do tamanho da letra no LNN, menor em quase todo o livro, comparado ao LN.

A análise específica das variáveis *Tamanho da letra e Espaçamento entre linhas* mereceria um aprofundamento maior que não foi possível nesta pesquisa. A metodologia de coleta de dados, neste caso, precisaria ser enriquecida com outros elementos que possibilitassem a verificação mais exata e a comprovação total das hipóteses. É uma perspectiva que pode ser aventada para o desenvolvimento de outras pesquisas...



### **Hipótese Principal:**

*A aplicação de normalização técnica e a existência de determinadas características técnicas contribuem para facilitar o acesso e a localização do conteúdo dos livros publicados na área de Direito Eleitoral.*

Para fins de análise da hipótese principal, conforme apresentado nas Tabelas 5 (p. 107) e 6 (p. 108), atribuiu-se valores intencionais variando de 1 a 5, de péssimo a ótimo, respectivamente. Tal procedimento foi adotado objetivando possibilitar a determinação de valor numérico para a variável Facilidade na Pesquisa (FP), para aplicação da fórmula  $FP = NT \div Tp$ , como demonstrado na seção 5.1 (p. 62 a 64).

Alguns respondentes não preencheram todos os campos da pergunta 5 do questionário, objeto das tabelas já mencionadas. Para esses campos que não foram preenchidos em sua totalidade, ou seja, por todos os respondentes, foi atribuído valor do quesito igual a zero para fins de contabilidade no somatório dos resultados dos cálculos que formam o corpo das tabelas. O número de respondentes (NR) foi considerado igual ao número de pessoas que responderam cada item, de forma que o resultado pudesse ser o mais confiável possível.

O Resultado do Cálculo foi efetuado mediante a multiplicação do Número de Respondentes pelo Valor atribuído a cada Quesito ( $RC = NR \times VQ$ ).

TABELA 5

**AVALIAÇÃO DOS RESPONDENTES QUANTO  
À FACILIDADE DE PESQUISA NO LIVRO NORMALIZADO**

ITENS	PÉSSIMO VQ = 1		RUIM VQ = 2		REGULAR VQ = 3		BOM VQ = 4		ÓTIMO VQ = 5		Σ NR	Σ RC	V. REFE- RÊNCIA		%
	NR	RC	NR	RC	NR	RC	NR	RC	NR	RC			<	>	
1. Auxílio do sumário	0	0	4	8	7	21	38	152	41	205	90	386	90	450	85,8
2. Número de tópicos do sumário	0	0	3	6	11	33	40	160	36	180	90	379	90	450	84,2
3. Auxílio do índice	0	0	2	4	5	15	24	96	53	265	84	380	84	420	90,5
4. Número de tópicos do índice	0	0	3	6	6	18	31	124	43	215	83	363	83	415	87,5
5. Divisão do livro em tópicos	0	0	3	6	6	18	44	176	34	170	87	370	87	435	85
6. Tamanho da letra	0	0	4	8	10	30	43	172	33	165	90	375	90	450	83,3
7. Espaçamento entre linhas	0	0	2	4	4	12	56	224	27	135	89	375	89	445	84,3
8. Notas no rodapé da página	1	1	3	6	10	30	41	164	32	160	87	361	87	435	83
9. Notas no final do livro	4	4	6	12	13	39	30	120	14	70	67	245	67	335	73,1
10. Notas inseridas no texto	0	0	4	8	13	39	39	156	23	115	79	318	79	395	80,5

$$\Sigma\Sigma RC = 3.552$$

$$\Sigma\% = 837,2$$

VQ = valor do quesito

NR = número de respondentes

RC = resultado do cálculo

Notas:

1.  $RC = NR \times VQ$  ( $\Sigma\Sigma RC = 3.552$ )3. V. Referência  $> = \Sigma RC \times 5$ 2. V. Referência  $< = \Sigma RC \times 1$ 4.  $\% = \Sigma RC \times 100 \div V. Referência >$

TABELA 6

**AVALIAÇÃO DOS RESPONDENTES QUANTO  
À FACILIDADE DE PESQUISA NO LIVRO NÃO NORMALIZADO**

ITENS	PÉSSIMO VQ = 1		RUIM VQ = 2		REGULAR VQ = 3		BOM VQ = 4		ÓTIMO VQ = 5		Σ NR	Σ RC	V. REFE- RÊNCIA		%
	NR	RC	NR	RC	NR	RC	NR	RC	NR	RC			<	>	
1. Auxílio do sumário	22	22	35	70	20	60	11	44	2	10	90	206	90	450	45,8
2. Número de tópicos do sumário	20	20	40	80	23	69	6	24	1	5	90	198	90	450	44
3. Divisão do livro em tópicos	14	14	33	66	22	66	17	68	0	0	86	214	86	430	49,8
4. Tamanho da letra	1	1	3	6	13	39	63	252	10	50	90	348	90	450	77,3
5. Espaçamento entre linhas	1	1	1	2	16	48	58	232	12	60	88	343	88	440	77,9
6. Notas no rodapé da página	4	4	14	28	24	72	24	96	6	30	72	230	72	360	63,9
7. Notas inseridas no texto	5	5	8	16	11	33	38	152	8	40	70	246	70	350	70,3

$$\Sigma\Sigma RC = 1.785$$

$$\Sigma\% = 429$$

VQ = valor do quesito

NR = número de respondentes

RC = resultado do cálculo

Notas:

1.  $RC = NR \times VQ$  ( $\Sigma\Sigma RC = 1.785$ )3.  $V. Referência > = \Sigma RC \times 5$ 2.  $V. Referência < = \Sigma RC \times 1$ 4.  $\% = \Sigma RC \times 100 \div V. Referência >$

Uma primeira observação, resultante da análise da Tabela 5 (p. 107), é a de que ela registra claramente a importância do índice na pesquisa, pois os percentuais dos itens *Auxílio do índice* e *Número de tópicos do índice* alcançaram os mais altos valores: 90,5% e 87,5%, respectivamente.

Atribui-se ao índice o fato de as pessoas terem encontrado a resposta com maior facilidade, levando menos tempo no LN em relação ao LNN, que não possuía índice. Ressalta-se, ainda, que no LNN, todas as consultas basearam-se no sumário e que 22,2% dos respondentes não localizaram a resposta, conforme descrito no Gráfico 6 (p. 98). Esses dados reforçam a 2ª hipótese operacional segundo a qual o sumário e o índice são os elementos mais consultados de um documento.

Comparando-se as Tabelas 5 e 6 (p. 107 e 108, respectivamente), verifica-se, de imediato, que a primeira contém dez itens e, a segunda, apenas sete. Essa diferença é decorrente da inexistência de alguns itens, como índice e determinados tipos de notas, no livro não normalizado. Dessa forma, não se poderia submeter à avaliação um item que não constasse do próprio objeto de avaliação.

As referidas tabelas são as mais fecundas em termos de informação para verificação da hipótese principal e de algumas operacionais desta pesquisa. As colunas referentes ao valor de referência (menor e maior) foram inspiradas nos dados oferecidos pelos resultados de exames de saúde de rotina que os laboratórios disponibilizam, em que definem valores de referência entre x e y, mostrando, logo a seguir, o resultado alcançado pelo paciente naquele item específico, objeto de análise. Adaptando-se essa idéia, calculou-se o menor valor de referência, com a atribuição da nota péssimo, cujo valor do quesito é igual a um ( $VQ = 1$ ), pelo total de respondentes, que é igual a noventa. Logo, o menor valor de referência corresponde a noventa ( $v. \text{ referência} \leq 90 \times 1 = 90$ ). Já o cálculo do maior valor de referência foi realizado, considerando-se que todos os respondentes atribuíssem a nota ótimo, cujo valor do quesito é

igual a cinco ( $VQ = 5$ ), alcançando, então, o maior valor de referência com 450 pontos ( $v. \text{ referência} \geq 90 \times 5 = 450$ ).

A coluna % das Tabelas 5 e 6 (p. 107 e 108, respectivamente) originou-se de regra de três simples e direta em que o somatório do resultado do cálculo ( $\sum RC$ ) foi multiplicado por cem e dividido pelo maior valor de referência ( $\sum RC \times 100 \div v. \text{ referência} >$ ). Esse procedimento foi adotado a fim de se enquadrarem os valores em uma escala de zero a cem por cento, ou seja, para normalizar os resultados e permitir que se trabalhe com números que representem a realidade comparativa entre os dados de uma e outra tabela.

Na Tabela 5 (p. 107), que corresponde ao LN, o % variou entre 73,1 (Notas no final do livro) e 90,5 (Auxílio do índice). Já na Tabela 6 (p. 108), que corresponde ao LNN, o % variou entre 44 (Número de tópicos do sumário) e 77,9 (Espaçamento entre linhas). Entre os menores valores, há, portanto, uma diferença de 33,1% na avaliação dos respondentes quanto à facilidade de procurar a resposta nos livros normalizado e não normalizado tecnicamente.

Quanto aos maiores valores, verificou-se que essa diferença caiu para 12,6%, o que pode ser atribuído ao fato de que, apesar de o livro não estar normalizado, o espaçamento entre linhas estava bom, pois 66% dos respondentes (58) atribuíram esse valor ( $VQ = 4$ ) e apenas 1% (1) atribuiu nota péssimo e ruim ( $VQ = 1$  e  $2$ , respectivamente) ao referido item.

Ao se calcular o somatório do % de uma e outra tabela, considerando-se a escala de zero a cem, obteve-se que o  $\sum \%LN = 83,7$  e o  $\sum \%LNN = 42,9$ . A diferença entre um somatório e outro é de 40,8%.

Para testar a confiabilidade dos resultados, indagou-se aos respondentes quanto à facilidade de procurar a resposta no LN e no LNN, em uma escala de péssimo a ótimo. Esse era um item que compunha, tam-

bém, a pergunta 5 do questionário. Dos noventa respondentes, apenas um não assinalou o referido item na avaliação do LN e do LNN, por mera coincidência, como é possível visualizar na coluna “somatório do número de respondentes” ( $\sum NR = 89$ ), constante da Tabela 7 a seguir.

TABELA 7

**AValiação dos Respondentes Quanto à Facilidade de Pesquisa  
NO LN E NO LNN**

PÉSSIMO VQ = 1		RUIM VQ = 2		REGULAR VQ = 3		BOM VQ = 4		ÓTIMO VQ = 5		$\Sigma$ NR	$\Sigma$ RC	V. REFE- RÊNCIA		%
NR	RC	NR	RC	NR	RC	NR	RC	NR	RC			<	>	
0	0	0	0	8	24	29	116	52	260	89	400	89	445	90
32	32	27	54	21	63	7	28	2	10	89	187	89	445	42

VQ = Valor do quesito

NR = Número de respondentes

RC = Resultado do cálculo

Notas:

1. O azul corresponde ao LN e o vermelho, ao LNN.

2.  $RC = NR \times VQ$

3. V. Referência  $> = \Sigma RC \times 5$

3. V. Referência  $< = \Sigma RC \times 1$

5.  $\% = \Sigma RC \times 100 \div V. Referência >$

A linha azul, correspondente à pontuação atribuída ao LN, mostra uma escala **crescente**, cujos NRs variam entre 0 e 52. A linha vermelha, correspondente à pontuação atribuída ao LNN, mostra uma escala **decrecente**, cujos NRs variam entre 32 e 2. Isso significa que, no LN, nenhum respondente avaliou como péssimo e ruim o item relacionado à facilidade de procurar a resposta e, apenas oito respondentes consideraram regular o citado item. A maioria das respostas concentrou-se entre bom e ótimo, sendo que 29 assinalaram o primeiro quesito e 52, o segundo, respectivamente.

No LNN, por sua vez, a situação é absolutamente oposta. A maior concentração das respostas deu-se nos quesitos péssimo, ruim e regu-

lar, atribuídos por 32, 27 e 21 respondentes, respectivamente. Apenas sete respondentes atribuíram o quesito bom e outros dois, o quesito ótimo à facilidade de pesquisa no LNN.

Em uma escala de zero a cem por cento, a facilidade de pesquisa no LN alcançou o percentual de 90. Já o LNN atingiu apenas a marca dos 42%. A diferença da avaliação referente à facilidade de pesquisa entre um livro e outro foi, portanto, de 48%, como pode-se deduzir da Tabela 7 (p. 111).

Pelas respostas a esse item de confirmação da pesquisa, infere-se, então, que na ótica dos respondentes, a facilidade de pesquisa no LN é duas vezes maior que a facilidade de pesquisa no LNN.

Ou seja,

$$FP_{LN} = 2,1 FP_{LNN} (90 \div 42 - \text{Tabela 7, p. 111}).$$

Esses números confirmam os resultados da análise das Tabelas 5 e 6 (p. 107 e 108, respectivamente), já apresentados, da diferença entre o  $\Sigma\%_{LN}$  e o  $\Sigma\%_{LNN}$  que foi de 40,8% ( $\Sigma\%_{LN} - \Sigma\%_{LNN} = 83,7\% - 42,9\% = 40,8\%$ ).

Nesse caso,

$$FP_{LN} = 1,95 FP_{LNN} (83,7 - \text{Tabela 5} \div 42,9 - \text{Tabela 6, p. 108}).$$

A variação dos resultados calculados a partir das Tabelas 5 e 6 em relação às respostas do item específico sobre a facilidade de pesquisa, conforme apresentado na Tabela 7, foi apenas de 0,15 (2,1 – 1,95). Esse valor pode ser considerado irrelevante como diferença entre as duas grandezas apresentadas.

Comparando-se os itens das Tabelas 5 e 6, observou-se que no *Auxílio do sumário* e no *Número de tópicos do sumário* obteve-se a maior

diferença em termos de facilidade de pesquisa (40% e 40,2%, respectivamente) entre LN e LNN, indicando os benefícios da normalização técnica, associados ao fato de que os referidos itens foram os mais consultados na procura da resposta (cf. Gráfico 6, p. 98).

Nessa mesma linha de raciocínio e, considerando-se a relação direta existente entre a *Divisão do livro em tópicos* e o sumário, a diferença entre LN e LNN, quanto à Divisão do livro em tópicos, ficou em 35,2% (85% - 49,8%), reforçando a importância do sumário para acesso e localização da resposta demandada.

Com diferenças percentuais menores entre LN e LNN, porém, influenciando o resultado final do índice de facilidade de pesquisa (IFP) em favor do LN, tem-se, respectivamente:

- Notas de rodapé da página (83% - 63,9% = 19,1%);
- Notas inseridas no texto (80,5% - 70,3% = 10,2%);
- Espaçamento entre linhas (84,3% - 77,9% = 6,4%); e
- Tamanho da letra (83,3% - 77,3% = 6%).

Em todos os itens do LN, os percentuais apresentaram vantagens sobre os percentuais do LNN, não restando dúvidas da importância da normalização técnica para facilitar a pesquisa do usuário.

Conforme pôde-se observar na Tabela 2 (p. 100), o tempo total em minutos utilizado para consulta no LN foi igual a 205 e, no LNN, igual a 562.

Portanto,

$TP_{LN} = 205$  minutos

$TP_{LNN} = 562$  minutos



Ainda, em relação ao tempo de pesquisa, cabe esclarecer que, embora alguns respondentes tenham deixado de assinalar determinados itens da pergunta 5 do questionário (ver Anexo 2), foi considerado o tempo total gasto para pesquisa, visto que esse tempo foi absorvido para responder os demais itens e, no cálculo, foi empregado o somatório do percentual ( $\Sigma\%$ ).

O tempo gasto para a pesquisa no LNN foi quase três vezes (2,7) maior que o tempo gasto para procurar a resposta no LN.

Então,

$$TP_{LN} < TP_{LNN}$$

Ou,

$$TP_{LNN} = 2,7 TP_{LN}$$

Aplicando-se a fórmula para calcular o índice de facilidade de pesquisa, com base nos resultados das Tabelas 5 e 6 (p. 107 e 108, respectivamente), obteve-se:

$$IFP = \frac{NT}{Tp}$$

Onde,

IFP = Índice de facilidade de pesquisa

NT = somatório do percentual ( $\Sigma\%$ )

Tp = Tempo total de pesquisa em minutos

Então:

$$IFP_{LN} = \frac{837,2}{205} \Rightarrow IFP_{LN} = 4,1\%$$

E,

$$\text{IFP}_{\text{LNN}} = \frac{429}{562} \Rightarrow \text{IFP}_{\text{LNN}} = 0,8\%$$

De onde se conclui que o índice de facilidade de pesquisa no livro normalizado é maior que o índice de facilidade de pesquisa no livro não normalizado:

$$\text{IFP}_{\text{LN}} > \text{IFP}_{\text{LNN}}$$

Para melhor avaliar o resultado, pode-se dizer que o índice de facilidade de pesquisa no LN é maior que o índice de facilidade de pesquisa no LNN em mais de cinco vezes (5,1):

$$\text{IFP}_{\text{LN}} = 5,1 \text{ IFP}_{\text{LNN}}$$

Esses cálculos matemáticos foram utilizados para dar suporte à hipótese principal, que ficou comprovada, inclusive pelas análises apresentadas anteriormente.

## 6 CONCLUSÕES

O objetivo da normalização editorial é facilitar a leitura do texto, oferecendo praticidade e comodidade ao leitor por meio da padronização dos elementos que compõem a obra. Em se tratando de documentos técnicos, nos quais os livros jurídicos se enquadram, a rápida e eficaz recuperação de informações é importante para o usuário, uma vez que esses livros funcionam como obras de referência que não são lidas do início ao final, mas que atendem a demandas específicas, cujas respostas devem ser encontradas prontamente.

A hipótese principal desta pesquisa foi comprovada, ou seja, *a aplicação de normalização técnica e a existência de determinadas características técnicas contribuem para facilitar o acesso e a localização do conteúdo dos livros publicados na área de Direito Eleitoral*. Essa inferência é fundamentada nos números resultantes da análise dos dados provenientes da avaliação, pelos respondentes, do livro normalizado e do livro não normalizado tecnicamente. A facilidade de pesquisa no LN, segundo a ótica dos respondentes, foi superior ao dobro da facilidade de pesquisa no LNN ( $FP_{LN} = 2,1 FP_{LNN}$ ). Já a análise resultante das principais fontes de informação desta pesquisa apresentou resultado muito próximo ao anterior, pois a facilidade de pesquisa no LN foi quase o dobro da facilidade de pesquisa no LNN ( $FP_{LN} = 1,95 FP_{LNN}$ ). Ao se aplicar a fórmula para cálculo do índice de facilidade de pesquisa, alcançou-se resultado mais expressivo, pois o livro normalizado ofereceu um índice de facilidade superior a cinco vezes se comparado ao índice de facilidade do livro não normalizado ( $IFP_{LN} = 5,1 IFP_{LNN}$ ).

Quanto às quatro hipóteses operacionais, a pesquisa possibilitou comprovar integralmente as duas primeiras e parcialmente as duas últimas. A primeira hipótese foi a de que *o tempo de acesso e de localização de determinada informação em um livro normalizado tecnicamente é menor que o tempo de acesso e de localização da informação de um livro não normalizado*. Observou-se que o tempo médio utilizado pelos

respondentes para consulta ao LN foi de 2,3 minutos, ao passo que o tempo médio para consulta ao LNN foi de 6,2 minutos, ou seja, o tempo médio gasto na consulta ao LNN foi quase três vezes maior que o tempo médio consumido na consulta ao LN ( $TP_{LNN} = 2,7 TP_{LN}$ ). Nos poucos casos em que os respondentes levaram apenas um e dois minutos para consulta ao LNN e encontraram a resposta houve influência de variáveis intervenientes, tais como a formação profissional, a experiência em pesquisa e o conhecimento do assunto. Mesmo nessas situações, os respondentes recorreram ao sumário como elemento de consulta.

A segunda hipótese operacional foi a de que *o sumário (elemento pré-textual) e o índice (elemento pós-textual) são as partes do livro mais freqüentemente consultadas para o acesso da informação desejada, comparando-se com a consulta direta aos elementos textuais do livro*. A correlação entre o número de páginas e elementos consultados permitiu verificar que os respondentes que se utilizaram do índice consultaram um número menor de páginas para procurar a resposta. Esses dados associados ao tempo consumido indicaram que os respondentes que consultaram o sumário e o índice levaram menos tempo para procura e, na maioria dos casos, para localização da resposta.

Esta pesquisa permitiu verificar que todos os livros examinados possuem **sumário** e que este elemento é mais consultado que o índice, embora ainda persista, em algumas situações, certa confusão por parte de editoras quanto à denominação deste: chamam de índice o que é sumário. Porém, em sua maioria, os sumários são elaborados de acordo com a norma recomendada pela ABNT. Pelas avaliações aos itens do livro não normalizado, entretanto, deduz-se que o sumário deve apresentar uma visão mais detalhada do conteúdo da obra. Uma vez que também é instrumento de consulta e funciona como ponto de acesso à informação, o sumário necessita indicar com especificidade satisfatória o conteúdo da obra. É o que o pesquisador propõe denominar de *sumário analítico*.

A numeração progressiva das seções de um documento é outro elemento importante para o acesso e, sobretudo, a localização da informação desejada. As obras que possuem numeração bem elaborada facilitam a pesquisa do usuário. O sumário e a numeração progressiva são duas partes do livro intimamente relacionadas, pois as seções primárias, secundárias, terciárias, quaternárias e até as quinárias poderão figurar no sumário, dependendo do nível de especificidade que se queira atribuir a esse elemento, que é o principal identificador da obra.

O sumário é uma espécie de “cartão de visita” do livro. É recomendável, portanto, que ele esteja bem apresentado nos aspectos de detalhamento dos capítulos e tópicos, assim como no que se refere ao seu leiaute, em cujo projeto gráfico deveria haver a preocupação em oferecer ao usuário comodidade para rápida visualização da estrutura da obra. A adoção de, no mínimo, dois tamanhos de letras para indicação das seções primárias em distinção às demais seções e de leve recuo, variando de alguns milímetros a um centímetro, aproximadamente, para indicar os níveis das seções é igualmente recomendável por que essa forma de apresentação permite que o usuário visualize com facilidade a hierarquia dos assuntos tratados na obra.

O número das páginas iniciais em que os tópicos são tratados precisam também possibilitar rápida e fácil visualização. A separação desses números pelos tradicionais pontos de guia continua sendo uma boa opção, respeitada a liberdade criativa do arte-finalista na elaboração do projeto gráfico. Recomenda-se a adoção apenas da página inicial em que o assunto começa a ser tratado, ou, dependendo de sua extensão, onde ele se localiza como um todo. Indicar a página inicial e a final, separadas por hífen ou barra, como às vezes ocorre em algumas publicações jurídicas, atrapalha a agilidade na visualização e na remissiva ao assunto tratado.

A pesquisa mostrou uma situação ainda preocupante, que é a ausência de **índice** em boa parte dos livros. Em se tratando de publicações

técnicas, a falta desse elemento – cujas entradas podem remeter à página ou diretamente ao número da seção – dificulta o acesso rápido e a localização exata da informação desejada. Por seu caráter de exaustividade, principalmente o índice de assuntos deveria ser obrigatório em todas os documentos técnicos. Nesse caso específico, o trabalho conjunto entre autor ou autores de uma obra técnica e a editora que irá publicá-la facilitaria todo o processo, pois enquanto o índice não tiver sido elaborado, a obra não deveria ser considerada pronta para impressão.

O índice é resultante de um trabalho de indexação, nem sempre fácil de ser realizado por que sua qualidade depende de conhecimento da área a ser indexada e das técnicas de indexação. A indexação é uma atividade subjetiva, embora esse grau de subjetividade possa ser reduzido com o uso de recursos automatizados. Reduzido, mas não eliminado totalmente. De qualquer forma, o índice deveria ser obrigatório em todos os livros jurídicos pela sua capital importância na recuperação informacional. E, no ponto de vista do pesquisador, dificilmente a indexação realizada em bibliotecas ou centros de documentação, manual ou automaticamente, cobrirá o conteúdo do documento com o mesmo nível de exaustividade que o oferecido pelo índice do próprio livro.

A editoração eletrônica é uma ferramenta que facilita o processo editorial. A geração do índice, bem como a do sumário podem e, até pela segurança na exatidão dos dados, devem ser processados eletronicamente. O sumário e o índice são as últimas partes do livro a serem concluídas, por dependerem da paginação final ou definição da numeração progressiva. O sumário deve ser gerado pela editora, quando esta finalizou o trabalho de formatação e alinhamento das páginas. Os descritores ou entradas do índice podem ser indicados pelo autor da obra, uma vez que é ele quem mais domina o conteúdo nela exposto. Após assinaladas as palavras-chave que compõem as entradas do índice, a editora gera-o eletronicamente como uma das etapas da preparação do livro para publicação.

As outras duas hipóteses operacionais foram comprovadas parcialmente. Segundo elas *o tamanho da letra e o espaçamento entre linhas de um livro interfere, positiva ou negativamente, no acesso e na localização da informação desejada*. Há determinadas características técnicas de um livro que não são propriamente definidas por normas específicas. Nesta pesquisa, o **tamanho da letra** e o **espaçamento entre linhas** foram consideradas variáveis independentes, vinculadas à normalização técnica de publicações monográficas. A comprovação parcial dessas hipóteses pode ser indicativo de que o tamanho da letra e o espaçamento entre linhas não possuem para o usuário a mesma importância que o sumário e o índice, elementos que são objetos diretamente vinculados à normalização técnica, ao passo que os outros dois foram considerados como outras características técnicas. Entretanto, essas características poderiam ser tratadas pelas editoras com o mesmo grau de importância como são o sumário, a numeração progressiva das seções de um documento e o índice. Mesmo indiretamente, elas interferem no resultado da pesquisa, como verificou-se na diferença de avaliação a esses quesitos favorável ao livro normalizado tecnicamente.

O tamanho da letra e o espaçamento entre linhas são definidos na elaboração do projeto gráfico da obra. Há que se ter bastante zelo quanto a essas características, pois a sua forma de apresentação estabelece o grau de legibilidade do texto. Existem livros cujo texto é integralmente registrado em tamanho de letra equivalente ao adotado para as notas de rodapé. Letras pequenas não devem ser usadas no texto de fora a fora, assim como não se deve exagerar em seu tamanho, cujo prejuízo à legibilidade é proporcional ao da letra muito pequena. A variação do tamanho da letra é geralmente utilizada como destaque, objetivando facilitar a identificação de uma citação, seja incorporada ao próprio texto ou em notas de rodapé, final de capítulo ou final do livro.

Os programas de editoração eletrônica oferecem opções variadas quanto ao uso de tipos de fontes. Entretanto, as editoras não devem

abusar desses recursos, ao ponto de caírem no mau gosto, como se observa em algumas publicações que mais refletem um exagero na variação do tipo e tamanho de letra que, propriamente, uma definição de leiaute que beneficie o usuário da informação. É recomendável que o emprego de versal ou caixa alta, versaleta e caixa baixa obedecam a critérios de padronização da editora. É inconveniente que cada publicação de uma editora seja de formato e forma de apresentação totalmente diferentes. Variações são necessárias, mas dentro de padrão a ser definido para uma série editorial, obras especiais, livros técnicos e assim por diante. Uma vez definido um padrão, este precisa ser obedecido, até como recurso para identificação da editora, como já se observa em diversos casos.

O emprego de caixa alta em todas as letras de uma palavra, pode deixar o termo excessivamente destacado. Em alguns tipos de fonte isso faz com que a palavra toda maiúscula destoe do conjunto das demais palavras na página. Nesse caso, recomenda-se a adoção de um tamanho de fonte menor entre um e dois pontos para a palavra em letras maiúsculas com relação ao restante do texto.

O EXEMPLO (fonte arial, tamanho 13, mesmo do texto) a seguir ilustra o que se pretende mostrar: a palavra EXEMPLO (fonte arial, tamanho 12, um ponto menor que o do texto) da oração anterior ilustrou o que se pretendia mostrar. Porém, a palavra EXEMPLO (fonte arial, tamanho 11, dois pontos menor que o do texto) desta oração continua ilustrando a idéia exposta.

Há formatações que são definidas com tanto amadorismo ou falta de cuidado que chega a ser um desrespeito ao usuário. Ora, a questão do tamanho da letra é ponto importante como elo de comunicação entre o livro e o seu leitor. Logo, ela precisa ser considerada com maior atenção pelas editoras, a fim de que o usuário final não seja prejudicado, mesmo que a suposta argumentação dos publicadores seja quanto a minimização do custo de produção e do conseqüente preço de capa do livro.



As considerações quanto ao zelo na definição do tamanho da letra de um texto também são válidas para o entrelinhamento. Esta pesquisa indicou que a perda da legibilidade de um texto de letra relativamente pequena pode ser compensada pelo espaçamento entre linhas diferente do simples. Assim, o entrelinhamento de 1,3 a 1,5 aumenta a legibilidade do texto, proporcionando maior comodidade ao leitor e facilitando a apreensão de seu conteúdo.

A **forma de apresentação** do livro é definida a partir de seu formato, ou seja, das dimensões horizontal e vertical da mancha gráfica, que irão determinar o próprio tamanho da publicação. A maior parte dos livros jurídicos apresenta dimensões tradicionais de 14cmx21cm e 16cmx23cm. Todavia, algumas editoras vêm adotando um formato maior que, na opinião do pesquisador, é mais apropriado para publicações dessa natureza, uma vez que proporciona comodidade ao usuário na consulta e leitura do texto. São dimensões de 17cmx24cm. Tal formato tem a vantagem de possibilitar uma mancha gráfica em que os assuntos possam ser dispostos didaticamente, facilitando não só a leitura do texto, mas também a assimilação deste por parte do usuário da informação jurídica, seja o estudante ou o profissional da área. Os respondentes que desistiram de procurar a resposta no LNN registraram observações quanto à má elaboração do sumário, inexistência de índice e falta de clareza na identificação e distribuição das matérias. Considerando-se que a forma de apresentação é o elo de comunicação da obra com o leitor, a comodidade na pesquisa do texto deve ser privilegiada sobre os demais aspectos.

## 7 RECOMENDAÇÕES

### 7.1 SUMÁRIO, NUMERAÇÃO PROGRESSIVA E ÍNDICE

Considerando-se as observações já realizadas, recomenda-se, portanto, que nos livros jurídicos,

O sumário:

1. seja denominado de sumário, e não de índice;
2. localize-se no início da obra, e não no final;
3. apresente um nível de detalhamento consoante com a numeração progressiva das seções.

A numeração progressiva das seções:

1. seja apresentada em algarismos arábicos;
2. apresente fonte com destaque em negrito ou itálico;
3. seja suficientemente detalhada a ponto de retratar a estrutura da obra.

O índice:

1. seja obrigatório, principalmente, o temático;
2. localize-se no final da obra, e não no início;
3. seja exaustivo, remetendo à página ou à seção em que se localiza a informação desejada.

### 7.2 A EDITORA COMO UNIDADE DE INFORMAÇÃO

As etapas do processo técnico de preparação de um livro para publicação passam por dois projetos: o editorial e o gráfico. O planejamento da edição, a seleção e preparação dos originais, a revisão das provas, bem como a definição de tipo, composição, papel, dimensão e posicionamento da mancha gráfica, legibilidade, arte-final e o acabamento da obra são atividades que exigem organização, a fim de que o resultado do trabalho seja de boa qualidade.

O texto, antes de ser publicado, passa por várias revisões, nas quais os revisores precisam consultar o autor, conferir e completar fontes citadas, acessar obras de referência, além de corrigir erros. Esse trabalho de revisão deve ser integrado à atividade dos arte-finalistas para que o resultado do trabalho não fique comprometido por falta de entrosamento entre os preparadores da publicação. As editoras deveriam assumir, mais efetivamente, o papel que lhes cabe na condição de unidades de informação que recebem, tratam e divulgam documentos a um público amplo ou restrito. Além dessas funções, elas devem se preocupar com o arquivamento de originais e das últimas versões dos livros para futuras edições, o que reforça ainda mais a sua condição de unidade de informação. É necessário, assim, que as editoras estejam equipadas com recursos tecnológicos, humanos e de infra-estrutura para realização do trabalho editorial. A criação de setores para o desenvolvimento de atividades específicas e a contratação de profissionais especializados para a cobertura de todo o processo editorial, incluindo nesse aspecto, o profissional responsável pela normalização técnica, diminuirá ou extinguirá o caráter de amadorismo que ainda se verifica nas publicações de algumas editoras que não contam com profissionais especializados. A profissionalização do processo editorial resultará em publicações de maior qualidade quanto ao conteúdo e à forma de apresentação, cujos principais beneficiados serão os usuários, clientes cada vez mais exigentes com relação aos produtos que consomem.

### **7.3 A FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO E O MERCADO DE TRABALHO**

O profissional da informação deveria sair da faculdade/universidade com a preparação necessária para atuar no mercado editorial. Esse é, ainda, um campo praticamente inexplorado pelos bibliotecários. É provável que isso seja decorrência da falta de preparação nessa área. Com formação mais específica em editoração, o bibliotecário poderia atuar nesse campo, prestando assessoria ou trabalhando como funcionário de editoras ou de instituições que prestam serviço na área de normalização editorial. Assim, acredita-se que a área de normalização é uma perspec-

tiva de mercado de trabalho para o profissional da Ciência da Informação a concretizar-se em futuro próximo.

Em interessante relato de experiência da Universidade de Brasília, quanto à reformulação curricular do Curso de Biblioteconomia, Miranda (1998, p.73), traçando um paralelo entre o ensino de algumas décadas atrás e o de hoje, acentua que

Anteriormente, então, o ensino estava centrado nos processos técnicos e utilizava a tecnologia como mera forma estruturante, enquanto que agora o ensino deve ter como meta treinar profissionais em abordagens que se centrem no usuário, que possibilitem a segmentação desses públicos segundo suas demandas e que permitam a agregação de valor à informação e a reformatação dos dados para atender demandas específicas.

Alguns currículos dos cursos de graduação em Biblioteconomia e Documentação existentes no Brasil contemplam disciplina cujo objetivo é oferecer informações sobre a história da editoração, técnicas e recursos editoriais, normalização editorial, bem como traçar um panorama do mercado editorial (produção, distribuição e comercialização de livros e de periódicos) e seus principais desafios frente ao desenvolvimento tecnológico.

A primeira dificuldade a ser registrada é a de que essa disciplina não faz parte do currículo de todos os cursos de Biblioteconomia existentes no País. Apenas alguns a oferecem como disciplina optativa ou obrigatória. Como se não bastasse o fato de a maioria dos cursos sequer tratar desse assunto, na opinião do pesquisador, apenas uma disciplina sobre editoração não é suficiente para formação profissional satisfatória e o atendimento a demandas específicas nessa área. O ideal seria um grupo de disciplinas optativas para alunos interessados no tema que pudessem estudar especificamente as diversas facetas do processo editorial, desde a preocupação com a normalização técnica até o desenvolvimento de temas relacionados diretamente com a editoração eletrônica.

As disciplinas que permitirão ao aluno uma visão global da edição de livros e uma habilitação específica nesse campo poderiam ser classificadas em quatro temas principais:

- normalização técnica;
- noções de concepção gráfica ou programação visual de edições;
- princípios de editoração eletrônica; e
- elementos de revisão de textos.

Nesse último tema, seriam observados não só aspectos da gramática normativa em si, mas a padronização da linguagem e também o respeito ao estilo do autor, nas situações em que a gramática por si só não consegue atender às exigências da correção textual de uma publicação.

Não seria difícil constatar por meio de uma pesquisa de campo junto a formandos e recém-formados em Biblioteconomia e Documentação no Brasil o desconhecimento sobre editoração e o conseqüente despreparo para atuação na área editorial. Esse é um tema que merece trabalho específico, a fim de se conhecer o nível de preparação de alunos em final de curso e de profissionais recém-formados em Biblioteconomia e Documentação, para possível contribuição na formação desse profissional com ênfase na área de editoração.

#### **7.4 EDUCAÇÃO DE BASE**

Na seção 4.1.1 desta dissertação, afirmou-se que a globalização da economia além de impulsionar a normalização, praticamente a torna obrigatória para a expansão de mercados e intercâmbio de informações. Entretanto, como afirma Thesing (1998, p.8), a “globalização não criou apenas um mercado de idéias. Esse mercado está aberto a todos. E é preciso participar dele desde já.” Diante dessas afirmações, e considerando-se a importância da instrução e da educação, transformando costumes e renovando atitudes, recomenda-se que os professores do ensino fundamental adquiriram conhecimentos básicos sobre mecanismos de acesso à informação e normalização técnica, a fim de transmiti-lo a seus

alunos. Dessa forma, o aluno ao fazer um trabalho de pesquisa, por mais elementar que seja, receberá as orientações de como citar corretamente, segundo orientações técnicas, as informações e as fontes consultadas. Tais orientações poderiam ser ensinadas gradativamente, em conformidade com o nível de compreensão dos alunos.

A educação de base é o instrumento mais eficiente, eficaz e efetivo para a criação de hábitos e correção de vícios. Se essa preparação fosse iniciada na infância, o processo de assimilação desse conteúdo seria facilitado. Esse procedimento seria tão importante que evitaria a falta de padronização que ocorre hoje em dia quando se trata de normalização técnica de documentos e, mais que isso, desenvolveria no indivíduo o respeito pelas idéias alheias, no sentido de atribuir os créditos a quem é de direito.

Na sociedade global da informação, apontada pelas tendências atuais para futuro mediato e cujas características principais são a velocidade e a precisão, não se pode prescindir dos recursos facilitadores do acesso e da localização informacional. A informação constituir-se-à em objeto de direito e de dever dos futuros cidadãos, representarão dos direitos humanos e o compartilhamento dos deveres sociais, representarão a base de uma sociedade mais feliz. A definição de regras e o estabelecimento de padrões fazem parte do processo da ordem e da justiça social. Esse mundo mais organizado e justo é o que desejamos aos nossos filhos e aos filhos dos nossos filhos, cujos comportamentos serão pautados nos princípios da educação, palavra-chave que será a base de toda transformação ética, política, econômica, social e espiritual por que passará a humanidade nesse crepúsculo de século e alvorecer de novo milênio.

## 8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDF. Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras. *Manual de normas mínimas de editoração para publicações oficiais*. Brasília, 1980. Apresentação.
- ABDF. Comissão de Publicações Oficiais Brasileira. Subcomissão de Política Editorial e Normalização. *Editoração de publicações oficiais*. Brasília : ABDF, DIN, 1987.
- ABNT. *NBR 6023* : referências bibliográficas. Rio de Janeiro, 1989.
- \_\_\_\_\_. *NBR 6024* : numeração progressiva das seções de um documento. Rio de Janeiro, c1990.
- \_\_\_\_\_. *NBR 6027*: sumário. Rio de Janeiro, c1990.
- \_\_\_\_\_. *NBR 6029* : apresentação de livros. Rio de Janeiro, 1993.
- \_\_\_\_\_. *NBR 6034*: preparação de índices de publicações. Rio de Janeiro, 1989.
- \_\_\_\_\_. *NBR 10520* : apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 1992.
- \_\_\_\_\_. *NBR 10524* : preparação de folha de rosto do livro. Rio de Janeiro, 1993.
- \_\_\_\_\_. *NBR 12225* : título de lombada. Rio de Janeiro, 1992.
- \_\_\_\_\_. *NBR 12256* : apresentação de originais. Rio de Janeiro, 1992.
- ARAÚJO, Emmanuel. *A construção do livro* : princípios e técnica de editoração. 3. tir. Rio de Janeiro : Nova Fronteira; Brasília : INL, 1986. 674p. p.44-8: Os livros dos impressores; p.430-72: Estrutura do livro.
- BAESELER, Frank, HECK, Barbel. *Desktop publishing* : editoração eletrônica. São Paulo : McGraw-Hill, 1988.
- BÉRNI, Duílio Lena. *Brasil, mais além*. Rio [de Janeiro] : FEB, 1979. 306p. p.15-6: Esclarecimentos de limiar.
- BIASOTTI, Miriam Mara Dantur de la Rocha. Normalização de publicações oficiais. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v.4, n.1, p.73-93, jan./jun. 1983.
- BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. Brasília : Presidência da República, 1991.
- BRASIL. Tribunal Regional Federal. Região 1. *Manual de preparação de originais e revisão de textos das publicações do gabinete da revista*. Brasília, 1996. 105p. p.7: Introdução.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Código eleitoral e legislação eleitoral complementar* : lei de inelegibilidade; lei dos partidos políticos e resoluções do TSE; leis correlatas. Brasília: TSE/SDI, 1998.

BREVE história da editoração. <http://www2.netgate.com.br/~baw/historia.html>

CASTELLO, José. Afinal que País é este? *O Estado de São Paulo*, v. 19, n. 1021, 21 de maio de 2000, Cad. Cultura.

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL. *Manual de padronização de textos do CEGRAF* : normas básicas de editoração para a elaboração de originais, composição e revisão. 3.ed. Brasília, 1992.

CNI. *Manual para normalização das publicações da CNI*. Rio de Janeiro : CNI/COAD, 1994.

CAVALCANTI, Cordélia Robalino. *Da Alexandria do Egito à Alexandria do Espaço: um exercício de revisão de literatura*. Brasília : Thesaurus, 1996.

COLLARO, Antonio Celso. *Projeto gráfico: teoria e prática da diagramação*. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo : Summus, 1996. 173p. p.128-33: Livros. (Col. Novas buscas em comunicação; v.20)

CRESPO, Ângela Maria Cavalcanti Mourão. *Tecnología magneto-óptica y almacenamiento de la información documental: la utilización de los discos ópticos en la gestión electrónica de documentos*. Madrid : Univ. Complutense de Madrid, Fac. de Ciencias de la Información, Dep. de Bibliotecon. y Documentación, 1996. (Tese de Doutorado). p.17-8: La sociedad de la información.

ELGIN, Suzette Haden. *Que é lingüística*. 2.ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1981. p.15-35 : Fonologia.

FARIA, Edimur Ferreira de. *Curso de direito administrativo positivo*. 3. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte : Del Rey, 2000.

FEBVRE, Lucien. *O aparecimento do livro*. São Paulo : Huctec, Unesp, 1992.

FERNANDES, Manoel. Internet : rumo ao popular : Ibope mostra que usuários das classes C, D, e E começam a impulsionar o crescimento da rede. *Veja*, p. 116-7, 5 de abril de 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. rev. e aum., 37. imp. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, c1986. p. 1198: norma técnica

FERREIRA, Jerusa Pires et al. *Livros, editoras e projetos*. São Paulo : Ateliê : Com-Arte; São Bernardo do Campo, SP : Bartira. 1997.

FISCHER, Steven. O fim do português. *Veja*, p. 11-5, 5 de abril de 2000. Entrevista concedida a Eduardo Salgado.



- FOSKETT, A.C. *A abordagem temática da informação*. São Paulo : Polígono; Brasília, UnB, 1973.
- FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 2.ed. rev. e aum. Belo Horizonte : UFMG, 1992. 196p.
- GARCIA, Eduardo Affonso Cadavid. *Manual de sistematização e normalização de documentos técnicos*. São Paulo : Atlas, 1998.
- GARCIA, Luiz (org.). *Manual de redação e estilo*. 18. ed. Rio de Janeiro : O Globo, 1993.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna : aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 17.ed. Rio de Janeiro : FGV, 1996. p.411-22 : Preparação dos originais.
- GASKELL, Philip. *A new introduction to bibliography*. Oxford : Clarendon Press, 1974.
- GODOY, Norton. O livro de todos os livros. *Isto É*, n. 1505, 5 de agosto de 1998.
- GUILHERME, Faria. *Pequeno dicionário de editoração*. Fortaleza, CE : UFC, 1996. 144p. il.
- HALLEWEL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo : T. A. Queiroz, Edusp, 1985.
- HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. São Paulo : Hucitec; Brasília : INL, 1983. Reimpressão fac-similar.
- \_\_\_\_\_. Preparação de originais II. In: EDITORAÇÃO hoje. 2.ed. Rio de Janeiro : FGV, 1981. 236p. p. 67-73.
- IBICT. *Manual de normas de editoração*. 2.ed. Brasília, 1993. 41p.
- LYNCH, Clifford. Searching the internet. *Scientific American*, p.44-8, marc. 1997. Special Report: The internet: fulfilling the promise.
- MAGALHÃES, Aluísio. Comunicação visual. In: EDITORAÇÃO hoje. 2.ed. Rio de Janeiro : FGV, 1981. 236p. p. 77-82.
- MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. *Manual de redação e estilo : O Estado de São Paulo*. 2.ed. São Paulo : Maltese, 1992.
- MATTIA, Fábio Maria de. A edição no Brasil. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v.22, n.88, p.377-86, out./dez. 1985.
- McLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutenberg : a formação do homem tipográfico*. São Paulo : Ed. Nacional, Ed. USP, 1972.
- McMURTRIE, Douglas C. *O livro : impressão e fabrico*. 2.ed. Lisboa : Fund. Calouste Gulbenkian, 1982.

- MEDEIROS, João Bosco et al. *Manual de redação e revisão*. São Paulo : Atlas, 1995.
- MIRANDA, Antonio, MUELLER, Suzana Pinheiro Machado, ZANDONADE, Tarcisio. Reformulação curricular do Curso de Biblioteconomia: experiência da Universidade de Brasília. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v.22, n.1, p.71-92, jan./jul. 1998.
- MORAES, Dênis de. *Planeta mídia: tendências da comunicação na era global*. Campo Grande, MS : Letra Livre, 1998.
- NOVO manual de redação. São Paulo : Folha de São Paulo, 1992.
- OSWALDO, John Clyde. *A history of printing : its development trough five hundred ye-ars*. New York : D. Appleton, 1928.
- ODDONE, Nanci Elisabeth. *Atividade editorial & ciência da informação : convergência epistemológica*. Brasília, 1998. (Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, UnB).
- PARANÁ. Universidade Federal do Paraná. Biblioteca Central. *Normas para apresentação de trabalhos*. 5.ed. Curitiba, 1994. 8v. v.1 : Livros e folhetos; v.6 : Referências bibliográficas; v.7 : Citações e notas de rodapé; v.8 : Estilo e orientação para datilografia e digitação.
- PINHEIRO, Ana Virgínia Teixeira da Paz. Modelagem organizacional das oficinas tipográficas dos séculos XV a XVIII. *Ciência da Informação*, Brasília, v.19, n.1, p.40-7, jan./jun. 1990.
- PINTO, Ildete Oliveira. *O livro : manual de preparação e revisão*. São Paulo : Ática, 1993.
- POYNTER, Dan. *The self-publishing manual : how to write, print and sell your own book*. 10.ed. Paperback, 1997.
- ROBREDO, Jaime. *Manual de editoração*. 2. ed. rev. Brasília : ABDF, 1988.
- ROSETTO, Marcia. Os novos materiais bibliográficos e a gestão da informação : livro eletrônico e biblioteca eletrônica na América Latina e Caribe. *Ciência da Informação*, Brasília, v.26, n.1, p.54-64, jan./abr. 1997.
- ROSNAY, Joùl de. *L'homme symbiotique: regards sur le troisième millénaire*. Paris : Seuil, c.1995.
- ROTHERY, Brian. *Isso 9000*. São Paulo : Makron Books, 1993.
- SÁ, Elizabeth Schneider et al. *Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1994. 184p.
- SENAI. Departamento Nacional. *Normalização de documentos institucionais*. Rio de Janeiro, 1997. 3 v. v.1 : Normas gerais; v.2 : Citações e notas de rodapé; v. 3 : Referências bibliográficas.

SMITH JR., Datus C. *Guia de editoração de livros*. Recife, PE : UFPE; Florianópolis, SC : UFSC, 1990.

THESING, Josef. Globalização, Europa e o século 21. In: *A GLOBALIZAÇÃO, entre o imaginário e a realidade*. São Paulo : Fund. Konrad-Adenauer-Stiftung, 1998. 158p. p.3-22. (Pesquisas; n.13).

VIEIRA, R.A. Amaral. Redução de custos gráfico-editoriais. In: *EDITORIAÇÃO hoje*. 2.ed. Rio de Janeiro : FGV, 1981. 236p. p. 105-71.

## 8 ANEXOS

### 8.1 ANEXO 1

#### RELAÇÃO DAS EDITORAS

CIA. EDITORA FORENSE

Av. Erasmo Braga, 227-B e 299 – Centro – Cx. Postal 269

20020-000 – Rio de Janeiro, RJ

Fone: (021) 533-5537

Fax: (021) 533-4752

[www.foreense.com.br](http://www.foreense.com.br)

ÉDIPRO – EDIÇÕES PROFISSIONAIS LTDA.

Rua 1º de agosto, 2-51 – Centro – Cx. Postal 631

17010-011 – Bauru, SP

Fone: (014) 232-3375

Fax: (014) 232-4684

JURUÁ EDITORA LTDA.

Av. Munhoz da Rocha, 143

80035-000 – Curitiba, PR

Fone: (041) 252-7666

Fax: (041) 252-1311

[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br)

[editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

LIVRARIA E EDITORA BRASÍLIA JURÍDICA LTDA.

SDS Bl. O, Ed. Venâncio VI, Lj. 25

70393-900 – Brasília, DF

Fone: (061)224-4607

Fax: (061) 225-8494

SARAIVA S/A LIVREIROS EDITORES

SIG Qd. 3, Bl. B, Lj. 97

Setor de Indústria Gráfico

70610-400 – Brasília, DF

Fone: (061) 344-2920 / 344-2951

Fax: (061) 344-1709

[www.saraiva.com.br](http://www.saraiva.com.br)

[diretoria.editora@saraiva.com.br](mailto:diretoria.editora@saraiva.com.br)

## 8.2 ANEXO 2

### QUESTIONÁRIO PROPOSTO

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO / PÓS-GRADUAÇÃO

#### EXPLICANDO

Este questionário é parte integrante de um projeto de pesquisa sobre a forma de apresentação da literatura especializada em Direito Eleitoral publicada no Brasil. Trata-se de trabalho que resultará em dissertação de mestrado em Ciência da Informação a ser defendida na Universidade de Brasília.

As perguntas a seguir foram elaboradas com a intenção de saber se o tipo de organização de um livro facilita a localização dos assuntos nele tratados. Objetivam também saber se a obediência a certas normas técnicas de documentação colaboram para essa facilidade.

Um livro de Direito Eleitoral será colocado à sua disposição para que você tente localizar nele a resposta à questão formulada. Em seguida, por favor, responda os itens solicitados do questionário. É por meio dele que a organização do livro será avaliada.

O questionário preenchido não será divulgado e os dados serão citados estatisticamente, garantindo-se o sigilo das respostas.

Duas definições serão adotadas para entendimento das perguntas: a de sumário e a de índice. O sumário é a enumeração das principais divisões, capítulos, seções e outras partes da estrutura do livro, na ordem em que nele se sucedem. O índice é uma lista de termos, ordenada segundo determinado critério, que localiza e remete para as informações contidas no texto. Geralmente, o sumário vem no início do livro e o índice, no final.

A sua participação é importante para os resultados dessa pesquisa.

Obrigado pela atenção.

## PERGUNTANDO

Esta é a questão:

**Em que prazo o servidor público deve desincompatibilizar-se de seu cargo funcional para concorrer a cargo eletivo?**

Por favor, tente encontrar a resposta no livro que lhe foi entregue. Em seguida, responda os itens abaixo.

- 1) Você encontrou a resposta?  
( ) sim ( ) não ( ) desistiu de procurar. Por quê? \_\_\_\_\_
- 2) Para procurar a resposta, você consultou:  
( ) o sumário ( ) o índice ( ) os dois ( ) nenhum dos dois ( ) outros elementos. Especifique: \_\_\_\_\_ ( ) não havia sumário ( ) não havia índice
- 3) Quantas páginas você precisou consultar?  
( ) uma ( ) duas ( ) três ( ) mais de três
- 4) O tempo para procurar a resposta foi de \_\_\_\_\_ minutos.
- 5) Como você classifica os itens abaixo relacionados?

ITENS	PÉSSIMO	RUIM	REGULAR	BOM	ÓTIMO
Auxílio do sumário					
Número de tópicos do sumário					
Auxílio do índice					
Número de tópicos do índice					
Facilidade de procurar a resposta					
Divisão do livro em tópicos					
Tamanho da letra					
Espaçamento entre linhas					
Notas no rodapé da página					
Notas no final do capítulo					
Notas no final do livro					
Notas inseridas no texto					

### Apenas duas questões sobre você:

- 6) A(s) sua(s) área(s) de formação é (são):  
Graduação: \_\_\_\_\_ Estudante de: \_\_\_\_\_  
Pós-Graduação: \_\_\_\_\_ Outras: \_\_\_\_\_
- 7) A experiência que você tem na pesquisa em livros como o utilizado para responder a questão proposta é:  
( ) nenhuma ( ) pouca ( ) média ( ) muita

### Finalmente,

- 8) Registre o título do livro utilizado para responder este questionário.  
\_\_\_\_\_
- 9) Algum comentário ou sugestão que você queira fazer.  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Observação:

Esse arquivo origina-se do arquivo de formato “.doc”, cedido pelo autor